UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

LUÍS GERALDO LEÃO GUIMARÃES

PRODUZIR E PRESERVAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Salvador
2015

LUÍS GERALDO LEÃO GUIMARÃES

PRODUZIR E PRESERVAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim

Salvador
2015

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

G963 Guimarães, Luis Geraldo Leão
Produzir e preservar no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco: Contribuição da educação ambiental /Luís Geraldo Leão Guimarães. Salvador-2015.
114 f .: il.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

1 .Educação ambiental 2. Assentamento Agroextrativista 3. Movimentos Sociais

CDD 372.357

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

PRODUZIR E PRESERVAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

LUÍZ GERALDO LEÃO GUIMARÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 28 de outubro de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal –UQ, Canadá

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará – UFC
Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil

Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

À

Helenice, companheira de todas as horas e de todos os momentos, pelo amor e carinho dedicados a mim;

À João e Jorge, filhos, com quem busco aprender a sempre ser melhor a cada dia;

À Antônio e Áurea, meus pais, que mesmo tendo estudado pouco souberam inculcar nos filhos/filhas a importância dos estudos na vida;

Aos educadores e educadoras ambientais assentados e assentadas do PAE-SF em reconhecimento às suas lutas por uma sociedade sustentável.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa não se faz solitariamente, exige sempre a participação de várias outras pessoas, que de forma direta ou indireta, contribuem para que os resultados sejam alcançados da melhor maneira possível. E foram muitos os colaboradores que encontrei nessa caminhada.

AGRADEÇO...

À Helenice, companheira, cúmplice, parceira, que esteve presente em todos os caminhos dessa empreitada, inclusive na "preparação" inicial e certamente no "pós" final;

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo constantes e em especial a Antônio e Áurea, meus pais, que lutaram para que todos os seus oito filhos estudassem mais que eles, obrigado pelos sacrifícios;

Ao Professor Natanael, meu orientador, que soube mostrar os caminhos, orientar, guiar, sempre com muita disponibilidade, atenção e palavras de incentivo;

Aos professores Avelar Mutim e João Figueiredo por aceitarem participar das bancas de qualificação e de defesa dessa dissertação e pelas valiosas contribuições para o aprimoramento desse trabalho;

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade pela convivência e experiências partilhadas nos diversos momentos acadêmicos e em especial aos que foram "meus professores" – Alfredo Matta, Antônio Dias, Avelar Mutim, César Leiro, Eduardo Nunes, Francisca Paula, Ivan Novaes, Jane Rios, Luciano Santos, Natanael Bomfim, Sandra Soares;

Aos professores da Linha de Pesquisa 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, pelas imprescindíveis colaborações para o meu crescimento intelectual e acadêmico;

Aos colegas do mestrado, em especial: Anita, Rosa, Isabel, Larissa, Maryângela, Geângelo, Fernanda, com quem aprendi a partilhar sonhos, angústias e determinação;

Aos funcionários do PPGEduC pelo acolhimento, prestatividade e apoio constantes. Em especial a Sônia, prestativa amiga;

Aos colegas e a direção do DCHT – Campus XVII pela convivência, apoio e liberação para a realização dos estudos de Pós-Graduação, em especial a Edna Moreira pelos conselhos e "dicas" na preparação do projeto de pesquisa;

Aos funcionários e técnicos administrativos do DCHT – Campus XVII pelas contribuições constantes na minha vida acadêmica;

A UNEB pela possibilidade de realização do mestrado, pela “ajuda” essencial da Bolsa PAC, e acolhida na residência “estudantil” dos professores;

Ao Prof. Valdélio Silva, diretor do Campus I e amigo de longa data;

Aos companheiros e companheiras do GIPRES, em especial a Nadilson, Sílvia, Thais, Valter, Ricardo Rosa, e Rosângela obrigado pelas discussões e troca de saberes;

A Niracy Aragão pelas constantes revisões ortográficas e gramaticais dos textos dessa dissertação;

Aos assentados e assentadas do PAE-SF pela colaboração e acolhimento durante a realização das pesquisas de campo, em especial aos que responderam ao questionário e aos que concederam a entrevista, o meu muito obrigado.

Aos militantes do Movimento CETA/Regional Lapa e aos dirigentes da CAPAESF que se prontificaram de imediato a participarem do estudo, o Sr. Arnoldo – Presidente, a Srta. Célia – Secretária, e a José da Hora – Conselho fiscal, o meu especial agradecimento pela colaboração e confiança depositado no meu trabalho;

A Rodrigo Guedes, assentado do PAE-SF e mestrando do MPEJA, pelas conversas constantes, troca de opiniões, acompanhamento na fase inicial da pesquisa, meu muito obrigado;

Ás equipes da CPT Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória – Samuel, Jovita, André e Albertânia, pelo pronto atendimento e disponibilização de material de consulta;

A Vinícius Ribeiro, aluno de graduação do curso de pedagogia do DCHT– Campus XVII, pela atuação voluntária como auxiliar de pesquisa em toda a fase dos trabalhos de campo no PAE-SF;

Aos colegas da EBDA pela convivência ao longo dos últimos trinta anos de experiência profissional, são tantos..., Guarim, Joana, Eufrásio, Mara, Gil, Brando, Osias, Ilderan, Duarte Leite, Marcelo;

A Ivani Santos – Gerente Regional e Elionaldo Teles – Presidente da EBDA, pela compreensão e apoio,

Enfim a todos e a todas que de forma direta e/ou indireta tornaram possível a realização desse trabalho.

"Ao longo do tempo, esse tempo todo, uma coisa que eu queria falar era, que eu sempre falo as pessoas, é eu espero que um dia essas famílias que moram aqui possam aí realmente tá retirando seu sustento daqui de dentro, sem precisar migrar, que a grande tristeza nossa hoje é a gente faz um trabalho de base junto com os assentados, mas não é ainda suficiente, então meu sonho é ver um dia o extrativista poder produzir e preservar e ao mesmo tempo resgatar seu povo que muitos saem daqui e vão pra fora, vão para as capitais, que tem o caso aqui de ir pro corte de cana, por que dentro do extrativista ainda não tem a base completa de sustentar todas as famílias aqui dentro, então é tristeza você vê, você faz um trabalho hoje e amanhã você vê aquela família sendo obrigada a deixar aí. (...) A gente passou frio, passamos fome, passamos desespero, adoecemos debaixo de lona, dentro de Salvador em Brasília, pra gente tentar manter o assentamento de pé, buscar melhoria pra essas famílias e ainda não foi o suficiente. Então meu sonho é que isso um dia possa acontecer, a gente consiga resolver todas as questões fundiárias e consiga aí fazer um trabalho melhor pra que a gente possa resgatar a nossa cultura que tá morrendo, no extrativista tem a questão da cultura que tá esquecida, resgatar as famílias que tão por aí, que saiu daqui"

(Maria Aparecida, assentada, comunidade Barra da Impueira, 2015)

RESUMO

Neste trabalho apresentamos os resultados da pesquisa desenvolvida no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF), localizado nos Municípios de Serra do Ramalho e Carinhanha, no oeste da Bahia. Como objetivo procuramos compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais dos assentados do PAE-SF na resolução do dilema produzir e preservar. Para a realização da pesquisa fizemos opção pela pesquisa qualitativa com abordagem interacionista. Como instrumentos metodológicos, utilizamos a entrevista semiestruturada, observação participante, a análise documental e a aplicação de questionário para levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Para a tabulação e análise dos dados empregamos a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2001). No estudo constatamos que as ações de educação ambiental desenvolvidas no PAE-SF são significativas e tem buscado soluções para o dilema produzir e preservar, porém são ações sem continuidade, de forma esporádica e na maioria das vezes sem o devido apoio dos órgãos ambientais. Percebemos também que um dos maiores entraves para solucionar os problemas ambientais do PAS-SF é a presença de ocupantes irregulares e que desde a criação do projeto, o Incra não resolveu essa questão, trazendo sérios prejuízos ao meio ambiente e aos assentados.

Palavras Chaves: Educação Ambiental. Assentamento Agroextrativista. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

In this paper we present the results of the research developed in agroextractive settlement project San Francisco (PAE-SF), located in the municipalities of Serra do Ramalho and Carinhanha, in Western Bahia. The objective we seek to understand the relationships between environmental education actions developed by CETA movement and environmental practices of the settlers of PAE-SF in the resolution of the to the dilemma produce and preserve. For this research we adopted na qualitative methodology with interaction approach. To support the methodology, it was used the semi-structured interview, participant observation, document analysis and the application of a questionnaire for qualitative and quantitative data collection. For data analysis, we adopted content analysis technique by (BARDIN, 2001). As a result for this study it can be found that the environmental education developed in PAE-SF is usefull and it has sought solutions to the dilemma produce and preserve, however those actions don´t have continuity, so sporadic and most often them without the proper support of environmental regulation angency. We realize that the biggest issues to solving the environmental problems of the PAE-SF are the presence of irrelugular occupiers. Since the creation of project, INCRA didn't solve that issue, bringing serious damages to the environment and to the settlers.

Key Words: Environmental Education. Agroextractive Settlement. Project-Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território Velho Chico 21
Figura 2 – Mapa dos Assentamentos 23
Figura 3 – Mapa de áreas ocupadas pela Casa da Ponte e Casa da Torre 24
Figura 4 – Foto 1 Vista da comunidade Barra da Impueira 56
Figura 5 – Foto 2 Figueira centenária na comunidade Barra da Impueira 56
Figura 6 – Foto 3 Vista da comunidade Pambú 57
Figura 7 – Foto 4 Escola e posto de saúde da comunidade Pambú 57
Figura 8 – Foto 5 Vista da comunidade Capão Preto 57
Figura 9 – Foto 6 Vista da comunidade Capão Preto 57
Figura 10 – Foto 7 Vista da margem do rio na Boa Vista 58
Figura 11 – Foto 8 Vista da comunidade Boa Vista 58
Figura 12 – Foto 9 Mangueiras na comunidade Vila Boa Esperança 59
Figura 13 – Foto 10 Vista da comunidade Vila Boa Esperança 59
Figura 14 – Foto 11 Vista da comunidade Palmas e Passos 59
Figura 15 – Foto 12 Vista do rio na comunidade Palmas e Passos 59
Figura 16 – Foto 13 Vista da comunidade Mariápolis 60
Figura 17 – Foto 14 Vista da comunidade Mariápolis 60
Figura 18 – Foto 15 Vista da comunidade Campinhos 60
Figura 19 – Foto 16 Vista da comunidade Campinhos 60
Figura 20 – Foto 17 vista da comunidade Agua Fria 61
Figura 21 – Foto 18 Vista do rio na comunidade Agua Fria 61
Figura 22 – Foto 19 Vista do barranco do rio na comunidade Barreiro Grande 62
Figura 23 – Foto 20 Vista da comunidade Barreiro Grande 62
Figura 24 – Foto 21 Vista da comunidade Estreito 62
Figura 25 – Foto 22 Vista da comunidade Estreito 62
Figura 26 – Foto 23 Buraco causado pela extração de areia Campinhos 74
Figura 27 – Foto 24 Areia extraída do leito do rio Campinhos 74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem das famílias assentadas 66
Gráfico 2 – Renda mensal das famílias assentadas 67
Gráfico 3 – Composição das famílias assentadas 67
Gráfico 4– Grau de escolaridade 68
Gráfico 5– Profissão declarada 69
Gráfico 6 – Estado civil 69
Gráfico 7– Idade 70
Gráfico 8 – Atividades pecuárias desenvolvidas pelas famílias assentadas 72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Práticas socioambientais diárias dos assentados/assentadas. 71
Quadro 2 – Principais cultivos agrícolas desenvolvidos. 72
Quadro 3 – Principais atividades extrativistas desenvolvidas pelos assentados/assentadas 73
Quadro 4 – Formas de realização das práticas socioambientais diárias dos assentados 75
Quadro 5 – Práticas socioambientais mais impactantes 76
Quadro 6 – Práticas socioambientais mais impactantes para os três grupos 77
Quadro 7 – Práticas socioambientais menos impactantes 79
Quadro 8 – Ações de Educação Ambiental promovidas 82
Quadro 9 – Ações de Educação Ambiental implementadas 83
Quadro 10 – Participação e envolvimento nas ações de EA 85
Quadro 11 – Avaliação das ações de EA 86
Quadro 12 – Prática socioambiental dos assentados modificada pelas ações de EA 90
Quadro 13 – Problemas ambientais a serem resolvidos 92
Quadro 14 – Soluções para os problemas ambientais 93
Quadro 15 – Perspectiva futura com o ambiente. 96

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de proteção ao Ambiente Natural
APP	Área de Preservação Permanente
APPN	Associação Paulista de Proteção Natural
Bahiataer	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BR	Rodovia Federal
CAPAESF	Central das Associações do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COOPPEB	Cooperativa dos Pequenos Produtores de Estado da Bahia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Centro de Recursos Ambientais
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraiba
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DCHT	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
Emater-Ba	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídrico
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPE	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PAE-SF	Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC/SR	Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RS	Representação Social
SOS	Salve; Socorro (sinal do código Morse para emergência)
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF-Brasil	World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **16**

CAPÍTULO 1 ..... **18**

1 O CETA E O PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO **18**

1.1 Trajetória dos assentados e os movimentos sociais no Brasil: Movimento CETA e o PAE-SF. **22**

CAPÍTULO 2 ..... **28**

2. ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS **28**

2.1 Educação Ambiental **28**

2.2 A Educação Ambiental como política pública **32**

2.2.1 Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil. 35

2.3 Educação Ambiental e movimentos sociais **39**

2.3.1 Educação Ambiental do Movimento CETA no PAE-SF 43

2.4 Educação Ambiental e gestão dos assentados/as do PAE-SF **46**

CAPÍTULO 3 ..... **49**

3. PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO **49**

3.1 Teoria das Representações Sociais aplicada ao estudo das ações de EA no Movimento CETA e as práticas socioambientais de assentados PAE-SF **49**

3.2 Postura epistemológica do pesquisador **54**

3.3 Local e sujeitos do estudo **56**

3.4 Seleção e recrutamento dos participantes do estudo **63**

3.5 Instrumentos de coleta de dados **64**

3.6 Métodos e técnicas de análise e interpretação dos dados **64**

CAPÍTULO 4 ..... **66**

4. RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MOVIMENTO CETA E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DOS ASSENTADOS **66**

4.1 Perfil dos assentados **66**

4.2 Práticas socioambientais 71
4.2.1 Atividades agrícolas desenvolvidas 72
4.2.2 Atividades pecuárias desenvolvidas 72
4.2.3 Atividades extrativistas desenvolvidas 73
4.2.4 Sistema de manejo das atividades 75
4.3 Ações de Educação Ambiental do Movimento CETA no PAE-SF 80
4.3.1 Ações de Educação Ambiental promovidas 81
4.3.2 Ações de Educação Ambiental implementadas 83
4.3.3 Relação entre EA e as práticas socioambientais no PAE-SF 88
4.3.4 Perspectivas futuras com o ambiente do PAE-SF 96

5. CONSIDERAÇÕES, PARA SEGUIR EM FRENTE! 99

REFERÊNCIAS 104

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PERFIL DOS ASSENTADOS(AS) 110
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRIGENTES 112
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSENTADOS 113

APRESENTAÇÃO

A educação ambiental (EA) constituiu uma preocupação para mim quando procurei conciliar minha ocupação de extensionista rural com a de pedagogo em formação, primeiro ao levar meus conhecimentos sobre agricultura alternativa e organização popular ao encontro das discussões sobre pedagogia crítica, teorias pedagógicas e educação popular nos primeiros semestres do curso de Pedagogia. A identificação e reconhecimento de que já atuava nessa área foi se clareando com as correlações teóricas e práticas estabelecidas.

Como descrevo nos capítulos 1 e 3, meu interesse foi sendo despertado e o respectivo envolvimento com a temática ambiental foi se fortalecendo. Portando, pesquisar a relação das ações de educação ambiental do Movimento CETA e as práticas socioambientais dos assentados do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF) foi um processo "natural" de amadurecimento de duas atividades profissionais, a do extensionista e a do professor universitário.

Esse trabalho está estruturado em quatro capítulos mais a conclusão. No capítulo 1, intitulado "O CETA e o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco", faço uma caracterização do PAE-SF e dos seus assentados, traçando os antecedentes históricos da: ocupação da área, que remontam a ocupação do interior do estado da Bahia pelas fazendas de gado, denominada de "currais"; do surgimento do Movimento CETA e da criação do PAE-SF. Discorro também sobre os motivos que me levaram a pesquisar essa temática e sobre a relevância da mesma.

"Aspectos teórico-conceituais sobre as práticas socioambientais" é a denominação do capítulo 2, onde discuto aspectos teóricos da Educação Ambiental e as várias dimensões em que ela se relaciona com movimentos sociais, com gestão, com políticas públicas, e acima de tudo com a vida cotidiana dos assentados(as) do Projeto.

O capítulo 3 é dedicado à discussão metodológica e tem por título "Pressupostos e procedimentos metodológicos da investigação", é onde justifico as escolhas dos métodos e das técnicas de pesquisa que utilizei no transcorrer desse trabalho. Começo discutindo a contribuição que a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem a ofertar a EA, em seguida apresentado minha postura epistemológica, para depois discorrer sobre: o local e os sujeitos da pesquisa; a seleção e recrutamento dos participantes; os instrumentos de coleta de dados; e os métodos e técnicas de análise e interpretação dos dados.

"A relação entre educação ambiental e as práticas socioambientais dos assentados" é o capítulo 4, que é dedicado à discussão dos resultados do nosso estudo,

enfocando a relação entre as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais cotidianas dos assentados(as), para compreender de que maneira tem sido encaminhada a solução do dilema entre produzir e preservar[1]. Iniciamos apresentado o perfil dos assentados(as), suas práticas socioambientais desenvolvidas e o sistema de manejo das mesmas, para em seguida analisar a relação entre essa práticas e a EA. Apresentamos as ações de EA desenvolvidas e a avaliação que os dirigentes fazem delas para analisar a pertinência das mesmas e o grau de envolvimento e participação dos dirigentes.

Na conclusão, faço uma síntese e apresento minhas considerações sobre as ações de educação ambiental do movimento CETA e as práticas socioambientais dos assentados do PAE-SF na perspectiva de solucionar o dilema entre produzir e preservar.

[1] Termo de uso corrente no sentido de proteger, cuidar, conservar. Neste trabalho é usado como "sinônimo" de conservação ambiental, diferente do uso do conceito pela corrente preservacionista, pois as populações tradicionais tem acesso aos recursos naturais fazendo um uso sustentável dos mesmos.

CAPÍTULO 1

1 O CETA E O PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO

Este capítulo busca abordar o contexto histórico dos assentados no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco e sua relação com o Movimento CETA, na busca de saídas para o conflito entre produzir e preservar, vivenciados numa reserva extrativista, enfocando os antecedentes históricos da ocupação da área e suas características fisiográficas como: relevo, solo, vegetação, recursos hídricos. Discorre ainda sobre a criação do Movimento CETA e a sua vinculação à temática ambiental. Trazendo também as motivações do pesquisador para o desenvolvimento desse trabalho; o problema, as questões de estudo e os objetivos da pesquisa; e indicando os aspectos teóricos e metodológicos.

O trabalho de pesquisa aqui proposto surgiu da minha experiência com o tema educação ambiental, desde os anos de 1980 como extensionista rural (Técnico Rural Nível Médio) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-Ba). Assim, trabalhando com agricultores/as familiares e suas organizações busquei caminhos alternativos para os problemas enfrentados por eles, como: a diversificação da produção, o cultivo consorciado de plantas, o uso de inseticidas naturais, o controle biológico de pragas, o associativismo/cooperativismo, entre outros.

Tenho então contato com a chamada "agricultura alternativa" que propunha uma relação mais harmônica entre o homem e o ambiente e uma agricultura mais integrada à natureza, respeitando os ciclos naturais e a diversidade de atividades agrícolas em contraposição aos princípios da "revolução verde" da agricultura moderna, pautados na utilização intensiva de pesticidas e fertilizantes químicos, na monocultura, no latifúndio, na concentração de terras e de renda.

Depois, na década de 90, do século XX, como aluno do curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XVII, em Bom Jesus da Lapa, participei das discussões com grupos locais – como a ONG Morro Limpo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Secretarias Municipais de Educação, de Saúde, e de Meio Ambiente, Grupo de Capoeira, entre outros – sobre Educação Ambiental (EA), sendo por isso, indicado para representar o DCHT no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), de Bom Jesus da Lapa, o que me motivou, no curso de pós-graduação (especialização), a pesquisar e escrever sobre essa temática. Isto nos leva a evidenciar a Educação Ambiental, nas suas diversas concepções, com a finalidade de entender os conflitos e tensões entre os sujeitos dos movimentos sociais e dos assentamentos.

Citamos: EA crítica, transformadora, ecopedagogia, emancipatória, conservacionista, convencional, ecológica, alfabetização ecológica, etc. – e seus mais diversos autores: Waldman (2001), Grun (2001), Medina (2000), Pedrini (2002), Reigota (2001), Leff (2001), Gadotti (2000), Tomasoni & Tomasoni (1992), Palmeira & Guimarães (1992), Ferraro Júnior (1992), Cardoso (1995), Carvalho (2002), Saito (2002), Gutiérrez e Prado (2000), Loureiro (2004, 2011), Castro e Baeta (2011), Lima (2011), Isabel Carvalho (2004), Guimarães (2004), entre outros. Esses autores, naquelas diversas concepções de EA, trazem um consenso sobre a importância da EA para a preservação da vida no planeta Terra, do qual comungam todas as abordagens e correntes.

Nesta perspectiva, é possível pensar que pela mudança de atitudes e valores, outras reflexões podem ser "construídas" sobre a relação do ser humano com a natureza e com os outros seres humanos, possibilitando no futuro uma sociedade ambientalmente equilibrada e socialmente justa. Por consequência, vislumbramos os processos educativos formais (praticados nas escolas e universidades), e não-formais (efetuados nos Sindicatos, ONG, Movimentos sociais, etc.) como uma saída para a práxis socioambiental.

Porém sem esquecer, como nos lembra Mészáros (2008. p.86), que "(...) não se pode vencer uma força social poderosa pela ação fragmentada de indivíduos isolados". Logo, parafraseando Paulo Freire (2000), podemos afirmar que se a EA não muda o mundo, também o mundo não muda sem a EA, afinal como afirma Mészáros (2008, p.90) que "(...) em virtude do papel seminal da educação [e da EA, em especial] na mudança geral da sociedade – é impensável alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável sem a contribuição permanente da educação ao processo de transformação conscientemente visado."

Precisamos atentar para as formas como os sujeitos histórico/sociais interpretam o espaço em que vivem e as questões socioambientais que são estabelecidas e vividas. De que maneira eles pensam, interpretam e agem em situações concretas de sua própria realidade? Para Marx e Engels (Apud. MINAYO, 2003, p. 98) "a produção das ideias, das representações, da consciência está, **de início** (grifo nosso), diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio entre os homens, com a linguagem da vida real." Portanto, é necessário entender o modo de produção da existência e as mais variadas formas de relações estabelecidas, para assim compreender as representações sociais (RS) e desse modo responder a pergunta acima efetuada.

Minayo (2003) salienta que para Marx as circunstâncias fazem os seres humanos, mas os seres humanos fazem as circunstâncias, e que há uma relação dialética entre consciência – assumida como RS – e a base material da existência, uma influenciando a outra

num processo de interdeterminação. Reis e Belline (2011, p. 156), afirmam que “as representações sociais desempenham na sociedade [...], importante contribuição para a formação de condutas, orientando relações e comunicação” e assim orientando as práticas socioambientais dos sujeitos em seus espaços sociais.

Através deste trabalho, vamos desenvolver uma Pesquisa Qualitativa, de abordagem interacionista, pois a mesma, segundo Oliveira (2015) tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, é descritiva e os pesquisadores estão preocupados com o processo e o significado. É preciso pontuar que a opção por este objeto de estudo deve–se a várias inquietações que nos levaram a pensar nas seguintes hipóteses: É possível que as práticas socioambientais desenvolvidas pelos assentados/as impactem o ambiente no PAE-SF; Que as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA não apresentem um consenso com as práticas socioambientais exercidas no PAE – SF.

Estas hipóteses teóricas norteiam o problema de pesquisa. Como as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA se articulam com as práticas socioambientais dos assentados do PAE–SF, em Serra do Ramalho e Carinhanha-Babia, na resolução do dilema produzir e preservar? Como o Movimento CETA se relaciona com as Associações de Moradores de cada comunidade, no processo de desenvolvimento da Educação Ambiental no PAE – SF?

Para tal, elaboramos como objetivo geral: Compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do PAE–SF, em Serra do Ramalho e Carinhanha-Bahia, na resolução do dilema produzir e preservar.

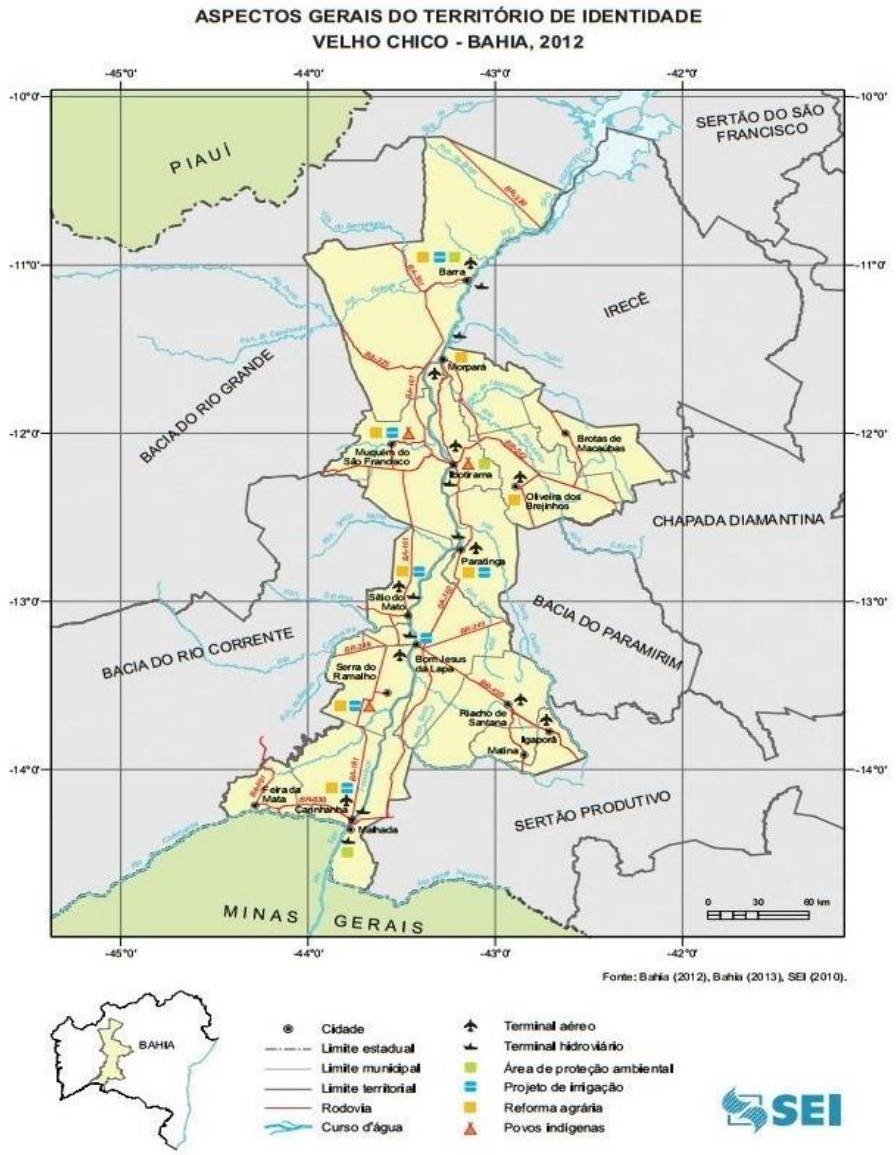
Já os específicos são: Elaborar o perfil dos assentados, com a finalidade de caracterizar suas práticas socioeconômicas; Identificar as práticas socioambientais exercidas pelos assentados e os seus impactos no PAE-SF; Analisar a relação que se estabelece entre as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do PAE-SF e as ações de EA do Movimento CETA; Caracterizar os processos de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA no PAE–SF, em Serra do Ramalho e Carinhanha-Bahia.

Outro fator que tem nos impulsionados a essa investigação científica no que se refere às hipóteses mencionadas, além de nossas inquietações frente ao fenômeno, é o desenvolvimento/produção de conhecimentos específicos relacionados à EA em assentamentos da chamada “reforma agrária ecológica” (SODRÉ, 2008) nas condições do semiárido nordestino, em particular em Serra do Ramalho e Carinhanha na Bahia.

Buscando assim, contribuir para articular os envolvidos no processo de Educação Ambiental, no sentido de estimular reflexões, debates e inquietações sobre as possíveis alternativas para enfrentar os problemas socioambientais vividos pelos assentados/as.

O Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombola (CETA) é um movimento social que luta por reforma agrária, coordena vários acampamentos e assentamentos de reforma agrária na Bahia e em Sergipe, sendo o responsável pela coordenação do PAE-SF, que fica localizado na margem esquerda do Rio São Francisco nos municípios baianos de Serra do Ramalho e Carinhanha, numa Área de Preservação Permanente (APP). Sua criação teve como objetivo principal, a regularização fundiária das populações tradicionais de pescadores/agricultores que viviam na margem esquerda do Rio São Francisco, nas áreas de reserva do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/SR), conforme figura 1, abaixo.

Figura 1 – Mapa do Território Velho Chico



Segundo Sodré (2008), os assentados do PAE-SF são, em sua maioria, descendentes dos moradores das antigas fazendas situadas às margens do Rio São Francisco, formado por pescadores artesanais, vaqueiros, agregados e agricultores familiares que, habitantes de uma APP, têm que conciliar as atividades econômicas com a preservação ambiental, criando, na maioria das vezes, conflitos entre sua sobrevivência e da sua família com a preservação dos recursos naturais. Contudo, que soluções têm encontrado o Movimento CETA e os assentados para resolver esse dilema? Como têm sido discutidas, formuladas e implementadas as prováveis soluções? Todas essas questões podem ser potencializadas por processos de educação ambiental que possibilitam "análises" mais pertinentes da realidade vivida e percebida pelos envolvidos no processo.

Neste cenário, pela historiografia, é possível descrever os acontecimentos do Movimento CETA e do PAE-SF.

1.1 Trajetória dos assentados e os movimentos sociais no Brasil: Movimento CETA e o PAE-SF.

O Movimento CETA surgiu em 1994, em função do grande número de conflitos fundiários na Bahia e das dificuldades encontradas pelos trabalhadores para terem acesso à terra. Inicialmente, o movimento surge como Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados, daí a origem da sigla CETA. Após um processo de amadurecimento e ampliação das lutas, em 2002 tornou-se um Movimento, ampliando a sua forma de atuação e manteve o nome original – Movimento CETA[2].

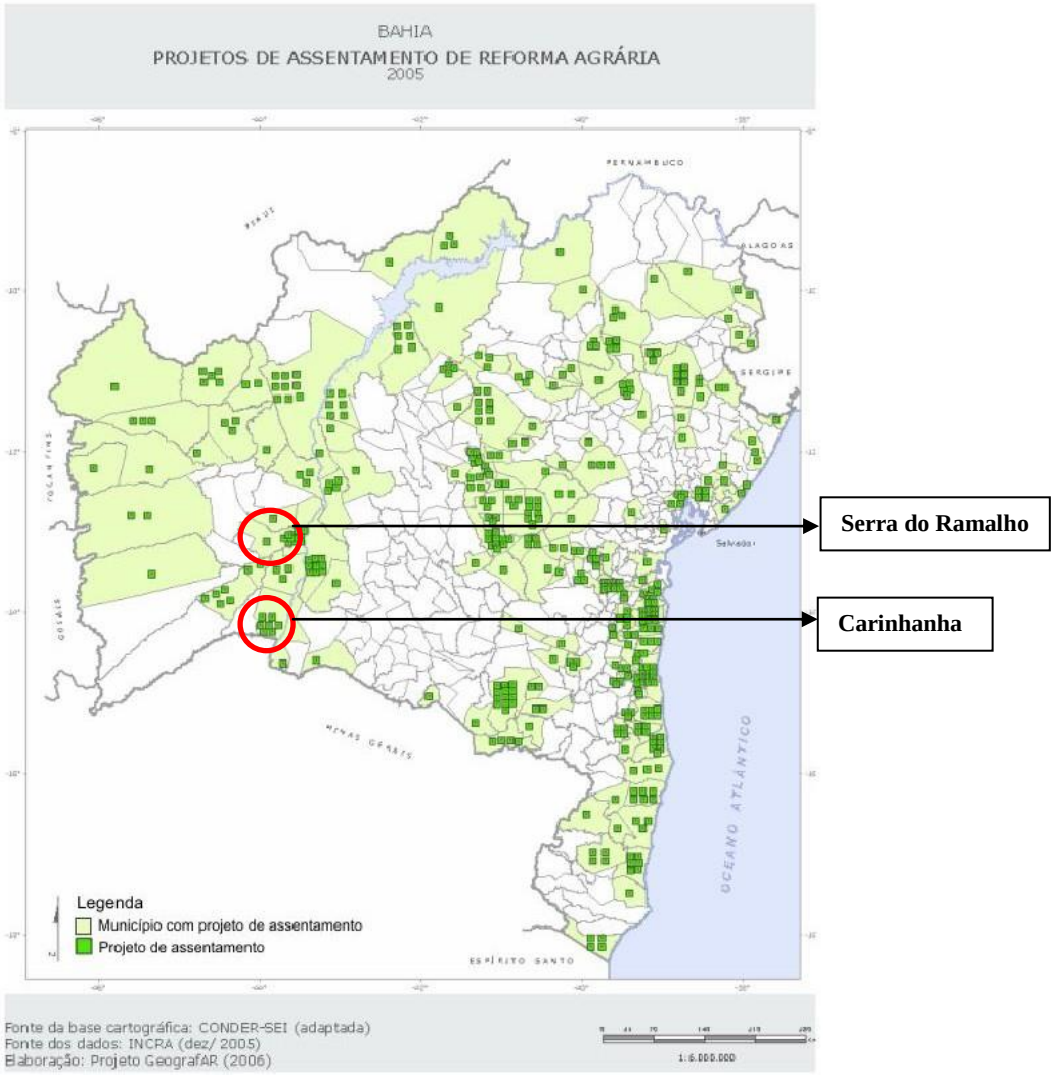
Organizado no estado da Bahia, com sete regionais – Lapa; Médio São Francisco; Sertão; Chapada; Sul; Sudoeste e Recôncavo Baiano – tem pretensão de expandir a atuação para outros estados brasileiros. Atualmente, o CETA possui 3.123 (três mil, cento e vinte e três) famílias acampadas e 10.247 (Dez mil, duzentas e quarenta e sete) famílias assentadas. Segundo Bartolomeu, um dos coordenadores do Movimento, (apud MOREIRA, 2010. p.71), o momento de reconhecimento público da força do movimento foi "marcha pela terra" em abril de 2003, quando os militantes ficaram acampados por mais de 15 dias em Salvador, desenvolvendo suas pautas de reivindicações. O Movimento afirma ter por objetivos:

> (...) [A] luta pela terra e por Reforma Agrária justa, capaz de dar condições de sustentabilidade, comercialização, lazer, formação e emancipação aos trabalhadores/as rurais, tendo como princípios o respeito à democracia, ao meio ambiente e relações equitativas de gênero, raciais e de geração (CETA, 2013)

[2] Dados disponíveis em: www.cetabahia.blogspot.com.br Acesso em 04/10/2013.

Embora tenha origem na luta pela terra, o Movimento CETA, segundo Moreira (2010), incorpora como missão a preservação ambiental e uma educação contextualizada, o que por si só, já o qualifica para dirigir a luta dos ribeirinhos assentados do PAE – SF. Configurando, segundo Viola (1991, apud DIEGUES, 2001, p.130) um "ambientalismo camponês, que luta por manter acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas". O PAE – SF foi criado pela Portaria INCRA/SR-05/Nº62 de 27 de novembro de 1995 (BRASIL, 2001), e por estar localizado numa Área de Preservação Permanente, constitui um exemplo de reforma agrária ecológica.

Figura 2 – Mapa dos Assentamentos

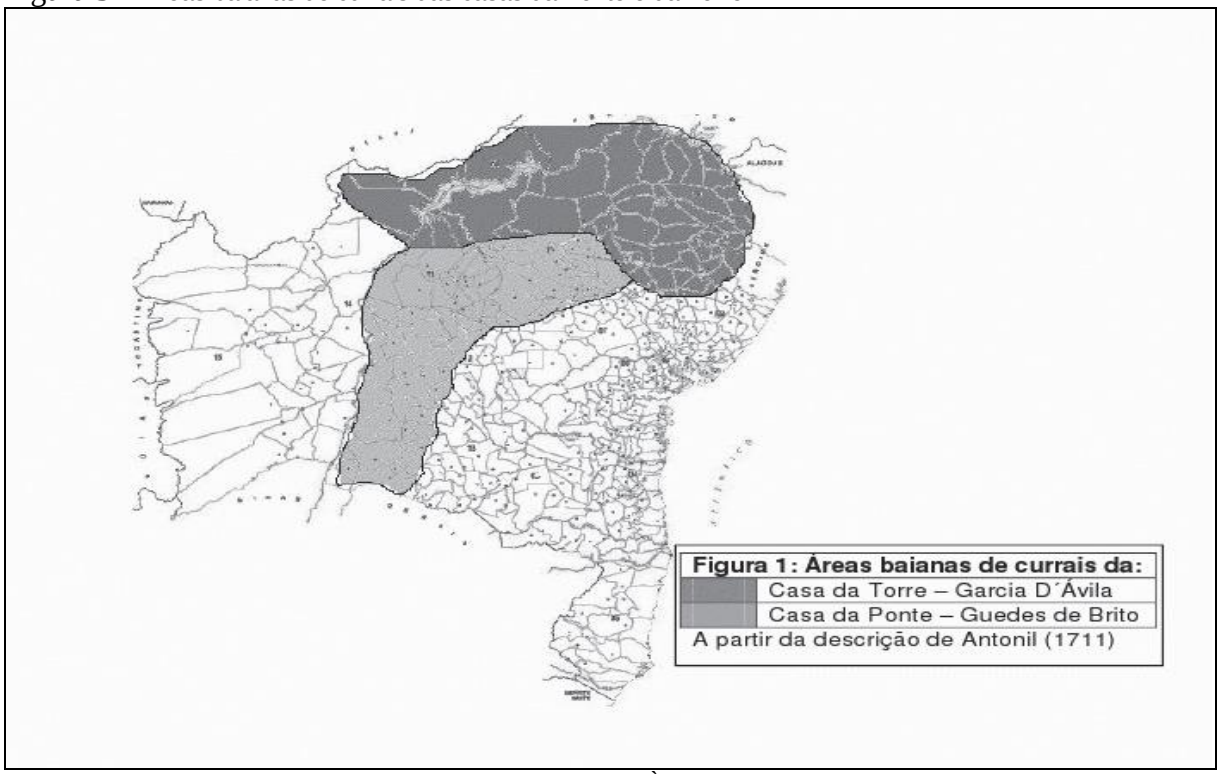


O projeto é formado por 11 comunidades: Barra da Ipueira, Pambu, Capão Preto, Boa Vista, Palmas e Passos, Vila Boa Esperança, Mariápolis, Campinhos, Água Fria, Barreiro Grande, e Estreito, onde moram 600 famílias legalmente assentadas e outras 200 de forma

irregular (não assentadas por vários motivos: forasteiros, "sem perfil", entre outros). E teve como objetivo principal a regularização fundiária das populações tradicionais de pescadores/agricultores que viviam nessa região nas áreas de reserva do Projeto Especial de Colonização – Serra do Ramalho (PEC/SR) no município de Bom Jesus da Lapa, implementado pelo governo federal para alojar a população atingida pela construção da barragem de Sobradinho, na década de 1970.

Antes da implementação do PEC/SR, essas áreas pertenciam às fazendas cujas raízes históricas, segundo Matta (2013, p.47), estão na instalação dos currais de criação de bois que possibilitaram a penetração e ocupação do sertão baiano, e que "a cada combate e 'amansamento' de índios, era montado um curral e instalado um criatório de bois, que também levava à criação de galinhas, carneiros, cabras e ao estabelecimento de roças." Sendo duas famílias as "empreendedoras", os Garcia D'Ávila – Casa da Torre – situada mais ao norte do estado, e os Guedes de Brito – Casa da Ponte – situada mais no "centro" do estado, no médio São Francisco, conforme figura 3.

Figura 3 – Áreas baianas de currais das casas da Ponte e da Torre.



Fonte: FERRARO JUNIOR, Luiz e BURSZTYN, Marcel. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). Brasília: ANPPAS, 2008. (*Apud*. MATTA. 2013, p.48)

Para Matta (2013, p.47), "os Guedes de Brito são responsáveis pela fundação de outro grande número de currais e povoações, dentre outras Jacobina, Irecê, Mucugê, Andaraí, Guanambi, Lençóis, **Bom Jesus da Lapa**, Cachoeira, Maragogipe, Macaúbas, Seabra, Morro do Chapéu, Inhambupe, **Paratinga**, (grifo nosso)". E que:

> Os currais tinham ao seu redor pequenas comunidades de vaqueiros, às quais se agregava a tradição indígena, a herança africana e a portuguesa. Com o tempo ao redor dos currais surgiam os arraiais, os pequenos centros de população cabocla, sempre chefiados por um arrendatário das casas da Ponte ou Torre. (MATTA, 2013, p.49)

A área do PAE-SF, originalmente parte do município de Bom Jesus da Lapa, – que "era destaque, o então já secular santuário, [e] que recebia romeiros de toda a região e mundo, desde o século XVIII" (MATTA, 2013, p. 73) – em função de estar localizada na outra margem do Rio São Francisco, não aparece como pertencente ao território da Casa da Ponte, conforme figura 3. E o rio "(...) foi se constituindo em uma rota maior. O grande rio é navegável, desde o salto de sobradinho, ao norte, até Pirapora, em Minas Gerais. Os Dias D'Avilas e os Guedes de Brito (Casa da Ponte e da Torre), mais os senhores em Minas, logo começaram a utilizar, assim como toda a população as rotas de navegação do rio" (MATTA. 2013, p.50). Ainda, no processo de ocupação deste território, são os índios, que segundo Matta (2013. p.18) explica que no "período do descobrimento o território baiano era ocupado por povos Tupis (...); e por povos de língua Jê, os Tapuias. [Estes] habitavam o sertão, a maior parte do interior semiárido, o cerrado e alguns pontos mais próximos do litoral", além de escravos fugidos que habitavam os quilombos da região (Rio das Rãs; Mangal Barro Vermelho, entre outros).

O Relevo apresenta-se plano, com muitas depressões, formando grandes lagoas e todas as áreas estão sujeitas a inundações periódicas. Decomposto deste relevo e associado às condições climáticas e hidrográficas, e do tipo de vegetação, os solos são variados: algumas áreas apresentam um solo com horizonte B, latossólico e associações, com solos aluviais eutrófico textura argilosa – A e 1, aluviais eutrófico textura arenosa/média – A e 2 e solos aluviais eutrófico solódico ou não textura argila + planossolo eutrófico, sódico textura média + solos hidromórficos indiscriminados eutrófico textura argilosa. Na vegetação há dominância da floresta ribeirinha hidrófila, em pequeno percentual em relação à floresta primitiva, constituída, principalmente, de jatobá, ingazeiro e juazeiro. Ocorre ainda formação graminoide representada pela capina de várzea.

Quanto aos recursos hídricos, as áreas são banhadas pelo Rio São Francisco e, com a enchente anual do mesmo, são formadas várias lagoas no seu interior. As áreas são utilizadas durante um período do ano com cultivo temporâneo aproveitando a vazante, após as cheias do Rio São Francisco, permitindo também o desenvolvimento da pesca artesanal nas lagoas formadas. Na margem do rio desenvolvem-se cultivos de cebola, batata doce, feijão, milho.

Nesta região fisiográfica, o PAE-SF é ocupado por uma população tradicional de ribeirinhos – pescadores artesanais/agricultores familiares –, que segundo Sodré (2008, p. 88) *"*(...) se orienta por normas passadas entre gerações para a utilização dos recursos da natureza, de tal forma que não percebe que algumas destas são práticas predatórias." Por outro lado Sodré (op.cit, p.237) salienta que "o saber que essas famílias adquiriram sobre o meio ambiente decorre da sua relação constante com ele e, portanto, a forma de preservá-lo vem, sobretudo, da necessidade de mantê-lo para a sua própria sobrevivência e ainda para seus sucessores" facilitando um provável trabalho com educação ambiental, pois para o camponês a "natureza não significa simplesmente algo que está ao seu redor, mas é, acima de tudo, o local com que ele interage, lugar de vida e de trabalho, constituindo-se uma visão de mundo. No PAE-SF, a relação homem-natureza é resultado de uma história construída ao longo de muitas gerações" (SODRÉ, 2008. p.285).

Por ser uma reforma agrária ecológica, no PAE-SF não existe a posse individual da terra, sendo a regularização fundiária efetuada de forma coletiva, com emissão de Contrato de Direito Real de Uso entre o Incra e a Central das Associações do PAE-SF (CAPAESF) (BRASIL, 2001), e cada família recebe um Termo de Reconhecimento de Ocupação que a habilita para o uso dos recursos naturais, e assim como a responsabiliza pelo cumprimento do Plano de Utilização.

O Plano de Utilização do PAE-SF é um documento que regulamenta a conduta dos assentados no projeto, definindo as responsabilidades e os direitos de cada um, "servindo de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social" (BRASIL, 2001. p. 18).

Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade é definido "como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução permanente das espécies animais, a regeneração completa das áreas desmatadas e possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade" (Op.cit, p.18). Mas, essa concepção é no nosso entendimento, limitada e reducionista, pois enfoca com maior ênfase o aspecto econômico das atividades produtivas, em detrimento aos anseios de uma educação ambiental que tenha como elementos fundantes: a cultura, a inclusão social, o ambiente como espaço de vida, e a qualidade de vida dos sujeitos sociais. Sendo assim, faz-se necessário ampliar seu enfoque para outros aspectos das práticas socioambientais.

Os assentados/as do PAE – SF "estão organizados de forma coletiva, na Central das Associações dos Moradores [CAPAESF] que é responsável pela gestão de todo o projeto" (BRASIL. 2001, p. 7). Em cada uma das onze comunidades existentes, os assentados

participam de uma Associação de Moradores, que por sua vez indica/elege três representantes para compor a diretoria da CAPAESF, que tem a responsabilidade pela execução do plano de utilização e para isso "designará grupos e equipes de trabalho para atuarem nas distintas áreas da execução administrativa – operacional do projeto e responder solidariamente pelo mesmo" (Ibidem, p. 13).

No plano de utilização, é recomendado que o assentamento seja administrado na forma de autogestão, sendo os assentados, na qualidade de coautores e cogestores da administração, responsáveis de forma coletiva ou individual pela execução do mesmo. É atribuída a responsabilidade coletiva pelas decisões ao Conselho Deliberativo da CAPAESF e a Assembleia Geral, que funcionam como instâncias deliberativas máximas no âmbito do PAE-SF.

Consta no plano que o mesmo "(...) foi discutido e elaborado pelos moradores, aprovado pelo INCRA e referendado pelos órgãos ambientais" (BRASIL. 2001, p. 7), isso após "inúmeros debates entre assentados, Incra, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cooperativa dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (COOPPEB) e equipe Lumiar" (Ibidi, idem). Sendo definidos os limites de uso dos recursos naturais e "dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores" (Op.cit, p.17). Constando as atividades produtivas permitidas e as proibidas, assim como os condicionantes para as atividades diárias.

São atividades permitidas: diversas práticas agrícolas irrigadas e de sequeiro (feijão, milho, mandioca,), hortícolas, extrativistas de pesca (no rio e nas lagoas). piscicultura, artesanato e criação de animais (principalmente de pequeno porte), extração de areia (condicionada pela legislação ambiental)

São atividades proibidas: "exploração do homem pelo homem" (Op.cit. p 19) na forma de arrendamento, trabalho de meia ou qualquer mecanismo, jogar lixo a céu aberto, caça de animais silvestre, uso de redes de pesca com malhas inferiores a 14 cm, ou qualquer pesca predatória, queimadas às margens do rio e das lagoas, extração de minérios.

São também estabelecidas "**atividades obrigatórias"** para os assentados: limpeza dos canais de condução de água do rio até as lagoas; conservação e fiscalização das lagoas; conservação dos caminhos, varadouros, ramais e estradas; e efetuar denúncias de irregularidades à CAPAESF. Essas atividades podem ser consideradas uma espécie de contrapartida dos assentados para com a preservação da área do PAE-SF.

CAPÍTULO 2.

2. ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Neste capítulo discorreremos sobre Educação Ambiental, abordando aspectos teóricos relacionados às várias dimensões em que a ela se relaciona com movimentos sociais, com gestão, com e como políticas públicas, e principalmente com a vida cotidiana dos assentados(as) do PAE-SF.

Iniciaremos conceituando como entendemos Educação Ambiental, discutindo um pouco de sua história e suas correntes teóricas, para embasar esse nosso entendimento de uma EA transformadora e crítica. Em seguida traremos a discussão sobre movimentos sociais e sua dimensão ambiental, para na sequência, enfocar a gestão, ou melhor, as contribuições da EA para os processos de autogestão do PAE-SF, principalmente a partir da constituição da EA como política pública.

2.1 Educação Ambiental

Conceituar Educação Ambiental (EA) é muito complexo, pois envolvem interesses econômicos, disputas ideológicas sobre o futuro do planeta e a forma de organização societal, que se traduzem em visões distintas de mundo, de educação, enfim das nossas relações com a natureza e com os outros homens. Para explicitar o que é EA e qual sua importância, Carvalho (2002) adota a definição formulada na Conferência da Unesco de Educação Ambiental realizada em Chosica – Peru em 1976, como a que mais se aproxima daquilo que ele entende por Educação Ambiental:

> Educação Ambiental é ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tende à tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados destas relações. (UNESCO Apud CARVALHO, Op.cit, p. 51)

Carvalho (2002) defende a ideia que toda educação é ambiental, pois o processo educativo é realizado num "meio" que é o ambiente dos sujeitos da educação que vivem e convivem nesse ambiente com outros seres vivos e que para sobreviverem estabelecem relações amplas com o meio. Portanto, o "adjetivo 'ambiental' [...] ao lado do substantivo 'educação' serve a meu ver, apenas para reforçar dimensões que já estão contidas no mesmo; não devendo portanto, existir limites rígidos entre os conceitos de Educação e Educação

Ambiental" (CARVALHO, 2002. p.36), ressaltando porém, que devido à crise ambiental e a própria crise da modernidade, há a necessidade de demarcar a especificidade da dimensão ambiental como resgate da totalidade do processo educativo rompendo com a compartimentação e fragmentação próprias do paradigma cartesiano.

Para Medina e Santos (2001), Educação Ambiental não se trata tão-somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar "para" e "com" a natureza; para compreender e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente. Para elas EA "é a incorporação de critérios sócio-ambientais, ecológicos, éticos e estéticos nos objetivos didáticos da educação" (ibid., p. 25).

Nesse sentido, Saito (2002), fala em quatro grandes desafios da EA que são: 1) buscar uma sociedade democrática e socialmente justa; 2) desvelar as condições de opressão social; 3) praticar uma ação transformadora intencional e por fim, 4) promover a contínua busca do conhecimento. Reafirmando que a resolução desses desafios constitui um "caminho para estabelecermos uma sociedade ambientalmente mais equilibrada, juntamente com uma sociedade mais justa, mais igualitária e efetivamente mais democrática" (ibid., p. 58).

Não se discute mais a importância da EA para a melhoria da chamada "qualidade de vida" na nossa sociedade. Todos (educadores, administradores, sociedade civil e política) concordam que é imperativo mudar o nosso comportamento em relação ao meio ambiente. O problema e a grande polêmica é como efetivamente desenvolver uma EA que dê conta de "mudar" a mentalidade das pessoas, alterando aspectos culturais e de comportamento, que por si só não garantem a resolução dos problemas ambientais, pois os mesmos derivam da forma como a sociedade está organizada e de como se dá a apropriação dos recursos naturais (o sistema de produção).

Diretamente todos ou quase todos os problemas ambientais estão relacionados com a apropriação dos bens naturais e numa sociedade capitalista há o agravante dessa apropriação ser privada, o que aliás, é a essência dessa sociedade, com a consequente socialização coletiva dos desequilíbrios ambientais (seca, enchentes, erosão do solo, poluição do ar e das águas, fome, etc.), onde a maioria da população arca com os prejuízos e as elites se locupletam das benesses, das riquezas.

Por esse prisma, fica evidente que para as elites não é interessante "mudar" a mentalidade das pessoas no que tange às nossas relações com a natureza – fonte primária da riqueza e da nossa humanização.

Historicamente, as classes dominantes detiveram o controle da sociedade e a consequente imposição de suas ideias e valores (a ideologia), mas havendo contudo,

resistência das classes dominadas que lutam para conseguirem sobreviver livres do jugo opressor. Assim, a questão ambiental resultante da apropriação privada da natureza, está no centro da luta de classe, e portanto, numa disputa acirrada, pois questionar as agressões ao meio ambiente é questionar a sua apropriação, direta ou indireta, pelo capital.

Preocupados com essa disputa, a classe dominante ou setores dela, criaram o ecocapitalismo[3], que segundo Waldman (2001, p. 30):

> Ao não questionar formas de produção, paradigmas econômicos e modelo de consumo, legitimam [e criam] o Consumismo Verde[4]. [...]. Para os ecocapitalistas a defesa da ecologia passa pela fabricação de carros que "poluam menos" e não pela defesa de meios alternativos de transporte (como as ciclovias) ou a melhoria do transporte público. Propõe métodos de reciclagem e recuperação de matérias-primas, mas não produtos com maior coeficientes de durabilidade, e assim por diante. [...] Embora discordando da depredação ambiental, não questionam os valores e as relações de poder existentes no interior desta mesma sociedade.

Em suma, é a manutenção da apropriação privada da natureza e a consequente pilhagem e destruição da mesma. Nesse sentido, o capitalismo num "toque do Rei Midas"[5] da mitologia grega, transforma um grande problema em mais uma fonte de lucros, pois "a água, o solo, o 'verde' entre outros elementos, a partir do momento que são contaminados, poluídos e depredados, justificam sua transformação em bens adquiridos em mercado." (WALDMAN, 2001, p.19).

Pelo exposto até aqui, fica claro que é muito difícil, nos marcos do capitalismo, propor ou montar um currículo que de fato trabalhe a EA na profundidade que se faz necessária para efetivamente "mudar" a mentalidade das pessoas, pois implica mudar o próprio sistema com seus valores, ideias e costumes. Por outro lado, é possível aproveitar as contradições inerentes do capitalismo e construir contra-ideologicamente, no sentido gramsciano da palavra, a educação ambiental transformadora, irmã, eu diria, das pedagogias críticas, tributárias das lutas emancipatórias dos oprimidos do mundo. Reafirmo que como educadores, não podemos "cruzar os braços" diante das questões ambientais face às dificuldades impostas pelo sistema, é preciso e urgente saber conjugar luta política e luta ecológica, pois uma está implicada na outra numa relação profundamente dialética.

---

[3] Conceito derivado da corrente ecológica denominada ecocapitalista, que acreditam que a economia de mercado é a única a regular eficientemente a relação homem/natureza (WALDMAN, 2001, p.32)

[4] Vertente ecológica do consumismo capitalista, que exploram o apelo emocional das questões ambientais nos consumidores para venderem seus produtos.

[5] Rei Midas personagem da mitologia grega que transforma em ouro tudo o que toca com as mãos. (BRANDÃO, 2000, p.122)

A EA encontra-se mais desenvolvida na modalidade de educação não-formal que é onde encontramos o maior número de experiências e diversidade de ações, como as várias campanhas: de proteção da Mata Atlântica (ONG SOS Mata Atlântica); de defesa da Amazônia (APPN; AGAPAN; MAPE)[6]; de combate a incêndio florestais (SOS Mata Atlântica; WWF-Brasil); de preservação das águas (CNBB; Articulação do Semiárido); medidas socioeducativas desenvolvidas junto aos jovens e adolescentes de bairros comunitários (BOMFIM, 2010) e até mesmo as desenvolvidas pelo poder público, por exemplo: o caso dos cursos de capacitação em educação ambiental promovidos pelos órgãos do Ministério do Meio Ambiente e pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), este vinculado à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, só para ficar com dois exemplos um federal e outro estadual. Na contra mão, os PCN's quando, nos temas transversais, orientam os professores a trabalharem com a Educação Ambiental de forma interdisciplinar. Entretanto, observamos informalmente, que práticas pedagógicas negligenciam esta temática na educação formal.

Mas o grande impulso da EA no Brasil se deve às iniciativas das Organizações Não Governamentais, principalmente as denominadas ONGs Verdes que perceberam que a mudança de mentalidade das comunidades só seria possível através de um processo educativo que despertasse a "consciência ecológica" das populações diretamente envolvidas com os problemas ambientais e propiciasse a busca de soluções para os mesmos.

Lima (2011) classifica a EA em duas polaridades, uma conservadora e a outra emancipatória, a primeira "se interessa pela conservação da atual estrutura social, com todas as suas características e valores econômicos, políticos, éticos e culturais" (Op.cit, p. 132). E, a segunda pelo "compromisso de transformação da ordem social vigente, de renovação plural da sociedade e de sua relação com o meio ambiente" (Ibid, p.132). Entre essas duas polaridades, o autor aponta ainda uma terceira categoria denominada de conservadorismo dinâmico, que atua para desviar o rumo transformador/mobilizador das lutas pelas questões ambientais, operando "por mudanças aparentes e parciais nas relações sociais e nas relações entre a sociedade e o ambiente enquanto, conserva o essencial" (Ibid, p.132). Esta conta com maior visibilidade na mídia e apoio dos governos e empresas, constituindo-se, segundo o autor, o mais poderoso obstáculo para uma abordagem transformadora dos problemas ambientais.

[6] APPN – Associação Paulista de Proteção Natural; AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico.

Essas duas correntes, a conservadora e a emancipatória, correspondem e estão baseadas na classificação que Saviani (1999) faz das teorias da educação em Teorias Não-Críticas e Teorias Críticas. Segundo o autor, as teorias não-críticas propugnam um papel redentor para a educação sem questionar a realidade social com suas mazelas e opressão de classe, atribuindo à escola o trabalho de manutenção dessa realidade, inculcando os valores dominantes. Já as teorias críticas advogam que a escola tem o papel de contribuir na transformação da realidade social questionando os valores dominantes e denunciando a opressão de classe.

Daí deriva a classificação da educação ambiental em **EA crítica** e em **EA não-crítica**. Sendo que a EA não-crítica postula a defesa do meio ambiente sem questionar a realidade social ou lutar por mudanças sociais, focando no indivíduo a responsabilidade pela preservação ambiental. Em suma, o problema ambiental deve ser "resolvido" por mudanças de comportamento, de atitude, onde todos têm a mesma responsabilidade independente de sua condição social e posição de classe. Por outro lado, a EA crítica, postula que os problemas ambientais estão relacionados aos problemas sociais e que as "soluções" para os problemas ambientais devem levar em consideração a realidade social, conjugando as duas dimensões, ambiental e social, em alternativas coletivas e individuais que busquem preservar a natureza e transformar a realidade social.

Após a análise conceitual da Educação Ambiental e suas concepções, faz-se necessário estabelecer uma relação dessas ideias com as políticas públicas de EA.

2.2 A Educação Ambiental como política pública

A nossa Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, assegura no Artigo 6º que "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição[7]" (BRASIL. 2014), definindo assim os direitos sociais que devem ser garantidos a todos os/as brasileiros/as independentemente de classe social, gênero, crença, ou outros critérios quaisquer, pois todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Porém em função da nossa trajetória histórica enquanto nação, marcada pela profunda desigualdade social e agravada por nosso passado colonial e escravista, os direitos sociais preconizados na CF não são efetivamente usufruídos por todos.

[7] Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010

Vivemos numa sociedade capitalista, em sua fase neoliberal, onde operam “leis de mercado” que regulam as relações sociais pelo poder de compra de seus membros, assim quem tem poder aquisitivo garante acesso a todos os direitos sociais que são transformados em bens e serviços a serem adquiridos/vendidos como mercadorias. Só que a maioria da população, por não ter poder aquisitivo, fica excluída do mercado e portando do acesso aos direitos sociais.

Historicamente essas populações de excluídos lutam para ter acesso a melhores condições de vida e demandam do estado ações com o “objetivo de resolver necessidades consideradas vitais” (PALMEIRA. 1996, p.167), o que originam as políticas, em algum momento compensatórias, assistencialistas, configuradas como políticas governamentais, e em outros como políticas públicas permanentes, de Estado. Para Palmeira (1996, p. 169)

> Política pública [de Estado] é diferente de política governamental, pois não se elabora no espaço restrito de grupos no poder, mas pode sobreviver à própria existência desses. Surge do exercício do político, refere-se ao interesse geral. Resulta do confronto, da interação ou da conciliação entre os diferentes interesses privados dos diversos grupos e classes sociais, que se confrontam no espaço político do Estado, manobram no seu interior e o subordinam algumas vezes, o que significa que são definidores do projeto (utopia) de sociedade que se quer construir.

Oliveira (2011, p. 329) continua considerando que:

> [...] políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder as demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Assim há uma diferença entre um tipo e o outro de política, e a população de excluídos, na sua luta histórica pelo direito a uma vida digna, aprendeu a buscar o atendimento de suas necessidades pela via da criação de políticas públicas de Estado, pelo seu caráter permanente e de independência em relação ao governante.

Nesse sentido Freitas; Chacon; Girling (2012, p.108) advogam que:

> A política é uma realidade cotidiana em nossas vidas. A noção de políticas pode ser entendida de diversas maneiras, inclusive como parte do nosso fazer diário: no trabalho, na casa, nas relações de amizade, nas ações que empreendemos profissionalmente, na convivência cidadã e assim por diante.

Neste entendimento, política faz parte do nosso cotidiano e exige um exercício constante do sujeito nos atos de pensar e agir nos espaços de apropriação. Sobre a importância

da política na sociedade Bessa; Pinto (1999, Apud FREITAS; CHACON; GIRLING, 2012, p.108) corrobora com a nossa ideia de internalização da politica quando dizem:

> [...] mesmo que não queiramos ocupar-nos da política, a política ocupa-se de todos nós. Por que é a política que decide, mesmo nos países que limitaram a intervenção do poder na esfera privada dos cidadãos, uma enorme quantidade de coisas essenciais; desde a paz e a guerra até a quantidade de dinheiro que cada um paga ao Estado e o modo como este o gasta, ordenando as prioridades sociais.

O que confirma o nosso entendimento de que a implementação de política pública não configura como uma "doação" ou mesmo uma "benesse" do Estado, mas ao contrário, uma obrigatoriedade para fazer valer o preceito constitucional dos direitos sociais contido no artigo 6º da CF, pois como nos ensina Palmeira (1996, p. 160) "sua finalidade [das políticas públicas] é a de redução das desigualdades sociais e a garantia da justiça social". E de que "uma política é sempre o resultado de um confronto" (Op. cit, p.167), caracterizado entre interesses, entre classes sociais e mesmo entre grupos na sociedade.

Tomando por base vários teóricos (PALMEIRA, 1996; OLIVEIRA, 2011; FREITAS et.all, 2012;) a formulação que, na nossa opinião, melhor define política pública é a que a conceitua como **a ação do Estado para garantir à população os direitos constitucionais, através de programas, projetos e outras ações, quer sejam demandadas por movimentos sociais ou por instâncias do Estado (legislativo, judiciário, executivo), assegurando a todos/as a igualdade de direitos.** Sendo necessário porém atentar para o que Novaes e Carneiro (2012, p. 99) alertam ao afirmarem que:

> Compreendemos, assim, que o processo de incremento das políticas requer, sobretudo, o exercício das relações humanas. Um desafio que se constitui na aproximação ou conciliação entre objetividade e subjetividade, formal e informal, bem como na construção/ aproximação do 'consenso' grupal.

Pelo exposto até aqui, fica evidente que se trata de políticas públicas – no plural –, até porque os direitos sociais são vários e os grupos demandantes são diversos, o que leva a necessidade de implementação de variadas ações para a consecução do que prescreve a nossa CF.

O Art. 205 da CF (BRASIL, 2014) traz e ainda reforça que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." reafirmando assim a educação como um direito social, com suas finalidades e alcance. Com relação ao meio ambiente, que não aparece como um direito social, mas é assegurado como um direito, aparece no artigo 225 como:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
> (...)
> VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Além de ser assegurado como um direito, neste artigo da CF no seu inciso VI, é praticamente delineada a educação ambiental como uma política pública para garantir o previsto no caput do artigo, ou seja, o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, as políticas públicas de Educação Ambiental tem por finalidade o atendimento a dois direitos constitucionais – educação e meio ambiente equilibrado – pois como afirma Oliveira (2011, p. 334) "as estratégias de ação para alterar esse quadro de [degradação socioambiental] devem considerar a articulação inevitável entre políticas educacionais e a dimensão social, contemplando os processos de crescimento e desenvolvimento econômico do país."

Nesse sentido, Mutim (2007, p.116), contribui para esclarecer a relação entre educação e sustentabilidade, estabelecendo a importância da educação e da educação ambiental, em particular, como articuladora das mudanças necessárias e desejadas para a transformação da sociedade na perspectiva da:

> [...] ampliação da participação e do controle da sociedade requer maior capacitação da população e, principalmente, dos agentes gestores do desenvolvimento, incluindo-se poder público, ministério público, ONG's, setor produtivo, além de outros capazes de efetivar as mudanças estruturais.

Em síntese, destingui-se política de governo e política pública, com isto demonstrando a perenidade e o alcance da última, e entende-se política pública de educação ambiental como a ação do Estado para garantir a todos um meio ambiente equilibrado. Mas, na próxima seção trataremos de aprofundar sobre as políticas publicas de educação ambiental no Brasil.

2.2.1 – Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil.

Ao estabelecer relações com a natureza para criar as condições de sua existência, o ser humano modifica e sofre modificações, numa relação dialética com a natureza, criando como diz Marx a sua segunda natureza – a cultura. Com a revolução industrial, lembramos que com a consolidação do capitalismo as relações homem/natureza intensificaram tornando

mais predatórias, passando a natureza a constituir uma fonte de extração e de acumulação de riquezas, originando a mentalidade da inesgotabilidade dos recursos naturais que perdura até os nossos dias e que serve de justificativa para todas as agressões praticadas contra o meio ambiente.

Foi no início da década de 60, do século XX, que tomou corpo o movimento ambientalista que, entre outras coisas, denunciou a falácia da inesgotabilidade dos recursos naturais e que o "desenvolvimento" da sociedade capitalista estava levando o planeta Terra ao colapso ao esgotamento, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana.

Como consequência da iniciante, mas permanente, pressão dos ambientalistas foi realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, que constituiu o 1º fórum mundial a discutir as relações do homem com a natureza e a apontar a importância da Educação Ambiental para a solução dos impasses nessa relação. Essa conferência recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a Educação Ambiental (PEDRINI, 2002).

Para efetivar as resoluções da Conferência de Estocolmo, a Unesco organizou e promoveu três conferências: a primeira em 1975 em Belgrado (Iugoslávia), que sugeriu a criação de um programa mundial de Educação Ambiental, o que foi acatado pela Unesco que criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

A segunda, foi realizada em 1977 na cidade de Tbilisi (Geórgia – URSS), sendo considerada a mais importante das conferências (CARVALHO, 2002; PEDRINI, 2002; entre outros), pois foi a primeira conferência internacional consagrada à Educação Ambiental e possibilitou a formação de uma base sólida de sustentação para uma proposta de educação efetivamente ambiental e popular (LOUREIRO, 1992 Apud. CARVALHO, 2002. p.51). A partir daí a ampliação do conceito "meio ambiente" passa a englobar além das dimensões físicas e biológica outras dimensões como a social, a política, a técnica, a ética, a cultura e a econômica, alargando assim os horizontes de trabalho da Educação Ambiental (CARVALHO,2002), que deve ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar, demonstrado a dependência entre as comunidades nacionais, estimulando a solidariedade entre os povos da terra (PEDRINI.2002).

A terceira conferência foi realizada 10 anos depois, em 1987, na capital da Rússia – Moscou e teve como objetivo principal avaliar o desenvolvimento da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi e discutir, entre outras coisas, a necessidade do desenvolvimento de um modelo curricular; o intercâmbio de informações sobre o

desenvolvimento de currículo; desenvolvimento de novos recursos instrucionais; promoção de avaliações de currículos e capacitar docentes e licenciados em Educação Ambiental.

Nesse mesmo ano, foi publicado o Relatório Brundtland (O nosso destino comum) que traz o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como o que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Inicialmente aceito, a esse conceito foi contraposto o de Sustentabilidade por englobar outras dimensões das sociedades humanas esquecidas e ou negligenciadas pelo DS que foi prontamente assumido de maneira acrítica por governantes, empresários, tecnocratas, ONGs, etc., servindo de "abrigo protetor" para todo tipo/proposta de desenvolvimento, mascarando assim os conflitos sociais. Pois segundo Quintas (2004, p. 123) "quando se fala em sustentabilidade há sempre que se perguntar: 'sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo' Murrul (2003)", o que leva sempre em conta os diversos interesses em jogo.

A partir da Conferência de Moscou, a Educação Ambiental passou a ser discutida em reuniões regionais, como por exemplo as realizadas na América Latina (Argentina em 1988 e no Brasil em 1991).

A Educação Ambiental volta a ser discutida na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro em 1992 e denominada oficialmente de "Conferência de Cúpula da Terra", tornando a mais importante até hoje realizada, não só pela participação de 182 países, mas principalmente, pela ampla participação da sociedade civil organizada que transformou a Rio – 92 na "Cúpula dos Povos da Terra".

Organizada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) foi realizada a Jornada Internacional de Educação Ambiental, outro fato importante foi a aprovação da Carta Brasileira de Educação Ambiental que conclama o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) à implementação imediata da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (PEDRINI,2002).

Analisaremos agora a Educação Ambiental enquanto política pública no Brasil, por motivo de espaço e delimitação de tempo optamos por utilizar como demarcador de recorte de tempo cronológico a promulgação da Constituição Federal em 1988 por ser a lei maior do nosso ordenamento jurídico, por trazer um capítulo dedicado ao meio ambiente e por propugnar no seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI que é dever do poder público "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino (...)". Mas é somente em 1999, uma década depois de promulgada a Constituição Federal, que o governo federal institui no plano

legal uma Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) pois nem mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, tratou ou fez referência à dimensão ambiental na educação.

Como política pública a Educação Ambiental está presente em diversas leis como por exemplo na: Lei 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), cujo órgão gestor é composto pelo Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente; na Constituição Federal; na Constituição do Estado da Bahia, na Lei Orgânica do Município de Bom Jesus da Lapa e mais recentemente na Lei Estadual nº 12.056/2011 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental (BAHIA, 2013), que a recomendam para todos os níveis (educação básica e superior) e modalidades (Educação formal; não – formal e informal).

Na educação formal, a Educação Ambiental encontra alguns entraves para se efetivar, no nosso entendimento, as principais são: a organização cartesiana do conhecimento em disciplinas estanques o que leva a uma compartimentação desses conhecimentos e a carência da dimensão ambiental nos cursos de formação de professores, que por sua vez provoca uma visão deturpada e na maioria das vezes romântica das questões ambientais. A problemática da Educação Ambiental torna-se mais complicada, pois as políticas públicas contidas nas leis, transferem para as escolas a responsabilidade de efetivarem nos seus programas curriculares a Educação Ambiental, sem contudo investir de maneira efetiva, na formação continuada de professores e diretores de escolas, além de não disponibilizarem recursos financeiros, em potencial, para as atividades em Educação Ambiental. Loureiro (2012, p.90) reforça que:

> A Educação Ambiental se constituiu de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifesta até hoje na ausência de programas e recursos financeiros que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como política de Estado universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que podem garantir a justiça social e a sustentabilidade.

Atualmente, após doze anos de governos populares – dois mandatos do presidente Lula (2003 – 2006; 2007 – 2009) e um da presidenta Dilma (2010 – 2014) – podemos afirmar que a participação da sociedade civil nas formulações das políticas públicas foi ampliada, com a criação e/ou fortalecimento de conselhos, realização de **encontros**[8] (2004 o 1º Encontro

[8] BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia**. Salvador: EGBA, 2013

Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental; Em 2005 o Encontro Nacional de Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e o 1º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental; Em 2007 o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental), **fóruns** (2004 o V Fórum de Educação Ambiental; 2009 o VI Fórum de Educação Ambiental; Em 2012 o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental) e **conferências** (quatro Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2003. 2005, 2008 e 2013; Além das Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, promovidas pelo MEC).

Pensamos que há contradição entre os pressupostos da Educação Ambiental tais que: formação da cidadania plena, desvelamento das relações de dominação sociais e ambientais, na nossa sociedade, entre outros (SAITO, 2002) e a política neoliberal do Estado Mínimo praticada pelas nossas elites e seus representantes. Este cenário revelado, principalmente, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e que a efetivação de uma Educação Ambiental transformadora (LOUREIRO, 2012) contribuirá na construção de uma consciência socioambiental e, consequentemente, para a transformação social, pois a lógica capitalista é, por excelência, antagônica à preservação ambiental.

Já avançamos muito, mas é preciso ir além e, tentar garantir uma efetiva participação da sociedade civil na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas de Educação Ambiental.

Advogamos que a Educação Ambiental precisa constar nos cursos de licenciaturas e formação de professores como componente curricular, com estatuto teórico e prático, minimizando uma grande lacuna na formação docente e preparando-os também como educadores ambientais, pois definitivamente uma política pública em educação ambiental começa com docentes com formação para tal.

Após discutirmos sobre a EA como política pública, passaremos a discutir sobre a relação dos movimentos sociais com a demanda por políticas públicas, sem esquecer que estes não dissociam a luta política pela terra, pela moradia e pela educação, da luta pelas questões ambientais.

2.3 Educação Ambiental e movimentos sociais

Podemos caracterizar como movimento social a “organização” de setores da população que lutam para garantir melhores condições de vida, face às degradantes situações de desumanização impostas por detentores do poder econômico e/ou político nas mais diversas épocas históricas. Sendo que, na modernidade o proletariado foi o primeiro sujeito

histórico a constituir/organizar um movimento social, o dos trabalhadores, que inicialmente busca amenizar seu sofrimento criando as mais diversas alternativas: cooperativas e sociedades de consumo, de ajuda mútua, ligas para fins diversos, entre outros. Ao mesmo tempo eles se organizam para lutar politicamente, via sindicatos e partidos políticos, constituindo os primeiros movimentos sociais da sociedade capitalista. Lembramos que a elite que detém o capital e a consequente apropriação dos recursos naturais, são mais responsáveis pelos impactos ambientais do que os oprimidos envolvidos nos movimentos sociais.

Com a consolidação da burguesia no poder, outros setores da população buscam também seus espaços para sobreviverem, como é o caso dos camponeses na luta para manterem suas terras e seus modos de vida, face à agressão do capital com o desenvolvimento da agricultura e da acumulação primitiva (MARX e ENGEL, 2009), que inicialmente expulsa-os do campo para comporem o "exército de mão de obra" e depois apropriam de suas terras constituindo o chamado agronegócio, baseado na concentração de terras, na monocultura para exportação, no uso intensivo de insumos modernos como: fertilizantes químicos; agrotóxicos; mecanização, entre outros.

Ghon (2005) classifica de novos movimentos sociais os que surgiram ou tornaram-se importantes, a partir de meados do século XX, com novos "temas" para além das questões capital versus trabalho, inseridas no movimento sindical/operário, sendo marcante o movimento feminista e o ambientalista, entrando em cena setores médio da sociedade.

Em função disso, Ribeiro (2010, p.28) explica o entrelaçamento ideológico dos vários movimentos sociais que diz o seguinte:

> Tendo por sujeitos políticos coletivos os movimentos sociais, estes tanto podem significar a ação de transformar a sociedade e a educação quanto a reação, ou a retroação para defender o status quo, ou manter a ordem vigente das relações sociais de produção, que são relações de exploração do trabalho alheio.

Pois com a "entrada em cena" da classe média, a luta de classes entre burguesia e trabalhadores vai ganhando novas configurações, novos sujeitos, agora em processo de proletarização, que mesmo assim desejam apenas retornarem à sua condição anterior ou até mesmo garantirem alguns direitos, sem contudo desejarem uma transformação radical da estrutura social, sendo assim assevera Ribeiro (2010, p.29) que "são, portanto, os movimentos sociais populares os portadores do novo, do projeto popular de sociedade (...)."

Sem enfocar essa distinção, dando ênfase na dimensão da cidadania para caracterizar movimentos sociais, Rangel (2010,p.40) diz que:

> Gohn (1995) revê a história dos Movimentos Sociais no Brasil, ressaltando as lutas por direitos, a mobilização dos sujeitos políticos nessas lutas, observando os Movimentos como forma de construção da cidadania e visibilização de impasses e emperramentos que constituem obstáculos à vida cidadã.

Já Menezes (2010, p.102) vê o "Movimento Social como ação coletiva de sujeitos que apoiados em uma determinada visão do mundo organizam forças, agendas e propostas em que objetivam mudar ou conservar valores, normas, condições de vida." Caracterização próxima da defendida por Ribeiro (Op.cit), porém sem avançar na distinção entre o popular e o não – popular.

Pensamos que é fundamental essa distinção, pois traduz em objetivos a serem alcançados que estão além do horizonte mais imediato das necessidades e vão à raiz do problema gerador da negação da cidadania, da opressão de classe, da exclusão social, da degradação ambiental, enfim, de toda crise civilizatória que vivemos. E é nesse sentido que trabalharemos com o conceito de movimento social, como popular na origem e transformador por objetivo de luta. As ideias de Ribeiro (2010, p.59) ilustram nossas afirmativas:

> Na América Latina, povos indígenas, negros descendentes de escravos africanos que se organizam para viver em quilombo, camponeses e famílias pobres de brancos, negro, índios e mestiços. (...) Essas populações vêm lutando há séculos; organizam-se em movimentos sociais populares, criando alternativas de sociedade e de educação as quais pressupõem um processo de emancipação social.

E que no Brasil não poderia ser diferente, pois;

> (...) o que identificamos como povo (...), corresponde à maioria da população pobre, que vive no campo como nas favelas urbanas, que são brancos, índios aculturados, caboclos, negros e mulatos, são os "sem" o essencial para uma vida digna, os sem-terra, os sem-trabalho, os sem-teto, os sem-educação, os sem-saúde, os sem-segurança ... Mas essas pessoas não se entregam à condição de "sem"; elas se organizam, se articulam, e se põem. (RIBEIRO. 2010, p.59)

Ribeiro (2010, p. 46) atribui uma característica fundamental aos movimentos sociais populares, a de serem educadores, afirmando que "a dimensão educativa, formadora das classes populares, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares." E que "O movimento social popular é educador, enquanto capaz de forjar uma identidade de classe." Ressaltando mais adiante "que existe uma imbricação profunda entre os movimentos sociais e a educação." (Op.cit. p.61). Que pode ser sentida nas mais diversas formas de se organizar para lutar por seus direitos.

Para Gohn (2005) os movimentos sociais possuem três dimensões educativas:

> 1 – A DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.
> (...) processo conflituoso e tortuoso, de avanço e recuos, possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos. (Op. cit. p.17-18)
>
> 2 – A DIMENSÃO DA CULTURA POLÍTICA
> O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. (Op. cit. p.18)
> A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada (Thompson, 1979). Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E Aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus.
> (...) Isso tudo porque ocorre a identificação do processo de ocultamento das diferenças sociais existentes e, consequentemente, a identificação dos distintos interesses de classes presente. (Op. cit. p.19)
>
> 3 – A DIMENSÃO ESPACIAL-TEMPORAL
> Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana. (Op. cit. p.20)
> As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular. As datas, as festas religiosas, os espaços comunitários "da roça", da unidade doméstica, etc. são representações fortes na mentalidade coletiva popular. O espaço e o tempo têm dimensões amplas no meio rural, à medida que fazem parte do universo de referência do cotidiano vivido. (Op. cit. p. 20-21)
> A dimensão espaço-tempo resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular (Gramsci, 1968). (Op. cit. p. 21)

Entendemos educação como um processo mais amplo, de formação humana e não somente como escolarização, que é importante, mas limitado. Sendo, como explica Menezes (2010, p. 101) "que o processo educativo é um fenômeno amplo e polissêmico que acontece em diferentes contextos históricos e culturais, (...) bem como em diversos espaços educativos, incluindo os espaços de educação construídos com base nos sujeitos em movimento." E Caldart (2004, p.317–318) corrobora apontando que "olhar para o movimento social como sujeito pedagógico, significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere."

Isso porque como coloca Ribeiro (2010, p. 44) ao discutir a centralidade do trabalho na formação dos grupos humanos para além da simples satisfação das necessidades de sobrevivência: alimentação, moradia, segurança, etc.; ele acentua sua função educadora quando:

> Pensamos o trabalho na sua dimensão educativa que, pela relação que o trabalhador estabelece com a natureza, mediada pelas relações consigo mesmo e com os outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura.

O que nos leva a concordar com Caldart (2004, p.320) com relação ao locus da educação como processo de formação humana, que permeia todos os espaços da sociedade. Estabelece relação entre trabalho e educação hipotetizando:

> Se o trabalho é educativo, então é possível pensar que o sujeito educativo, ou a figura do educador não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas. Uma fábrica também pode ser olhada como sujeito educativo (Kuenzer, 1885); da mesma forma um sindicato, um partido (Gramsci), as relações sociais de produção, um movimento social.

Posto isto concordamos com Ponce (2000), Saviani (1999), Freire (2000) que nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, a educação formal constitui privilégio de poucos, e que, segundo Mazzeu (2010, p. 56),

> Historicamente a educação tem se desenvolvido de modo apartado do mundo do trabalho, nas sociedades em que existe a propriedade privada e a divisão em classes sociais. Em outras sociedades, como é o caso, por exemplo, de muitas comunidades indígenas, a educação se faz por meio das atividades sociais, ou seja, é o próprio envolvimento das novas gerações com o trabalho, os ritos, os costumes etc. que vai formando os indivíduos como sujeitos daquela comunidade.

Por isso afirmamos que de fato os movimentos sociais têm contribuído para ampliar o sentido da educação, possibilitando romper com a visão estreita de educação formal, de seu lócus específico – a escola –, e de seu caráter elitista e ao mesmo tempo ressignificando os processos educativos e lutando para democratizar a educação de qualidade social para todos.

2.3.1 Educação Ambiental do Movimento CETA no PAE-SF

O Movimento CETA não é um movimento ambientalista, mas pratica o que Viola (Apud DIEGUES, 2011) denomina de "ambientalismo camponês", ao lutar por acesso aos recursos naturais de seu território e buscar práticas agrícolas alternativas, como constatou Sodré (2008a, p. 2) nas suas observações[9] em campo que:

[9] Efetuada na pesquisa para a Tese defendida na UFPE, em 2008.

> (...) os assentados [do PAE-SF] fazem uso dos alternativos que substituem os tóxicos que são nocivos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde dos agricultores. Entre eles podemos citar a "urina de vaca[10]", utilizada, também, pelas mulheres nos pequenos roçados e a "manipueira[11]" da mandioca diluída em água. (...), estão contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente. Quanto ao controle das formigas cortadeiras, ao invés de utilizar produtos químicos, muitos dos assentados informaram que utilizam o feijão-guandu[12], também conhecido como andu, espalhado ao redor das plantações. Portanto, de modo geral, fazem uso de tecnologias mais compatíveis com a preservação do ambiente em que estão inseridos do que das tecnologias que vieram de fora.

Configurando o que Moreira (2010) afirma ser a dimensão ambiental do Movimento CETA que incorpora como missão a preservação[13] ambiental e uma educação contextualizada. Sendo reforçada essa posição por Nascimento (2007, p. 41) quando diz que "Embora já exista também por parte da sociedade uma relativa consciência no sentido da preservação ambiental, isto é mais expressivo por alguns **movimentos sociais rurais**, por setores de intelectuais, profissionais liberais e por ONGs ambientalistas" (grifo nosso).

Pensamos que os movimentos sociais do campo são, em geral, na sua essência, conservacionistas, pois na sua luta pelo direito à terra buscam formas de uso adequado dos recursos naturais, constituindo o que Diegues (2011) denomina de ambientalismo camponês. Nesse sentido, o autor ao fazer a distinção entre conservacionismo e preservacionismo afirma que "Se a essência da 'conservação dos recursos' é o uso criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem" (DIEGUES, 2011, p.30), o que confirma a opção pelo conservacionismo pela própria natureza dos movimentos camponeses.

Pelas suas características, a área onde está localizado o PAE-SF foi o que Nascimento (2007) denomina de "refrigério" – local de refúgio nos períodos de estiagem para os grupos humanos que viviam na região, o que possibilitou o desenvolvimento de conhecimentos sobre como lidar com a natureza do local. Conhecimentos repassados entre gerações e que alguns deles, na maioria das vezes, não são percebidos como degradadores do ambiente (SODRÉ, 2008), e portanto, tidos como naturais o que trás uma responsabilidade ao Movimento CETA de desenvolver, via educação ambiental, formas alternativas para esses

[10] Usada como fonte de micronutrientes para as plantas e repelente de insetos.
[11] Usada para combater nematoides e salinidade do solo
[12] Usado como formicida.
[13] Ver nota de rodapé 1, na página 16.

conhecimentos dos assentados. Para com isso cumprir com o estabelecido no Plano de Utilização do PAE-SF (BRASIL 2001), afinal como assegura Sodré (2008, p.02),

> (...) os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) que são definidos, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como aqueles assentamentos que visam a promover a reforma agrária ecológica, regularizando a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infra-estrutura que permitam o desenvolvimento sustentado.

Porém Nascimento (2007, p.42) chama a atenção para o fato de que:

> No que diz respeito aos **movimentos sociais rurais**, de modo especial nos **assentamentos de reforma agrária**, já se verifica também uma **preocupação considerável**, ao menos entre as lideranças, com o planejamento para o desenvolvimento das áreas desapropriadas e transferidas para o seu domínio, com a **sustentabilidade**, não apenas do ponto de vista econômico, mas sobretudo **ambiental.** (grifos nossos).

Assegurando que independente de ser em PAE, já existe essa preocupação com a dimensão ambiental por parte dos movimentos sociais do campo.

Sodré (Op. cit. p.11) afirma que o Movimento CETA já treinou 38 agentes multiplicadores em educação ambiental, selecionados nas onze comunidades que formam o PAE-SF, tendo "como responsabilidade transmitir princípios de educação e conscientização ambiental, visando a preservar o meio ambiente do PAE-SF e suas próprias vidas." O que aferimos já ter produzido resultados a partir da fala de Maria Aparecida (Apud SOBRÉ, 2008, p.06), uma assentada do PAE-SF, "Hoje eu sei dar valor a um pedaço de chão desse tamanho, porque hoje eu tenho que saber conciliar minha produção com a preservação ambiental. A gente tá numa área de reserva permanente."

Lembrando que este estudo busca analisar as práticas de educação ambiental do Movimento CETA junto aos assentados/as do PAE-SF, para entender a dinâmica do processo do dilema vivido no assentamento entre o produzir e o preservar, destacando o papel imprescindível da educação ambiental, pois como nos ensina Gohn (2005, p.61) "A educação ambiental traz em seu bojo, além do aprendizado de novos modos e formas de conviver com a natureza, o aprendizado e a reflexão sobre o próprio homem e seu papel na sociedade".

Até o momento tentamos estabelecer um diálogo entre a educação ambiental, trabalho e movimento social. Para além destas questões, abordaremos agora a relação ente educação ambiental e a gestão de assentamento extrativista.

2.4 Educação Ambiental e gestão dos assentados/as do PAE-SF

Já indicamos de que maneira é feita a gestão do PAE-SF (Conforme páginas 26 e 27 desse trabalho), pelo menos é o que consta no Plano de Utilização elaborado pelos assentados com o apoio do Movimento CETA e aprovado pelo Incra e pelo Ibama.

A "estrutura de administração" do assentamento é composta por onze associações de moradores, uma em cada comunidade e por uma central das associações, composta por três representantes, também de cada comunidade. Sendo a Assembleia Geral a instância deliberativa máxima da Central.

Mas como tem sido efetivada a gestão do PAE – SF? Qual o significado do termo gestão para os assentados/as? As respostas a essas indagações nos leva a analisar os conceitos gestão, administração, autogestão a fim de articular/imbricar com as ações empíricas dos assentados/as no PAE-SF.

O conceito administração é muito relacionado ao mundo dos negócios, à área empresarial e por isso tem uma conotação técnico-racional pautada na eficiência, na objetividade, na hierarquia, na disciplina e na lucratividade. Segundo Luck (2010. p.57) a "administração é vista como um processo racional, linear e fragmentado de organização e de influência estabelecida de cima para baixo e de fora para dentro das unidades de ação", que tem uma forma mecanicista e utilitária de usar pessoas e recursos, os mais diversos, para alcançar os objetivos previstos. Nesse sentido, o ato de administrar é caracterizado como comando e controle. Não sendo nessa perspectiva, adequado para designar ações de caráter coletivos em instituição/movimentos sociais, que requer na visão de Luck (2010, p. 57):

> (...) a participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado.

Configurando como um processo de **gestão** (grifo nosso) que, segundo Luck (2010) possui uma lógica pautada por princípios democráticos centrados no reconhecimento da primazia da participação consciente e autônoma das pessoas na tomada de decisões sobre os rumos a serem seguidos, na organização e no planejamento necessário ao seu trabalho. Para a autora (Op. cit. 2009, p. 21) a gestão é "um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizada para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos da sua unidade de trabalho".

A autogestão aparece quando os trabalhadores percebem que a sua organização é uma tarefa para eles próprios (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006), e se configura como a tomada da consciência histórica de que somos construtores do nosso próprio destino, da nossa própria história. Esse processo pressupõem a mais ampla participação, autonomia, democracia, cooperação, autoanálise, diálogo e educação, pois segundo Motta (1981, *Apud.* COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, op.cit. p. 65) "A sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias, de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização", onde todos são, individual e coletivamente, responsáveis pela gestão da comunidade/organização desde o planejamento até a execução final de todas as atividades do grupo.

Pelo exposto até aqui, fica evidente que a decisão adotada no Plano de Utilização do PAE – SF (BRASIL, 2001) de recomendar a gestão do Projeto na forma de **autogestão** é a mais coerente com a finalidade proposta de promover a sustentabilidade local, por meio de uma ação transformadora com bases sustentáveis, que leve em consideração a tradição e a cultura dos assentados/as.

Costa; Oliveira e Melo Neto (2006, p. 84) chamam a atenção para a importância da educação nos processos de autogestão, pois é necessária uma constante aprendizagem de "conhecimentos de novas formas de se poder viver que não apenas as estabelecidas nos marcos das relações capitalistas". Mutim (2007. p.115) ampliando essas ideias para a educação ambiental, compartilha dessa mesma visão abordando que:

> A Educação Ambiental como articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais é parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e à gestão de sociedades sustentáveis, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir objetivamente a meta da participação dos indivíduos e das comunidades locais/territoriais na tomada de decisão a respeito do patrimônio socioambiental

Nesta perspectiva, Dowbor (2014, p.1) reforça a importância da educação para o desenvolvimento local ao postular que a mesma quando a serviço da comunidade local "devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços." E que "podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera mas se faz." Pois afinal a "ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas."

Fica claro que existe um dilema vivido pelos assentados/as do PAE-SF de “produzir e/ou preservar”. Mas, é provável que algumas soluções para esse conflito, podem ser evidenciadas dentro de um sistema de gestão dialógica e participativa na forma de autogestão, mas para isso se torna imprescindível a contribuição da Educação Ambiental. Que assim, numa perspectiva transformadora, pode contribuir para a gestão, na sua forma autogestionária, ao possibilitar a compreensão ampla: das relações sociais na sociedade capitalista; da ampliação da participação da comunidade na gestão (MUTIM, 2007); da formação de uma cidadania ecológica/planetária (LOUREIRO, 2011); da materialização de possibilidades de ação no plano local a partir dos conhecimentos gerais (DOWBOR, 2014); e, uma compreensão do nosso lugar no mundo, na cultura e na natureza.

Afinal somos todos responsáveis pela construção de sociedades sustentáveis. Que passa pela valorização do território e de todos os recursos existentes: naturais, humanos, econômicos, institucionais e culturais e que vão constituir o enorme potencial de melhoria da qualidade de vida para todos. Sendo necessário e urgente conhecer em profundidade este potencial, para construir uma modalidade de desenvolvimento pautado na sustentabilidade com as características local/regional/planetária, possibilitando, assim, as transformações sociais almejadas por aqueles que lutam por uma sociedade mais igualitária, socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

CAPÍTULO 3

3. PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Nesse capítulo trataremos da nossa postura epistemológica e das escolhas metodológicas efetuadas no transcorrer desse trabalho, como por exemplo: a seleção e recrutamento dos participantes, os métodos, instrumentos e técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados. Trazemos também uma "breve" discussão abordando a Teoria das Representações Sociais e suas contribuições metodológicas/epistemológicas, como fonte de inspiração para a compreensão das práticas socioambientais dos assentados e as ações de EA do Movimento CETA.

3.1 Teoria das Representações Sociais aplicada ao estudo das ações de EA no Movimento CETA e as práticas socioambientais de assentados do PAE-SF.

Como moradores de uma reserva extrativista situada dentro de uma APP, os assentados(as) do PAE-SF desenvolvem várias práticas socioambientais, que vão desde atividades para garantir sua sobrevivência como por exemplo: pesca; coleta de lenha; criação de animais; atividades agrícolas, até as demais atividades sócio culturais como: festas populares; lazer; convívio comunitário; etc. Essas práticas são, ou deveriam ser, levadas em consideração para a definição das ações de EA desenvolvida pelo Movimento CETA, pois as mesmas refletem a maneira, socialmente construída, dessa população se relacionar com o ambiente e com eles próprios, criando representações sociais (RS) que propiciam a apropriação e a interpretação da realidade socialmente vivida e percebida.

Para Moscovici (2012), as RS são de fato um conjunto, ou sistema de ideias, práticas e valores que, construídas socialmente, orientam as pessoas e as comunidades para o seu agir no mundo, estabelecendo uma ordem capaz de controlá-lo, tornando-o familiar e compreensível. Para ele outra característica da RS é a sua comunicabilidade, fator crucial para a sua constituição social e apropriação por todos os membros do grupo/comunidade.

Nesse sentido, é fundamental a apreensão das concepções dos assentados(as) sobre as práticas socioambientais desenvolvidas pelos mesmos no PAE-SF, sendo esta a contribuição mais relevante da Teoria da Representações Sociais(TRS) para esse estudo.

Para os principais teóricos da TRS, como Moscovici (2012) e Jodelet (2001) por exemplo, as RS por serem construídas e partilhadas socialmente se configuram, dialeticamente, como processo e ao mesmo tempo como produto, por meio dos processos de

ancoragem e objetivação. Processo, pois construídas e reconstruídas socialmente, e produto por serem "guias" para as ações humanas.

Sendo construídas a partir da vivência histórica e social dos seres humanos, condicionadas pelas condições concretas de vida e, segundo Marx e Engels (2009, p.30)

> As representações que esses indivíduos [os seres humanos] formam são representações ou da sua relação com a natureza ou da sua relação com os outros, ou sobre a sua própria natureza. É evidente que, em todos esses casos, essas representações são a expressão consciente – real ou ilusória – das suas relações e atividades reais, da sua produção, do seu intercâmbio, da sua organização social e política.

Por sua vez, o conceito de consciência construído por Marx e Engels[14], na nossa concepção, apresenta uma aproximação/similaridade com conceito de RS construído por Moscovici (2012) e Jodelet (2001) ao advogar também como processo e produto. Pois, "(...) a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata com a percepção. Ou seja, uma realidade externa que se interioriza." (IASI, 2011.p. 14), reforçando assim o que Minayo[15] defende como o conceito das RS dentro da sociologia clássica, e em Marx (2009) como a consciência. Iasi (Op.cit, p.14) postula ainda que "(...) a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas." (p. 14).

Como produto do pensamento, para Marx e Engels (2009), é formatada pela produção material e o intercâmbio material dos seres humanos. Ao ser mudada esta realidade, também, mudam os pensamentos e os seus produtos. Insistimos em dizer que não é a consciência que determina a vida e sim a vida que determina a consciência. Logo, os sujeitos tomam consciência de seus atos, a partir das atitudes traduzidas pelas práticas ambientais, bem como pelos valores percebidos e compartilhados socialmente.

Com o mesmo sentido, Jovchelovitch (2003, p.82) diz que "As RS emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas também forma a vida social de uma comunidade" tendo uma dinâmica que perpassa a estrutura social, condicionando a nossa visão de mundo e sendo por ela

---

[14] Ver Marx, C. e Engels, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

[15] Ver MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 89 – 111.

condicionada, numa relação profundamente dialética e dialógica. Pois para a autora (2003, p. 79), "Os processos que engendram RS estão imbricados na comunicação e nas práticas sociais: diálogos, discursos, rituais, padrão de trabalho e produção, arte, em suma, cultura."

Reis e Belline (2011, p.156) reforçam, ainda, que "As RS desempenham na sociedade, seja ela qual for, importante contribuição para a formação de condutas, orientando relações e comunicações."

Moscovici (2007) define as RS por meio de duas funções básicas: uma, de "convencionalizar" coisas, pessoas e fatos, dando–lhes formas (modelo partilhado); e outra, de prescrever nossa visão da realidade, sendo que as RS são partilhadas pelas pessoas. Para Abric (2000. Apud, REIS; BELLINI, 2011) as representações possuem ainda quatro funções que as sustentam: 1) **função de saber**, compreender e explicar a realidade; 2) **função identitária**, construção da identidade pessoal e social; 3) **função de orientação**, prescrição de comportamentos e atitudes e, 4) **função justificadora**, justificar comportamentos e atitudes. Neste estudo, vale salientar, que aplicaremos as funções 1, na busca de saber como os representantes do CETA e os assentados compreendem e explicam sobre a EA e suas práticas socioambientais; 3, na medida em que os resultados possam orientar, prescrever comportamentos e atitudes em ralação ao ambiente. Finalmente a função 4, tentaremos justificar comportamentos e atitudes entre os sujeitos sociais envolvidos.

Para reforçar nossa escolha e justificativa sobre aplicação da teoria das RS em nossa pesquisa, Figueiredo (2007, p. 93) trás uma importante contribuição para a compreensão das RS ao afirmar que:

> Segundo Spink (1993), as RS seriam um eixo do conhecimento prático. Manifestam os atributos de um grupo. Servem para explicar, justificar e questionar a realidade, podendo mesmo serem utilizadas para contribuir com sua transformação. As RS podem ser consideradas uma categoria de pensamento, ação e sentimento.

E, particularmente, qual a contribuição que a Teoria das Representações Sociais pode dar para os estudos em educação ambiental? De que forma a educação ambiental pode utilizar os pressupostos da RS para potencializar suas ações junto às comunidades e sujeitos sociais? As respostas a essas indagações podem possibilitar ações e estratégias mais efetivas e transformadoras, se o educador ambiental estiver disposto a encarar/promover uma atividade educativa que busque desvelar os reais interesses ocultos por trás do escamoteamento das relações sociais na sociedade capitalista e da apropriação e alienação do trabalho e da natureza dela decorrente.

Para Reis e Belline (2011, p. 157) há um consenso entre educadores ambientais, técnicos e pesquisadores em meio ambiente, quando dizem que as RS não devem ser negligenciadas, na implementação de qualquer programa de educação ambiental, uma vez que o grupo social ou comunidade envolvida pelo projeto estabelece uma relação entre os sujeitos e o meio ambiente.

O argumento das autoras é que para haver mudanças significativas é necessário que os sujeitos históricos-sociais envolvidos em ações de educação ambiental possam identificar os elementos fundantes de suas representações sobre o ambiente e atuarem sobre eles na tentativa de promoverem alterações, reforçando os aspectos positivos e transformando os negativos, identificando os vieses ideológicos da sua relação com a natureza e com os outros seres humanos.

O que para Bomfim (2007, p.4) pode ser sintetizado em que:

> (...) é o ambiente e as representações que se tenham dele, através dos atores [sujeitos] sociais da comunidade, que determinam o teor práxico da formação humana: as representações sociais como um conjunto de saberes que orientam as práticas sociais e das práticas sociais que forjam novos saberes e orientam as representações.

Nessa mesma linha de pensamento, Polli e Kuhnen (2011, p. 62) reforçam, informando que "(...) a representação social do ambiente traduz o modo como se dá a relação do sujeito com seu entorno", porém é necessário atentar para que esse sujeito não é um ser abstrato, mas um ser real e historicamente condicionado e que "o indivíduo sofre a pressão das representações dominantes na sociedade e é nesse meio que pensa ou exprime seus sentimentos" (MOSCOVICI. 2001,p. 49), estando de acordo com Marx e Engels (2009, p.67) de que:

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. (...) As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes.

Porém como assevera Minayo (2003, p. 110) "Por ser ao mesmo tampo ilusórias, contraditórias e 'verdadeiras', as representações podem ser consideradas matéria prima para a análise do social e também para a ação pedagógica-política de transformação, pois retratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade", constatando, assim o potencial de trabalho com as RS.

Reis e Belline (2011, p.156) defendem que "Quanto à perspectiva do meio ambiente, a RS de indivíduos ou grupos é necessária para entender como os agentes sociais estão captando e interpretando as questões ambientais, e principalmente como pensam e agem

em situações concretas de sua realidade próxima. Nesta perspectiva é importante identificar as atividades de EA e as práticas socioambientais dos assentados com a finalidade de explicar a relação entre esses grupos e sua comunidade.

Segundo Jodelet (2001, p. 17) "Elas [as RS] nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva." Incorporando como nossa as representações impostas pela sociedade e ao mesmo tempo criando algo nosso nessas representações, reinterpretando-as com a nossa subjetividade.

Tendo por base Guimelli (Apud, POLLI; KUHNEN. 2011, p.60) que afirma que "A representação social é um guia para a ação, e uma de suas funções essenciais é contribuir para a formação de processos que orientam a comunicação e o comportamento social", entendemos que é imprescindível aplicar as RS nesta pesquisa, no campo da educação ambiental, principalmente quando se trabalha com comunidades tradicionais, como é o caso específico dos assentados/as do PAE-SF, que vivem um dinâmica social marcada pelo contato com a natureza e seus ciclos (estação das chuvas, períodos agrícolas, de pesca, etc.).

Além do que as "representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade" (MINAYO, 2003, p.109), possibilitando assim, que o trabalho de EA contribua com a transformação da realidade local, ao transformar a representação/consciência ambiental de cada um dos assentados/as.

Salientamos que para esse trabalho utilizamos tanto as contribuições da psicologia social (Moscovici, Jodelet, Jovchelovitch, Reis e Belline, entre outros) quanto às de Marx e Engels, para melhor compreender as RS/consciência ambiental dos assentados/as do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco. E concordamos plenamente com Moscovici (2001, p. 62) quando ele afirma que é imprescindível e urgente:

> A necessidade de fazer da representação uma passarela entre os mundos individuais e social, de associá-la, em seguida, à perspectiva de uma sociedade em transformação (...). Trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais uma vida social já feita, mas uma vida social em via de se fazer.

E também com Marx e Engels (2009, p.59), de que "(...) as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias", para assim buscar formar e transformar a realidade social, pois dialeticamente somos seres condicionados e condicionantes, e que a realidade social é uma construção histórica, com várias alternativas de futuro, afinal, como afirma Freire (2000), somos seres inconclusos, em constante formação.

3.2 Postura epistemológica do pesquisador

A postura epistemológica de todo pesquisador está profundamente enraizada na sua trajetória de vida, nas suas "escolhas" pessoais, a minha não poderia ser diferente. Ao iniciar a vida profissional como extensionista rural no inicio da década de 1980, conforme relatado no capítulo 1, começo também a participar do movimento sindical dos trabalhadores da Emater-Ba, onde tenho acesso às suas diversas correntes teóricas, participando dos debates e confrontos das várias "visões de mundo" ali presentes. Neste vou lentamente sendo despertado para a "visão" materialista de mundo, compreendendo as relações sociais como um processo eminentemente humano e histórico, construído cotidianamente pelos homens e mulheres nas suas mais diversas relações de produção, de intercâmbio cultural, enfim, de vida.

Ao ingressar no curso de pedagogia em 1999, já levo para a universidade toda uma "bagagem" – de militante sindical, de leituras de textos marxistas, de participações em encontros e congressos –, que vai possibilitar uma inserção mais qualificada nas atividades do curso e uma completa identificação com as concepções críticas de educação postuladas, entre outros, por Dermeval Saviani, Paulo Freire e Anísio Teixeira.

Na Universidade aprofundo e consolido minha visão de mundo, pautada no materialismo histórico, por entender que essa corrente filosófica é a que melhor possibilita compreender a complexidade da vida em sociedade, pois a entende em suas contradições internas e como produto das condições históricas concretas com suas interdependências e interdeterminações.

Advogo, com Marx e Engels (2009), que são os homens/mulheres que constroem sua realidade, e que o fazem em certas condições históricas concretas, que determinam, e dialeticamente, sofrem determinações do modo de produção econômico social.

Portanto nesse trabalho busco articular os aportes teóricos conceituais marxistas como a emergência dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 80 como uma forma de perceber e conceber as transformações entre as relações e a realidade social dos sujeitos históricos na construção de uma sociedade economicamente mais justa e democrática e ambientalmente equilibrada.

Tendo em vista a temática a ser estudada: "As práticas de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA com os assentados/as do PAE – SF, em Serra do Ramalho e Carinhanha-BA." optamos por uma metodologia de abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2002, p. 21-22):

> [...] ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis.

E complementa afirmando que a metodologia "é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade." (ibid., p. 16). Porém, como afirma a autora (ibid., p.22) "O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia." O que implica em não desconsiderar a pertinência da utilização de dados quantitativos no nosso trabalho.

Outro aspecto que foi considerado nessa pesquisa é o método a ser utilizado que, segundo Hegenberg (apud MARCONI e LAKATOS, 2004) "é o caminho pelo qual se chega a um determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado." Nesse trabalho optamos pelo método dialético, que segundo Andrade (2003), investiga a realidade pela sua ação recíproca. Capta a realidade na sua totalidade e em constante mudança. E porque, segundo Loureiro (2004, p.70)

> A dialética é o exercício totalizador que nos permite apreender a síntese das determinações múltiplas que conformam a unidade. [...] Permite entender a unidade na diversidade, a superação do contraditório pela síntese que estabelece outras contradições, num contínuo movimento de transformação.

Mas somente conhecer a totalidade do real não é suficiente, é necessário alterar a realidade, nesse sentido, segundo Frigotto (2002, p. 81)

> No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

São vários os problemas que dificultam a entrada do pesquisador no campo de estudo, mas essa situação melhora quando se utiliza uma abordagem e tipologia de pesquisas adequadas. Nesse estudo, utilizamos a pesquisa qualitativa com abordagem interacionista, pois, segundo Moreira (2002, Apud. OLIVEIRA, 2015, p. 14) ela inclui:

> 1) A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes;
> 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes;
> 3) Há flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a priori das situações;

> 4) O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise;
> 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e,
> 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa

3.3 Local e sujeitos do estudo

O local de estudo foi o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, conforme descrito no Capítulo 1, por constituir um caso singular de reforma agrária ecológica no estado da Bahia e por ter a coordenação política do Movimento CETA, possibilitando assim uma análise do trabalho com educação ambiental do referido movimento.

O PAE-SF é composto por onze comunidades[16], a seguir descritas. Utilizaremos fotografias como forma de ilustrar e tornar mais familiar a realidade de cada uma delas:

Comunidade Barra da Ipueira (C1)

Entidade representativa: Associação dos Pequenos Produtores de Barra da Ipueira.

Foto 1 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 2 – Figueira centenária na comunidade

Fonte: Autor, 2015

A comunidade é composta por 101 famílias. Segundo relatos em campo, a origem do nome deve-se à existência de um barranco bastante alto que existia próximo à margem do rio e que primeiro chamou-se Barra. Como havia muitos postos de retirada de areia ao longo do rio, com um grande fluxo de caçambas que transportavam esse material e deixavam, nesse percurso, um longo rastro de poeira, a localidade passou a ser conhecida como Barra da Ipueira. Conforme relatos, o Ibama interditou as estradas por onde passavam essas caçambas. Entretanto, elas continuam transportando areia, contrariando as determinações do referido órgão. Há informações de que nesta localidade existe rivalidade política entre grupos de assentados.

[16] Dados extraídos de Sodré (2008a, p.104 -108)

Comunidade Pambu (C2)
Entidade representativa: Associação dos Pequenos Produtores de Pambu, Araçá e Região.

Foto 3 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 4 – Escola e posto de saúde da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Composta por 61famílias, legalmente assentadas. Depoimentos contaram que existiam muitas lagoas na localidade de abrangência do PAE, dentre elas uma denominada Pambu, que deu origem a esta comunidade. É também conhecida como "Ilha" e "Caatinga" (parte seca da comunidade). Foi revelado ainda que existem famílias que possuem casa dentro da comunidade e também na Ilha. Na área da Ilha existem muitas fruteiras (manga, abacate, seriguela, etc.). Algumas famílias vivem lá desde 1952. A distância da comunidade (Caatinga) até a "Ilha" é em torno de 350 metros, a travessia é feita em canoas. Muitas famílias passam o dia lavando roupas, pratos e retornam no final do dia. Como a maioria desses assentados foi criada nesta área, "herdaram" a terra dos pais ou compraram de outros. A área sempre foi de reserva. Depois da criação do PEC-SR, quem não quis ir para a Agrovila mudou para a Ilha, mas quando o rio enche, eles voltam para a comunidade e quando vaza o rio, muda tudo novamente.

Comunidade Capão Preto (C3)
Entidade representativa: Associação dos Pequenos Produtores de Capão Preto, Caldeirão e Região.

Foto 5 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2915

Foto 6 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2915

Encontram-se assentadas nesta localidade 46 famílias. A região é também conhecida como Ilha do Caldeirão. Segundo depoimentos, antes da criação do projeto agroextrativista, esta área possuía uma floresta muito alta e densa, mas que foi sendo aos poucos devastada e queimada. A floresta desapareceu e restou apenas uma área escura. Como há nesta comunidade uma lagoa que se chamava Capão, por conta da área escura, consequência da queimada da floresta, deu-se o nome Capão Preto. Além disso, nesta mesma comunidade, há uma área que, mesmo em períodos de seca, em função da profundidade de determinado espaço, se acumula água assemelhando-se a um caldeirão. Tal semelhança deu origem à Ilha do Caldeirão.

Comunidade Boa Vista (C4)

Entidade representativa: Associação dos Moradores de Boa Vista.

Foto 7 – Vista da margem do rio

Fonte: Autor, 2015

Foto 8 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

A comunidade de Boa Vista de São Sebastião surgiu há aproximadamente 200 anos, com a doação de 2.400 ha, situada à margem direita do rio São Francisco, pelo Coronel Joaquim Castro, chegando, com o passar do tempo, a ter 299 famílias residindo no local. Em 1975, com a construção da barragem do Sobradinho, esta área foi incluída no PEC-SR, com a finalidade de assentar as famílias provenientes da região de Sobradinho (Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado). O povoado de Boa Vista foi incluído pelo Incra como área de preservação biológica, pelo fato de estar localizado às margens do rio São Francisco, o que possibilita sua inundação no período das enchentes. A partir da desapropriação da área em 1975, as famílias que habitavam o povoado foram convidadas a se integrar ao grupo recém-chegado da barragem do Sobradinho, os quais passariam a residir nas Agrovilas (PEC-SR). Algumas famílias (cerca de vinte), no entanto, permaneceram na área, resistindo ao remanejamento, pois tinham tradição pesqueira. Outras migraram para o município de Bom Jesus da Lapa e para as cidades de Brasília, Salvador e São Paulo. Como consequência,

ocorreu um esvaziamento do povoado. Nos anos seguintes, houve o retorno de algumas dessas famílias que migraram ou que foram deslocadas para o PEC-SR. Posteriormente, essas famílias (cerca de 79) foram incorporadas ao PAE-SF e hoje habitam o povoado e sobrevivem, basicamente, de culturas de subsistência e da pesca.

Comunidade Vila Boa Esperança (C5)

Entidade representativa: Associação dos Moradores de Vila Boa Esperança.

Foto 9 – Mangueiras na comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 10 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

A comunidade de Boa Esperança é composta por 21 famílias. Segundo relatos, esta comunidade surgiu pelo mesmo processo que as demais, resistindo ao remanejamento para as agrovilas em função da criação da barragem do Sobradinho. Segundo depoimentos, essas famílias se consideram donas da terra, justificando tal reivindicação pelo fato de os seus antepassados já estarem instalados no local há mais de 100 anos e eles "herdaram" a terra de seus pais e avós. O nome da comunidade foi dado em função da esperança que eles sempre tiveram de permanecer no local de origem.

Comunidade Palma e Passos (C6)

Entidade representativa: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Palma e Passos.

Foto 11 - Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 12 - Vista do rio na comunidade

Fonte: Autor, 2015

Nesta comunidade, a história se repete. Com a desapropriação do Incra e a construção do PEC-SR, a comunidade tinha que se deslocar para lá, que foi destinado às famílias que vieram da região do Sobradinho. Como a insatisfação era geral em toda a comunidade, eles resolveram resistir a esta proposta e se mudaram para uma das Ilhas localizadas na área, pois, segundo depoimentos, a repressão era muito grande, caso eles continuassem a ocupando. Apenas uma única família resistiu e continuou, mas, pouco tempo depois, os demais moradores retornaram do PEC-SR, pois não se adaptaram à área de sequeiro. Hoje a comunidade conta com 98 famílias.

Comunidade Mariápolis (C7)

Entidade representativa: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Mariápolis.

Foto 13 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 14 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Em Mariápolis, encontram-se residindo cerca de 170 famílias, mas apenas 57 delas são legalmente cadastradas. Nesta comunidade, a história também se repete, ou seja, famílias nascidas e criadas na área, que foram obrigadas a se deslocarem para o PEC-SR, mas que retornaram, e hoje estão incorporadas ao PAE-SF.

Comunidade Campinhos/Pituba (C8)

Entidade representativa: Associação dos Produtores Rurais de Campinhos.

Foto 15 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 16 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

A comunidade de Campinhos é composta por 26 famílias legalmente assentadas, mas atualmente residem nesta Comunidade mais de 100 famílias irregularmente assentadas, divididas entre Pituba e Campinhos. Essa divisão aconteceu em função da distância entre estas localidades e, em consequência, de uma casa para outra. O nome dessa comunidade surgiu em função da existência há 40 anos, de uma mineração e um porto chamado Campinhos. O nome Pituba se deu em função da existência do rio Pituba que passa na localidade. Segundo relatos, em 1981, foi feita a inscrição no Incra para a liberação da área e, quando se concretizou a liberação para fins de reforma agrária, o destino das famílias seria a Agrovila 21 no PEC-SR. Porém, as famílias que viviam às margens do rio não aceitaram a mudança e continuaram morando no local. As demais famílias não aceitaram deslocarem-se para o PEC-SR e continuaram na área, de forma irregular.

Comunidade Água Fria (C9)

Entidade representativa: Associação dos Moradores de Água Fria.

Foto 17 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 18 – Vista do rio

Fonte: Autor, 2015

Existem 27 famílias assentadas nesta associação e 15 famílias ainda aguardam a regularização fundiária de sua situação. Um fato curioso é que apenas nesta comunidade, existem mais de 20 lagoas. Ressaltamos, porém que a maioria delas fica seca na maior parte do ano. Segundo depoimentos, em uma destas lagoas, a água é bastante fria, fato que deu origem ao nome da comunidade. A estrada é bastante precária e, quando chove, o único meio de transporte é a carroça. As 33 casas existentes na comunidade foram construídas através do Projeto Barbeiro.

Comunidade Barreiro Grande (C10)

Entidade representativa: Associação dos Moradores de Barreiro Grande.

Foto 19 – Vista do barranco do rio

Fonte: Autor, 2015

Foto 20 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Estão assentadas legalmente na comunidade 44 famílias, 30 famílias aguardam a sua regularização. A existência de um barranco à beira do rio deu origem ao nome dessa comunidade. Esse barranco destacava-se por ser mais alto que os demais existentes na área. A partir daí, a comunidade passou a ser chamada de Barreiro Grande. Nela, há um grupo formado por 27 mulheres que desenvolve trabalhos com horta medicinal e comunitária. Pela proximidade com a Agrovila 21, os moradores de Barreiro Grande mantêm uma forte relação de amizade com os moradores da referida agrovila, assim como há também um grande grau de parentesco entre famílias desta comunidade e as de lá, situada no PEC-SR. Muitas famílias assentadas na comunidade Barreiro Grande receberam lotes na Agrovila 21, ao invés de uma residência e, por isso, continuam morando na comunidade de Barreiro Grande.

Comunidade Estreito (C11)

Entidade representativa: Associação do Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Estreito.

Foto 21 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Foto 22 – Vista da comunidade

Fonte: Autor, 2015

Atualmente residem nessa comunidade 40 famílias, que é muito pobre em infra-estrutura. De acordo com depoimentos, as condições de vida da Ilha são melhores, pois, além da existência de árvores frutíferas, há condições de se criar animais de pequeno porte, como porcos e galinhas que, além de servirem para o abastecimento interno, podem ser vendidos, aumentando a renda familiar. Segundo informações de campo, após a indenização e desapropriação da fazenda, em 1979, os antigos empregados e agregados destas fazendas derrubaram as antigas casas e levaram todo o material. Depoimentos contaram que o Incra indenizou a área sem conflitos.

Como não havia mais casas desocupadas na Agrovila 21, muitas famílias que nasceram e se criaram nas fazendas que foram indenizadas pelo Incra, permaneceram "ilegalmente" na propriedade. Segundo registro, das 45 famílias assentadas na comunidade duas preferiram viver na Ilha. Conforme relatos, há certo desencontro do Incra e os assentados. Segundo informações, o nome da comunidade teve origem a partir do estreitamento do rio. Pois, quando o rio seca forma uma área de areia e pedras, que embora comprida, é estreita, daí o nome dado à comunidade, "Estreito".

3.4 Seleção e recrutamento dos participantes do estudo

Tendo em vista os objetivos do nosso trabalho os participantes da pesquisa foram assim selecionados: 11 (onze) dirigentes da Central das Associações do PAE-SF, sendo um de cada comunidade; 11(onze) dirigentes das Associações de Moradores de cada comunidade, preferencialmente o presidente ou secretário; 11 (onze) assentados/as aleatoriamente escolhidos para representarem cada comunidade. No total foram entrevistados três pessoas de cada comunidade, perfazendo um total de 33 (trinta e três) pessoas. Assim entendemos a nossa amostra como não probabilística intencional, pois os participantes são informantes em potencial para atender os objetivos dessa pesquisa. Salientamos que da Coordenação do Regional Lapa do Movimento CETA, composta por cinco membros, três são assentados no PAE-SF e foram entrevistados. Incluímos também os membros da Coordenação de Base do CETA no PAE-SF

A escolha dos dirigentes da CAPAESF deve-se ao fato deles se constituírem como a "personificação" do Movimento CETA na coordenação geral dos trabalhos de gestão do PAE-SF. A dos dirigentes de cada associação é motivada por eles serem também a "personificação" do Movimento na coordenação específica da gestão de cada comunidade. E

a escolha dos assentados por ser quem pratica as atividades socioambientais e "recebe" as ações/práticas de EA do Movimento CETA.

3.5 Instrumentos de coleta de dados

Utilizamos diversos instrumentos para coleta de dados na tentativa de operacionalizar os objetos específicos. Foram utilizados: questionários, a entrevista semi-dirigida e análise documental.

O questionário por ser, segundo Gil (2010), a técnica de investigação formada por um rol de questões formuladas para serem respondidas pelos participantes e que tem a finalidade de obter informações sobre as mais diversas dimensões da vida cotidiana tais como: sentimentos, valores, opiniões, atitudes, etc. Montamos um questionário com questões sobre fatos – que se referem a dados concretos, como por exemplo: idade, origem, composição familiar, entre outros. E aplicamos a 10% das famílias assentadas legalmente em cada comunidade.

A entrevista semi-dirigida foi utilizada, pois através dela buscamos obter informações concretas na fala dos sujeitos entrevistados. Assim, para Lakatos, (2003, p. 195), a entrevista "[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional". Esta visou apreender as concepções das práticas socioambientais dos assentados e suas relações com as atividades de EA do Movimento CETA.

Efetuamos a análise documental Projeto Político Pedagógico (PPP) do Movimento CETA, do Plano de Utilização (BRASIL,2001) e do Blog do CETA, o que nos possibilitou o confronto com os dados obtidos nos demais instrumentos de coleta de dados. De acordo, Ludke e André (2005, p. 38) "a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas (...) seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema".

Os dados obtidos foram anotados em um diário de campo. E para que não houvesse distorção na interpretação dos dados coletados utilizamos ainda os seguintes recursos: gravador de voz e máquina fotográfica.

3.6 Métodos e técnicas de análise e interpretação dos dados

Após a coleta das informações obtidas nos questionários e nas entrevistas, passamos a efetuar a análise dos dados, que para Gil (2010) e Barros; Lehfeld (2007) tem por

finalidade organizar e sumariar os mesmos, possibilitando as respostas ao problema formulado na pesquisa.

Para a tratamento, análise e interpretação do questionário recorremos aos métodos e técnicas de estatística simples e percentual, cujos gráficos servirão como formas de apresentação dos resultados de construção do perfil das famílias assentadas. Para as entrevistas e documentos foram utilizados métodos de análise do conteúdo (BARDIN, 2011) e de análise documental.

As entrevistas foram gravadas e depois transcritas na integra. Tabulamos os dados, primeiro agrupando as respostas dadas pelos participantes a cada questão, por grupo, da seguinte forma: cada pergunta com as respostas de todos os participantes do grupo, sendo que as perguntas foram agrupadas em 3 blocos (conforme Apêndice B). Essa técnica possibilitou uma visão ampla, com a opinião de todos os envolvidos em cada questão formulada.

O passo seguinte foi a criação de quadros de análise de entrevista por blocos e por grupo de participantes, onde passamos a selecionar as "falas" mais significativas de cada entrevistado. Em seguida passamos a tabular os dados, observando a frequência de cada ocorrência nas respostas às questões, o que nos levou a criar o segundo quadro de análise, para em seguida passar a trabalhar com a tabulação propriamente dos dados e com a criação dos quadros usados no Capítulo 4.

Utilizamos ainda a "triangulação" de dados trazendo a nossa opinião, a dos entrevistados e a contribuição teórica de alguns autores e autoras para assim buscar resultados de pesquisa mais informativos e completos (AZEVEDO, et al. 2013).

CAPÍTULO 4

4. RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MOVIMENTO CETA E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DOS ASSENTADOS

Nesse capítulo discutiremos os resultados do nosso estudo, enfocando a relação entre as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA e as concepções das práticas socioambientais cotidianas dos assentados/assentadas, para compreender de que maneira tem sido encaminhada a solução do dilema entre produzir e preservar.

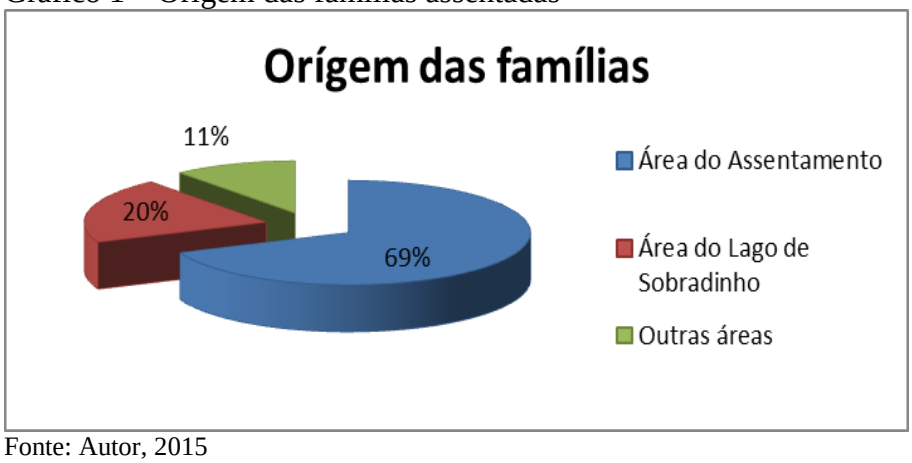
Entendendo a pesquisa na perspectiva marxista dialética, sentimos a necessidade de primeiro conhecer as famílias assentadas, saber quais as atividades desenvolvidas e qual o sistema de manejo das mesmas, para depois inferir a relação entre a EA do Movimento CETA e as práticas socioambientais desses assentados/assentadas.

Para conhecer melhor as famílias assentadas, aplicamos um questionário (Apêndice A) com o objetivo de traçar o perfil das mesmas, conhecer as práticas socioambientais desenvolvidas e o sistema de manejo. Utilizamos uma amostragem aleatória, com 64 famílias de assentados do PAE-SF, que corresponde a 10% do total de famílias legalmente assentadas, e que responderam ao questionário, possibilitando, assim, a construção do perfil das mesmas e conhecer suas práticas socioambientais.

4.1 Perfil dos assentados.

ORIGEM

Gráfico 1 – Origem das famílias assentadas



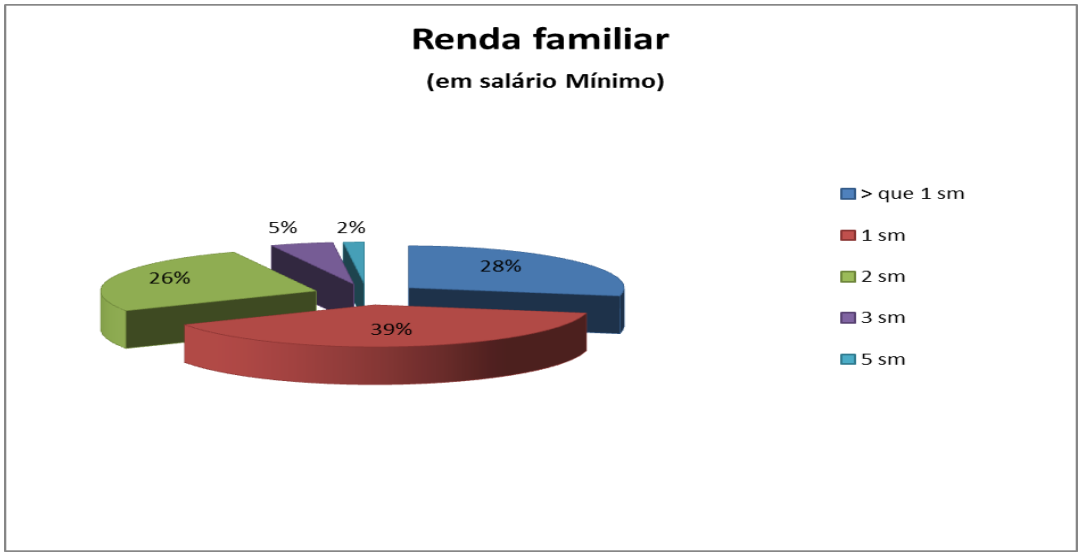
Fonte: Autor, 2015

Quanto ao local de origem das famílias assentadas, o gráfico 1 demonstra que 69% são originárias da área do assentamento; 20% vieram da área do lago de Sobradinho, e são ribeirinhos que não se adaptaram com a vida longe do rio e por isso abandonaram os lotes das agrovilas do PEC/RS se fixando na margem do São Francisco. E 11% de outras

localidades do país como outras cidades da Bahia, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Constatamos, e a partir dos resultados podemos afirmar que 89% das famílias têm uma vinculação histórica com o Rio São Francisco e seus modos de vida são pautados na dinâmica do mesmo. É possível que essa população considerada ribeirinha apresente práticas e atividades socioambientais diretamente ligadas a esse recurso natural.

RENDA FAMILIAR (em Salário Mínimo)

Gráfico 2 – Renda mensal das famílias assentadas

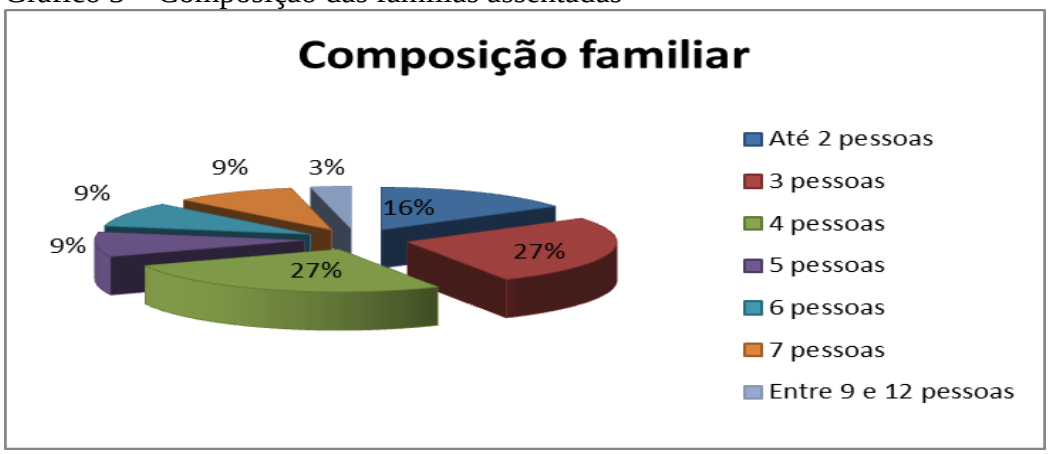


Fonte: Autor, 2015

A renda mensal das famílias assentadas pode ser considerada baixa, pois o gráfico 3 aponta que 67% apresenta uma renda de até 1 salário mínimo. As que possuem renda de 2 salários mínimos mensal representam 27%, e somente 6% delas possuem renda entre 3 e 5 salários mínimos por mês.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Gráfico 3 – Composição das famílias assentadas



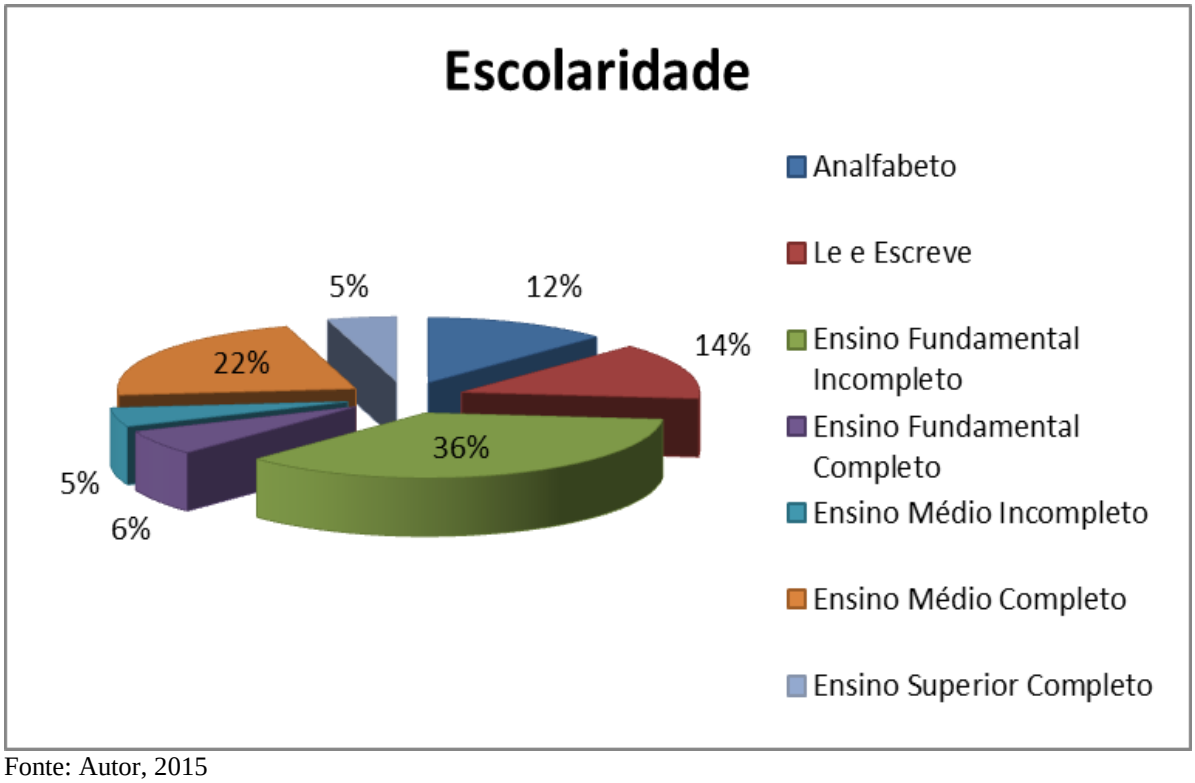
Fonte: Autor, 2015

As famílias assentadas não são numerosas, pois 70% delas são compostas por até 4 pessoas, e as de composição entre 5 e 7 pessoas representam 27% das famílias. As famílias com composição mais numerosa, entre 9 e 12 pessoas, são apenas 3% do total. (Gráfico 3)

Esses dados nos permitem inferir que a composição familiar, entendida como o número de moradores na residência, pouco numerosa, é consequência da migração dos seus membros para outras áreas em decorrência da busca de melhores condições de vida. Por outro lado pode-se notar que a maioria delas sustenta-se com apenas um salário mínimo por mês, proveniente tanto de aposentadorias como de outras atividades econômicas.

GRAU DE ESCOLARIDADE

Gráfico 4 – Grau de escolaridade

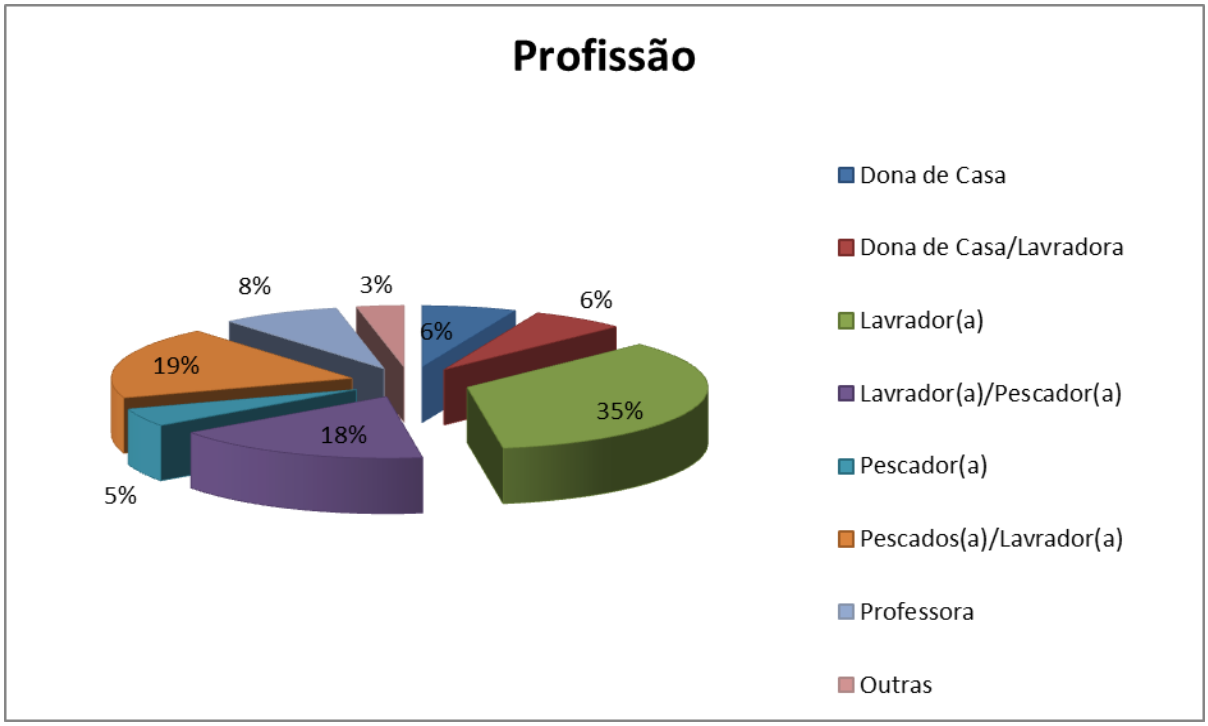


Fonte: Autor, 2015

O grau de escolaridade, apesar de avanços, pode ser considerado baixo, pois 62% possuem pouca ou nenhuma escolarização (analfabetos, lê e escreve – quando assinam o nome, e Ensino Fundamental incompleto – até as primeiras séries). O avanço pode ser considerado pelo número de pessoas que possuem o Ensino Médio completo – 22%, e o Ensino Superior completo – 5%.

PROFISSÃO (dos que responderam ao questionário)

Gráfico 5 – Profissão declarada

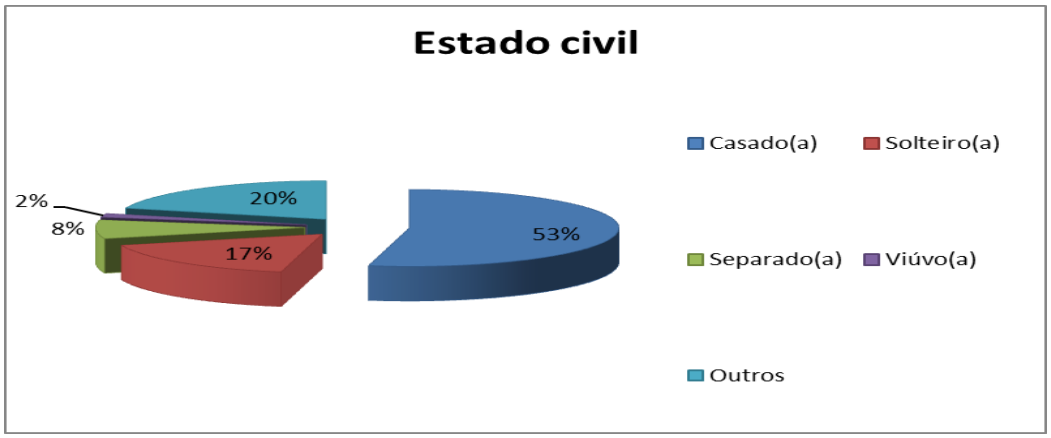


Fonte: Autor, 2015

O gráfico acima expressa que a profissão principal é a de lavrador(a), aparecendo associada a outras profissões e constitui a ocupação de 79% dos que responderam ao questionário. Em seguida aparece a de pescador(a) como 42% da ocupação. O que chama a nossa atenção é o fato de isoladamente, como única profissão, elas representem respectivamente 35% como lavrador(a) e 5% como pescador(a). Constatamos ainda que 8% são professoras e 3% outras profissões (promotora de vendas, técnico agrícola). Esses dados indicam uma imagem de identidade profissional de lavrador e pescador.

ESTADO CIVIL

Gráfico 6 – Estado civil

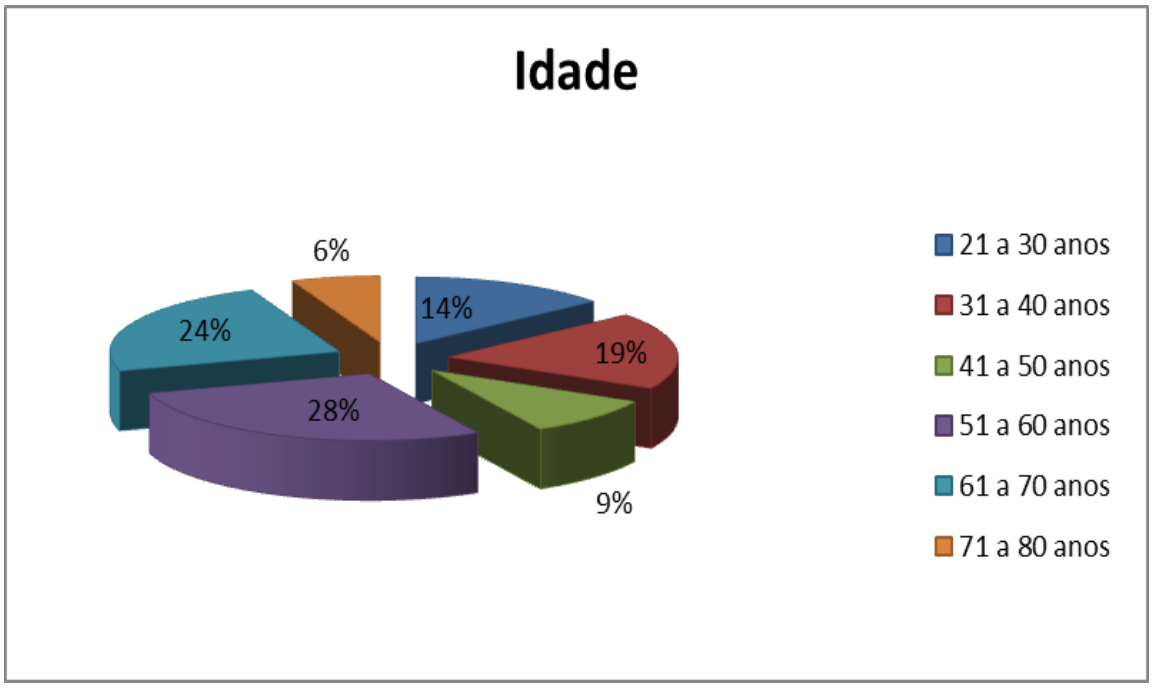


Fonte: Autor, 2015

As famílias são na sua maioria constituídas por casados legalmente (53%) e por casais formados por união estável e "amigados" (20%) o que totaliza 73%. Sendo que os solteiros(as) e os separados(as), que perfazem 23%, possuem filhos e formam famílias monoparentais. É reduzido o total de famílias constituídas por viúvos(as).

IDADE

Gráfico 7 – Idade



Fonte: Autor, 2015

A maioria das famílias é formada por pessoas (pai e/ou mãe) com idade superior a 51 anos, que são 58% do total e pode ser um indicativo de que os casais mais jovens, com idade de até 30 anos, tenham migrado para as cidades da região – principalmente Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, ou para outros estados como São Paulo e Brasília –, pois representam 14% do total. O grupo intermediário é composto por casais das faixas etárias entre 31 e 50 anos, que somados representam 28%.

Todas as famílias moram em casas de alvenaria e cobertas com telhas cerâmicas, com luz elétrica e água encanada. 98% possuem celular, com mais de um aparelho por família e 19% têm acesso à internet, o que tem permitido um acesso mais imediato às informações e sobre o que ocorre no Brasil e no Mundo, além de contribuir para a inclusão digital desses assentados. Eles informaram que só tiveram acesso a esses "melhoramentos" após a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco em 1995, que antes a maioria deles viviam em condições bem precárias.

4.2 Práticas socioambientais

Além dos dados obtidos com a aplicação dos questionários, utilizamos também as informações das entrevistas com o Grupo 2, constituído por 11 assentados/assentadas, sendo um de cada comunidade[17] do PAE-SF, a fim de identificar as suas práticas socioambientais, aqui compreendidas como as atividades econômicas agrícolas, pecuárias e extrativistas desenvolvidas no cotidiano, frente ao dilema de produzir para o sustento da própria família e de preservar o ambiente.

Quadro 1 – Práticas socioambientais diárias dos assentados/assentadas.

	Assentados
Cuidar da roça/outras atividades	09
Outras atividades	02
Cuidar da roça	01

Fonte: Autor, 2015

Nesta perspectiva, o quadro 01 demonstra que dos 11 (onze) assentados/ assentadas, nove afirmam "cuidar da roça" e exercem outras práticas, tais como: pescar (06), cuidar dos animais (02), afazeres domésticos (01), diária de pedreiro e vaqueiro (01). O discurso abaixo ilustra a evidência de múltiplas práticas associadas a sazonalidades da natureza, bem como a geração de subsídios as suas necessidades:

> "Sai pra **roça pra cuidar**, vai na ilha já cuida, vai também **no rio e pesca**, a gente não vivi só da roça, também do rio, às vezes quando não é época da piracema, a gente pesca, quando é época da piracema a gente respeita também, respeita também a lei, e aí é assim, trabalhando, pescando, planta no lugar que a gente mora" (Assentado, comunidade 02)

> "A gente tem **a luta dos animais**, quem sabe a luta dos animais, tem a luta também da roça que a gente planta também um pouco de cada coisa, **a pescaria também** a gente tem essa atividade também. Então é um pouquinho de cada um." (Assentado, comunidade 06)

> "Sou pescadora, **eu pesco** mais meu marido. Nós planta quando tinha chuva, agora não tem, **nós planta, é feijão, milho**, nós planta. **Abóbora** também." (Assentada, comunidade 04)

> "Meu marido ele pesca também, por que são duas, não é uma atividade só, porque a **gente planta e pesca também**," (Assentada, comunidade 10)

Para apreendermos os impactos socioambientais faz-se necessário descrever as atividades econômicas praticadas pelos assentados/assentadas no PAE-SF

[17] Comunidades do PAE-SF: C1 - Barra da Impueira, C2 - Pambú, C3 - Capão Preto, C4 - Boa Vista, C5 - Vila Boa Esperança, C6 - Palmas e Passos, C7 - Mariápolis, C8 - Campinhos, C9 - Água Fria, C10 - Barreiro Grande, e C11 - Estreito

4.2.1 Atividades agrícolas desenvolvidas

A agricultura de subsistência é praticada pela maioria das famílias, que plantam milho; feijão; mandioca; melancia; abóbora; capim e sorgo. O cultivo se dá de forma consorciada de várias espécies vegetais na mesma área, o que nos permite inferir que o cultivo consorciado pode mitigar os impactos ambientais provocados pela monocultura e ao mesmo tempo potencializar a exploração da área de cultivo, possibilitando colher diversos produtos e assim garantir uma produção mínima em caso de estiagem, visto que as espécies cultivadas têm ciclos vegetativos diferentes.

Quadro 2 – Principais cultivos agrícolas desenvolvidos

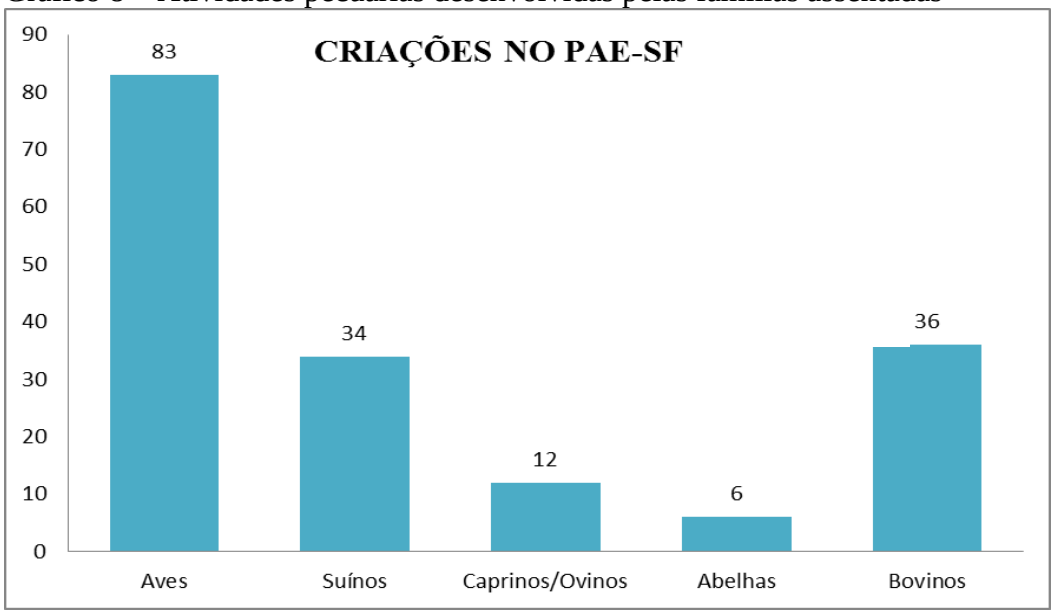
Cultivos	**Assentados**
Feijão/Milho/ com outros	07
Feijão/Milho	02
Outros	01

Fonte: Autor, 2015

Conforme o quadro 2, as principais culturas cultivadas pelas famílias assentadas são: Feijão/Milho/Abóbora por quatro, Feijão/Milho por dois, e os demais cultivos por um cada. O milho e o feijão integram todos os cultivos nos mais diversos tipos de consórcios, sendo que as mesmas são cultivadas basicamente consorciadas com outras culturas.

4.2.2 Atividades pecuárias desenvolvidas

Gráfico 8 – Atividades pecuárias desenvolvidas pelas famílias assentadas



Fonte: Autor, 2015

Em consonância com o Plano de Utilização, a criação de pequenos animais prevalece entre os assentados, que desenvolvem múltiplos criatórios, sendo que a criação de

aves - principalmente galinha caipira –, a que predomina entre as famílias, sendo seguida pela criação de suínos e de caprinos/ovinos. Porém a criação de bovinos sendo praticada por 36% das famílias em um reserva extrativista é um fator de preocupação ambiental, tendo em vista a necessidade de formação de pastagens cultivadas e a consequente retirada da vegetação nativa. Antes da criação do PAE-SF a área era utilizada pelos pecuaristas do PEC/SR e de Bom Jesus da Lapa como área de pastagem nativa de uso comum, conhecida como "alagadiço" ou "solta", onde os rebanhos ficavam pastando livremente no período da seca, constituindo o que Nascimento (2007) denomina de refrigério, porém nesse caso para os animais.

4.2.3 Atividades extrativistas desenvolvidas

A principal atividade extrativista relatada pelos assentados é a pesca, que é praticada por oito deles de forma artesanal e conjugada com outras atividades, como: coleta de frutas/frutos, ervas medicinais, madeira e lenha. Confirmando o que afirma Drummond (1996, Apud, CARVALHO, 2015, p.09) de que:

> A caça, **a pesca e a coleta de produtos vegetais** [grifo nosso] são os três exemplos clássicos de atividades extrativas de baixa tecnologia, sendo que estas atividades sustentaram várias sociedades humanas por dezenas de milhares de anos, e ainda permanecem em algumas sociedades contemporâneas como parte de suas estratégias cotidianas de sobrevivência.

Para Carvalho (2015) as atividades extrativistas têm um caráter secundário em relação a principal atividade econômica desenvolvida na unidade produtiva familiar, mas que, para os camponeses, "cuja lógica da diversificação das estratégias produtivas e comerciais é mais vantajosa, o aproveitamento da biodiversidade nativa insere-se como atividade complementar viável, tanto para o autoconsumo quanto para a geração de renda." (CARVALHO, 2015, p.10). O que confirmamos com os assentados/assentadas do PAE-SF, que têm na pesca sua mais importante "fonte" provedora de proteína animal e de complementação/geração de renda.

Quadro 3 – Principais atividades extrativistas desenvolvidas pelos assentados/assentadas

Atividades	**Assentados**
Pesca	06
Pesca/Outras	02
Nenhuma	03

Fonte: Autor, 2015

Conforme demonstra o quadro 3, constata-se que para os assentados, integrantes do grupo 2, a pesca é confirmada como a principal atividade extrativista praticada no PAE-

SF, sendo executada por 73% deles, de forma isolada ou com outras atividades. Confirmadas pelas declarações dos assentados:

> "Tem **as plantas nativas**, às vezes a gente leva um jenipapo pra feira, a gente vai ali e tem um, a gente já colhe um jenipapo, já quer levar uma **casca de uma árvore** que serve pra remédio, a gente já vai ali, quer usar pra fazer um remédio pra gente próprio (...) a gente quer fazer alguma coisa, algum serviço assim na casa, precisa **tirar alguma madeira**, alguma coisa a gente tira." (Assentado, comunidade 02)

> "Nós **cozinha na lenha**, tiramos com machado, o pau tá seco, no chão e a gente só vai cortando." (Assentada, comunidade 04)

Para complementar os resultados evidenciados na entrevista, vale salientar, pelo questionário, que outra atividade desenvolvida pelas famílias assentadas é o artesanato, sendo que 13% fazem crochê; 2% pintura em tecido e16% tecem rede para pescaria.

O discurso dos assentados, ainda, tem demonstrado que a extração de areia do leito do rio é uma atividade desenvolvida principalmente por ocupantes irregulares, sendo efetuada, segundo os assentados, de maneira ilegal e que causa sérios impactos ambientais, como assoreamento do rio, alteração no curso d'água, entre outros. Eles afirmam que:

> "atração[retirada] de areia, que o **pessoal de fora vem panhar areia na nossa área**, (...) ocupantes irregular, (...) eles não tão nem aí, isso é o que mais prejudica." (Assentado, Comunidade 06)

> "podia tá uma reserva dessa da maneira que era de ser, dentro da concessão real de uso, **era uma reserva pra não tá essa retirada de areia** (grifo nosso), tá uma coisa legal e também as implantação que a gente vem fazendo nas questão das mudas nativas" (Dirigente CAPAESF Comunidade 05)

As fotos abaixo corroboram com o discurso e ilustra o fragrante dessa atividade na comunidade de Campinhos. O que ilustra a distinção feita por Drummond (Apud, CARVALHO, 2015) entre extrativismo de baixa tecnologia (praticado por populações rurais pobres) do extrativismo de alta tecnologia (praticado por empresas de extração mineral) causadora de impactos ambientais mais severos.

Foto 23 – Buraco causado pela extração de areia

Fonte: Autor, 2015

Foto 24 – Areia extraída do leito do rio

Fonte: Autor, 2015

4.2.4. Sistema de manejo das atividades

O preparo dos solos para plantio é efetuado sob cultivo mínimo com a utilização de arado a tração animal por 56% das famílias, enquanto que o uso de tração mecanizada com gradagem das terras é praticado por 36% delas. Eles ainda afirmam, durante a aplicação do questionário, que muitas famílias utilizam esse manejo para "amansarem" o terreno e posteriormente fazerem uso da tração animal nos cultivos. O uso de material orgânico para adubação é praticado na horticultura (11%), bem como a utilização de sistemas de irrigação.

Quadro 4 – Formas de realização das práticas socioambientais diárias dos assentados

Maneira de realização das práticas	**Nº Assentados**
Manualmente	06
Manualmente e a tração animal	04
Não respondeu	01

Fonte: Autor, 2015

O quadro 4 apresenta que a forma predominante de realização das práticas socioambientais pelos assentados no PAE-SF é a manual com uso de equipamentos simples (enxada, enxadão, fação, roçadeira, plantadeira manual, etc.), seguida pela forma manual com uso da tração animal no preparo do solo para plantio. Nos depoimentos abaixo ficam claro que os assentados/assentadas utilizam formas artesanais de trabalhar a terra e executar outras práticas socioambientais:

> "Bom, na verdade essa atividade que nós fazemos aqui **às vezes é de maneira braçal**, artesanal, **às vezes de maneira animal** e eu e minha família, que só eu e minha esposa, quem faz mais o trabalho sou eu e por aqui mesmo, não tem assim grande coisa dificultosa, porque o homem do campo ele já tem o costume de levantar de manhã e já **passa a mão em uma enxada** e vai limpar um feijão, um milho que tem na roça, já vai soltar a criação, já vai dar leite a um cabrito, uma coisa assim, e a vida continua." (Assentado, comunidade 01)

> "Aí nós vamos pra roça, a gente vamos, **usamos enxada, rastel para limpar e animal pra preparar a terra,** usa meia tomba, antigamente tinha trator, hoje não tem mais." (Assentada, comunidade 04)

> "Pescar, o meu marido já tem o barco, já tem a rede, **na roça é manual mesmo**, às vezes **na enxada, enxadão, foice**, só manual mesmo" (Assentada, comunidade 10)

> "Na lida do gado é o seguinte, quando é no tempo do leite, a gente primeiro vai **bem cedo tirar o leitinho**, quando tem aquela vaca de leite e também a gente tem aquele cuidado também de apastorando, sempre na roça, ali sempre, a água também tem aquele cuidado, do sal também, um pouquinho de cada um e a galinha também tem que ter todo cuidado, assim como tem cuidado com o animal de grande porte, tem que ter o cuidado com o animal de pequeno porte também, porque sempre que cria preso e alí é o dia a dia da gente" (Assentado, comunidade 06)

Para complementar o último discurso, é importante dizer que baseado no resultado do que foi perguntado no questionário, a utilização de medida de higiene e de profilaxia dos

animais é praticada por 45% das famílias, principalmente pelas que criam bovinos, até em função da legislação que torna obrigatório a vacinação contra as principais zoonoses (raiva, brucelose, carbúnculo sintomático). Podemos afirmar que também se utiliza a prática de vermifugação e do combate a principais doenças que acometem as aves, como a bouba aviária.

Na relação entre homem e natureza é notório que os impactos ambientais de maior ou menor magnitude se revelam. Nesse sentido apresentamos os resultados da relação entre as práticas socioambientais, manejos e impactos no PAE-SF.

Quadro 5 – Práticas socioambientais mais impactantes

Prática realizada	**Assentados**
Não há impacto	05
Uso de agrotóxicos	03
Pesca predatória	03
Uso intenso de solo	02
Desmatamento	01

Fonte: Autor, 2015

O quadro 5 apresentando as práticas socioambientais mais impactantes segundo os depoimentos dos integrantes do Grupo 2, composto por Assentados/Assentadas, quando questionados sobre quais as práticas socioambientais exercidas por eles no PAE-SF. Desses, cinco foram categóricos em responderem que suas práticas diárias não causam impactos; três que era a pesca predatória; três apontaram o uso de agrotóxicos, e dois o uso intenso do solo. Apenas um assentado, da comunidade C1, aponta o desmatamento como prática socioambiental mais impactante.

Os que responderam que suas práticas socioambientais não causavam danos ambientais, alegaram que sendo executadas de forma manual não haveria impactos, ou que no entendimento deles não há prejuízos, conforme relatos abaixo:

> "Não! porque como **é um trabalho manual mesmo**, ela **não degrada o meio ambiente,** a forma do nosso trabalho que ele não causa nenhum prejuízo ao meio ambiente não." (Assentada, comunidade 10)

> "Pode até prejudicar, mas eu no **meu pensamento acho que não**." (Assentado, comunidade 11)

Para Fernandes (2015) trata-se da percepção ambiental dos sujeitos, que segundo Faggionato (Apud, FERNANDES. et al. 2015, p.01) é "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo", e conclui afirmando que:

> Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. (FERNANDES. et al. 2015, p.01)

Após discutir os resultados identificados das práticas socioambientais exercidas pelos assentados e seus respectivos impactos. O quadro 6 a seguir apresenta as ideias do Grupo 1 - de Dirigentes da CAPAESF, do Grupo 2 - de Assentados e do Grupo 3 - de Dirigentes das Associações.

Quadro 6 – Práticas socioambientais mais impactantes

Impactos	**Grupo 1**	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Desmatamento	05	01	03
Pesca predatória	03	03	02
Uso de agrotóxicos	03	03	02
Nenhum	01	05	01
Descarte inadequado de lixo	03	-	02
Plantio nas margens do rio	02	-	01
Uso intenso de solo	-	02	-
Extração de areia e lenha	-	-	02
Caça ilegal	-	-	01
Queimadas	-	-	01

Fonte: Autor, 2015.

No quadro acima, analisamos as respostas dos integrantes dos três grupos sobre quais são as práticas socioambientais que causam mais impactos ambientais, constatamos que para eles são: Desmatamento; Pesca predatória; Uso de agrotóxicos; Descarte inadequado de lixo; Plantio nas margens do rio; Uso intenso do solo; Extração de areia nas ruas da comunidade e de lenha para as padarias; Caça ilegal; e Queimadas.

Percebemos que três das 11 (onze) práticas elencadas são comuns aos três grupos: Desmatamento citado por nove integrantes; Pesca predatória por oito; E uso de agrotóxico também por oito. E que dois grupos têm em comum (realizam) o descarte do lixo de forma e em local inadequados (05), e o plantio nas margens do rio (03). E que, ainda, das 11(onze) práticas elencadas, quatro foram citadas somente por integrantes do grupo3: Caça ilegal; Queimadas; Extração de areia nas ruas da comunidade e de lenha para as padarias – um integrante cada. Somente dois assentados do grupo 2 falaram do uso intenso do solo. Nos depoimentos abaixo os participantes afirmam:

> "São várias, nessa questão do próprio **veneno** mesmo, isso que a gente vem há século batendo pra não usar o veneno nas plantas, o **desmatamento**, uma coisa também a questão do **fogo** também que coloca em área que não deve ser, quando desmatamento." (Dirigente CAPAESF Comunidade 05)

> "Eu acho que é o **uso de agrotóxico**, porque assim eles têm que senão passar veneno não dá nada, então essa é uma prática que eu vejo que prejudica bastante. (...) e aqui mesmo na comunidade a gente já viu no quintal eles usando até o mata mato [herbicida]," (Dirigente CAPAESF Comunidade 09)

> "é a **pesca no tempo da piracema**, realmente a maioria, muitos não obedecem," (Dirigente CAPAESF Comunidade 04)

> "a desobedição [desobediência] da lei, que eles não respeita a lei ambiental em tudo por tudo, se partir pela área pesqueira não respeita porque chega o tempo da **piracema e continuam pescando**, e eles sabe a lei ambiental que só desmatar cerca de 50 a 100 metros pra fora do rio, e eles continuam **usando desmate** aí, **joga veneno**, (Dirigente de Associação Comunidade 10)

Constatamos, ainda, que das 11 (onze) práticas socioambientais cinco são práticas ligadas às atividades agrícolas: Desmatamento; Plantio nas margens do rio; Queimadas; Uso de agrotóxicos; E uso intenso do solo, que aparecem em 21 (vinte e uma) citações. Já aquelas relacionadas às atividades extrativistas totalizam quatro práticas: Caça ilegal; Pesca predatória; Extração de areia nas ruas da comunidade e de lenha para as padarias, que aparecem em 13 (treze) citações. A afirmação de que as práticas socioambientais não causam impactos ambientais, são ditas por sete integrantes nos três grupos pesquisados, com maior ênfase no grupo2 composto por assentados, com cinco citações. E a problemática do lixo é citada somente por integrantes dos grupos compostos por dirigentes da CAPAESF e das Associações de Moradores.

Quanto a identificação das práticas socioambientais que causam mais impactos no ambiente, o grupo1 formado por dirigentes da Central citou sete práticas, o grupo 2 composto por assentados citou cinco e o grupo 3, dos dirigentes das Associações, dez práticas. Esses resultados nos levam a afirmar que a participação e o envolvimento dos dirigentes com as ações decorrentes da luta do movimento social que participam, tem contribuído para uma maior clareza na identificação dos problemas ambientais vividos no PAE-SF. E Carvalho (2015, p.07) acrescenta que: "(...) o caminho da participação política é uma escolha que abre novas possibilidades, que vão desde a percepção sobre o poder de construção (e transformação) social até a percepção de que seres humanos e natureza podem conviver harmoniosamente", reforçando essa característica inerente à participação políticas dos envolvidos.

Abaixo, nos discursos dos participantes que ilustram essa afirmativa, fica evidente que a participação e o envolvimento dos mesmos são fundamentais para a elevação da conscientização sobre a problemática ambiental:

> "**A Central de dois em dois meses**, faz, até por causa dos problemas que têm na área, então de vez em quando, **a gente faz essa discussão via coletivo**, às vezes é lá na Barra da Impueira [Centro Comunitário] e às vezes é na sede do município [Serra do Ramalho]. (...) amanhã mesmo tem aqui de manhã com os jovens e à tarde é com o pessoal da comunidade, a gente traz discussão, porque aqui é uma área extrativista, mas como você percebe tem algumas coisa que não é adequado, então a gente tem esses problemas trazidos pelas pessoas irregulares, aí tem que está fazendo discussão todo mês, formação mesmo, **amanhã a gente pega formação**, porque se não tem esse trabalho é pior, a gente sempre faz." (Dirigente CAPAESF Comunidade 09)

> "[participou] encontros de agroecologia com o pessoal do Ifbaiano (...) **participamos do associativismo** também que vem aí a questão do meio ambiente (...) O da Central foi o seminário, que **a gente fez em conjunto**, que foi todo o extrativista (...) CETA foi menos, foi alguns encontros que teve aqui," (Dirigente de Associação Comunidade 01)

> "Eu participei de todas, (...) **fiz o curso do Ibama,** fiz o curso e sempre na comunidade **eu participo de todas as discussões**." (Dirigente de Associação Comunidade 09)

Quadro 7 – Práticas socioambientais menos impactantes

Prática realizada	**Assentados**
Utilização da área do quintal	02
Pesca legal	02
Cultivo manual	02
Criação de caprinos	01
Uso de inseticida natural	01

Fonte: Autor, 2015.

No quadro 7, acima, trazemos a relação das práticas socioambientais menos impactantes na opinião dos assentados/assentadas, identificadas como: Utilização da área do quintal; Pesca legal; cultivo manual, O uso de inseticida natural e a criação de caprinos.

O que chama a nossa atenção é que, de forma coerente com a resposta dada no quadro 6 os assentados das comunidades[18] C4, C5, C7, C8 e C11 reafirmam que suas práticas socioambientais não causam impactos ambientais e que portanto, não haveria atividades menos impactantes para o meio ambiente.

Logo, as primeiras opiniões demonstraram uma ideia de que quando a prática socioambiental é executada de "forma" legal e/ou manual não causam danos ambientais, como expressam essas duas declarações:

> "porque como **é um trabalho manual mesmo**, **ele não degrada o meio ambiente**, a forma do nosso trabalho que ele não causa nenhum prejuízo ao meio ambiente não." (Assentada, comunidade 11).

> "A agricultura, **a roça da agricultura. [no quintal**]" (Assentado, comunidade 06)

[18] Comunidades: C4 - Boa Vista, C5 - Vila Boa Esperança, C7 - Mariápolis, C8 - Campinhos, e C11 - Estreito

A exceção é dada pelo Assentado da comunidade 01, quando afirma:

> "Olha é até um pouco difícil de a gente definir assim a coisa que menos causam prejuízo, porque **de qualquer forma onde o homem anda tá sempre causando um prejuízo a natureza** (grifo nosso), mas eu acredito que mantendo as minhas áreas sem tá destruindo a natureza, só no meu quintal" (Assentado, comunidade 01)

Complementado o postulado por Fernandes (et al. 2015) sobre a percepção ambiental, Pedrini; Costa e Ghilardi (2015, p.165) afirmam que a "percepção ambiental abrange mais do que entendimentos que as pessoas têm em relação ao seu lugar e ao seu mundo, devendo embutir a noção das imagens que o habitam." Fica patente que esses assentados/assentadas têm um "imagem" muito particular sobre seu ambiente e suas práticas socioambientais. E Sodré (2008, p.86) reforça essa ideia ao afirmar que: "a população tradicional se orienta por normas culturais passadas entre gerações para a utilização dos recursos da natureza, de tal forma que não percebe que algumas destas são predatórias." Sendo para eles muito difícil perceber que suas práticas socioambientais historicamente efetivadas possam causar danos ambientais.

Na próxima seção analisaremos as ações de EA realizadas pelo Movimento CETA no PAE-SF para buscar compreender a sua relação com a resolução do dilema vivido pelos assentados/assentadas entre produzir e preservar.

4.3 Ações de Educação Ambiental do Movimento CETA no PAE-SF

Para compreender a concepção de EA do Movimento CETA recorremos à análise documental e para tanto analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CETA (CETA, 2007), o Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (BRASIL, 2001), o Blog do CETA (CETA, 2013), e recorremos também às contribuições de Sodré (2008).

No PPP não há referência direta a EA, embora tenha na p. 36 – Nossos sonhos/Objetivos a afirmação de que "nós, do CETA, queremos uma vida digna, com melhores condições de vida, (...) **produzindo sem degradar a natureza** (...)". E na p. 37 que "A escola do CETA deve ser voltada para a **formação humanística e ambiental** dos cidadãos e cidadãs com compreensão do mundo e senso crítico." E tendo previsto do plano de trabalho de educação na p.39 a realização da meta: "Curso de EA para monitores e demais líderes".

No Plano de Utilização consta que o seu objetivo é "definir mecanismos que venham assegurar a sustentabilidade do PAE-SF" (BRASIL, 2001, p.17) e que o mesmo

“servirá de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social” (Op cit. p.18), porém não existe também nenhuma referência ao papel da EA nesse contexto.

No Blog do CETA essa passagem transcrita abaixo é a principal referência às questões ambientais, mas porém sem fazer alusão a um trabalho com EA:

> O Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as) - CETA, luta pela terra e por uma Reforma Agrária justa, capaz de **dar condições de sustentabilidade,** comercialização, lazer, formação e emancipação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, **tendo como princípios o respeito** à democracia, **ao meio ambiente** e relações equitativas de gênero, raciais e de geração. (CETA, 2013. – Grifos nossos)

Pelo exposto até aqui, o Movimento CETA ainda não sistematizou uma proposta de EA para os seus assentamentos e acampamentos, ficando essa atividade sobre a responsabilidade de suas lideranças locais. Na sua tese de doutorado, Sodré (2008) identifica trabalhos de EA desenvolvidos no PAE-SF quando afirma que:

> Os primeiros passos de educação ambiental já foram dados no PAE-SF, como por exemplo, o treinamento de 38 agentes multiplicadores, selecionados nas comunidades, que têm como responsabilidade transmitir princípios de educação e conscientização ambiental, visando a preservar o meio ambiente do PAE-SF e suas próprias vidas. (SODRÉ, 2008a, p. 247)

Além disso ela destaca também a ação de recuperação das matas ciliares efetuada pelos assentados. Constatamos que de fato existe um trabalho de EA sendo desenvolvido, é o que passaremos a analisar. Antes porem é necessário atentar para uma distinção importante entre práticas sustentáveis e ações de EA transformadora e crítica, pois uma prática pode ser sustentável apenas na dimensão econômica e ou ambiental não corresponder a uma ação de EA transformadora e crítica, pois negligencia a dimensão social.

Para efeito de análise classificamos as respostas dos integrantes dos grupos 1 e 3 sobre as ações de EA do Movimento CETA em: **Ações Promovidas** como aquelas ações originárias do próprio movimento – planejadas e executadas pelos dirigentes e assentados/as; E **Ações Implementadas**, como as originárias de fora do Movimento, como do Ibama, do Incra, da CPT, entre outros. Mas que configuram como ações de EA realizadas no PAE-SF.

4.3.1 Ações de Educação Ambiental promovidas

Quadro 8 – Ações de Educação Ambiental Promovidas

Ações	**Grupo 1**	**Grupo 3**
Conscientização ambiental	04	07
Reflorestamento da margem do rio (mata ciliar)	01	03
Produção de mudas para reflorestamento	01	-
Não informada	-	01

Fonte: Autor, 2015
G1-Grupo de Dirigentes da CAPAESF, G3-Grupo de Dirigentes das Associações.

Dentre as ações de EA relatadas no quadro 8 pelos integrantes dos grupos 1 e 3, classificamos como ações de EA promovidas pelo Movimento CETA no PAE-SF: a) Atividades de conscientização ambiental como: o uso de inseticidas naturais, preservação das margens do rio, descarte adequado do lixo, combate ao desmatamento, entre outras; b) Produção de mudas para reflorestamento; e c) reflorestamento da margem do rio.

Essas ações foram citadas 16 (dezesseis) vezes e por dirigentes em todas as comunidades do PAE-SF. E as ações voltadas para a conscientização ambiental configuram como as mais executadas, sendo citadas 11 (onze) vezes, seguida por ações relacionadas ao reflorestamento, com cinco citações. E um dirigente não soube informar o desenvolvimento de ações de EA na sua comunidade.

Os dirigentes desses grupos afirmam ter participado das ações de EA, as quais lhe proporcionaram uma variedade de experiências. O verbatim do dirigente da CAPAESF da C1 trata da produção de mudas e reflorestamento:

> "a gente produziu inclusive algumas mudas lá na Boa Vista (...) a gente **reaproveitou uma área** que tava lá, fez um pequeno reflorestamento que deu certo",

Outros dirigentes complementam:

> "Rapaz, aqui pelo menos sobre a comunidade, foi sobre a desmatação na beira do Rio São Francisco. Essa nós preservemos, que não mexemos com roça, não mexemos mais com queimada de fogo e dai foi quando começou mais o respeito. (...) e nós também começamos plantamos umas mudas de planta na beira do São Francisco, o mangue, nós plantamos muitas mudas no barranco e com isso fomos **equilibrando um pouco**." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 11)

> "A gente já fez umas atividades, já plantamos mudas lá no barranco do rio, já fizemos **um seminário aqui com todo o extrativista** (...) e aí é o dia-a-dia de nosso dilema de tá aqui defendendo o meio ambiente, que nós somos beneficiados daqui e como a gente saiu da barranca do rio já pra isso, pra essa preservação do meio ambiente e é o nosso trabalho do dia-a-dia." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 01)

> "As áreas de margem de mata ciliares estavam degradadas e nós enfrentamos uma briga muito árdua com ocupantes irregulares, que vinha de fora para desmatar, plantar lavoura e aí nós conseguimos diminuir, acho que 95%, dessas áreas que era degradada, também **a gente trabalhou a conscientização dos agricultores** para trabalhar com produtos naturais que o uso de agrotóxico e também de herbicida era muito grande e a gente conseguiu fazer com que isso diminuisse, (...) a gente conseguiu através da associação, da Central, da CETA, **fazer cursos e trazer essas informações para a comunidade para que a gente pudesse melhorar os nossos hábitos."** (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 02)

> "Várias, primeiro que tem algumas comunidades que desenvolvem reuniões, grupos de ... **tem um grupo de conscientização que faz reunião todo mês em cada comunidade do extrativista."** (Dirigente da CAPAESF, comunidade 09)

Pelos discursos fica evidente o desenvolvimento de ações de EA no PAE-SF pelo Movimento CETA, que apesar de não ser um movimento ambientalista, como afirma Moreira (2010) incorpora como missão a preservação ambiental e como defende Nascimento (2007) que os movimentos sociais rurais, ao lutarem pela posse da terra, também incorporaram a luta pela defesa do meio ambiente.

4.3.2 Atividades de Educação Ambiental implementadas.

Quadro 9 – Ações de Educação Ambiental Implementadas

Ação	**Grupo 1**	**Grupo 3**
Cursos de Agente e Bombeiro Voluntários do Ibama	04	06
Ações de fiscalização conjunta com o Ibama/ Agentes e Bombeiros voluntários	03	01
Ações do Bolsa Verde	03	03
Ações de conscientização ambiental (Incra)	-	01
Não informada	-	01

Fonte: Autor, 2015
Grupo 1 - de Dirigentes da CAPAESF, Grupo 3 - de Dirigentes das Associações.

Das ações de EA implementadas pelo Movimento, podemos citar ações de: fiscalização conjunta com o Ibama; de conscientização ambiental promovida pelo Incra; do programa Bolsa Verde[19] como a coleta de lixo; de bombeiro voluntário; Curso de formação de Agente Voluntário e, Curso de formação de Bombeiro Voluntário (quadro 9).

Essas ações foram citadas 22 (vinte e duas) vezes e também por dirigentes em todas as comunidades do PAE-SF. Os cursos de formação de Agente e de Bombeiro aparecem dez vezes, seguidos pelas ações do programa Bolsa Verde e pela coleta de lixo, com seis citações, e as ações conjuntas de fiscalização com o Ibama, com três citações.

[19] Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, do Governo Federal, concede, a cada trimestre, um benefício de R$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental.

Os dirigentes ao relatarem suas experiências, falam da importância dessas ações e ao mesmo tempo criticam a falta de continuidade das mesmas, bem como a falta de apoio dos órgãos públicos, como declaram os dirigentes da CAPAESF e da Associação de moradores:

> "Nos últimos anos a gente fizemos um curso de agente voluntário [fiscal voluntário], nós tava em torno de 48 agentes e fizemos um trabalho que deu pra sentir firmeza no assentamento, só que infelizmente a questão da **morosidade do governo**, que **não deu apoio pra nós**, agentes voluntários, e acabou a gente não firmamos o processo de conscientização nas outras áreas por questão do medo, do embaramento dos latifundiários." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 05)

> "É mais uma aprendizagem, mas **eu acredito que deveria ser** contínuo, porque, às vezes, as pessoas quanto dispersa assim um pouquinho, aí o povo vão esquecendo e aí também os problemas começa a acontecer, então se a gente tiver assim contínuo é mais difícil de acontecer os problemas." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 01)

> "(...) **pra mim foram ótimas**, **se tivesse continuado**, tivesse prosseguido, certeza que aqui o Extrativista era outro, porque até os invasores que existe aqui até hoje se temeu muito (teve medo), eles se sentiram eles viu que aquilo tava, eles mesmos se, muitos deles entenderam," (Dirigente CAPAESF, comunidade 10)

> "Bom, **elas foram boas**, pra nós assim que a gente pensou que ia ter assim uma continuação, **ia ter assim uma formação continuada**, mas infelizmente não seguiu, mas na época que realmente o pessoal tava atuando deu um basta muito grande nesse extrativista." (Dirigente de Associação, comunidade 10)

Outro dirigente ao relatar sua experiência, remonta a execução das ações de EA ao Incra, não fazendo ligação com as lutas do Movimento CETA, seja através do CAPAESF ou mesmo da Associação de Moradores, conforme depoimento:

> "**quem vinha aqui às vezes falar isso assim era o Incra**, que eu já vi, pra preservar o meio ambiente, que não pode jogar lixo no rio, é às vezes não jogar veneno," (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 11).

Já outros relatam as ações de EA desenvolvidas em parceria com órgãos ambientais sem fazer nenhuma emitir nenhum juízo de valor, como é o caso do depoimento a seguir:

> "Aqui teve que eu lembro, **teve aqui vários cursos**, teve cursos pelo Ibama de agentes voluntários, teve outros cursos aqui também desenvolvendo o projeto Bolsa Verde," (Dirigente da CAPAESF, comunidade 06).

Quanto ao nível de participação e envolvimento nas ações de EA, podemos constatar, baseado no quadro 10 abaixo, que dos 22 (vinte e dois) dirigentes entrevistados 18 (dezoito) foram classificados como "muito envolvido" e "envolvidos", e apenas dois como "pouco envolvido" e um como "não envolvido".

Quadro 10 – Participação e envolvimento nas atividades de EA

Nível de Envolvimento	Atividades	Grupo1	Grupo3
Muito envolvido	• Reuniões nas comunidades; • Construção de viveiro de mudas; • Mobilização da comunidade; • Cursos de formação • Encontros de agroecologia e de associativismo; • Organização de seminário e encontros; • Participação nas atividades promovidas; • Atuação conjunta com o Ibama/Atuação como Agente Voluntário	04	05
Envolvido	• Reunião na própria comunidade; • Atuação como Agente / Bombeiro voluntário • Reflorestamento da margem do rio; • Participação em atividades promovidas e em reuniões e palestras	05	04
Pouco envolvido	• Participação em palestra • Quase não participa	01	01
Não envolvido		01	01

Fonte: Autor, 2015
Grupo 1 - de Dirigentes da CAPAESF, Grupo 3 - de Dirigentes das Associações.

Para efetuar a classificação da participação e envolvimento dos dirigentes da CAPAESF e das Associações nas ações de EA desenvolvidas nas comunidades do PAE-SF levamos em consideração a participação de cada um nas ações que foram desenvolvidas, conforme consta no quadro 10 acima, e reforçado pelos depoimentos dos dirigentes a seguir:

> "**Participei de umas quatro, cinco vezes** mais ou menos, que foi quando a gente conseguiu reunir ai o CETA, a CPT, a Central e outras pessoas que veio contribuir (...)a gente conseguiu fazer um viveiro de muda aqui na Barra da Impueira. Mas participar esses de ... uma, duas ou três vezes desses trabalhos em algumas comunidades: Barra, Vila e Boa Vista." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 01)

> "**Eu participei de todas**, (...) fiz o curso do Ibama, fiz o curso e sempre na comunidade **eu participo de todas as discussões**." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 10)

> "[**participou] de reflorestamento na beira do Rio São Francisco** (...) a questão do lixo, que a gente pede pro povo não tá jogando o lixo dentro da comunidade," (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 04)

> "**Participei**, participamos sim. Colaboradores[fiscais voluntários] aí, com o negócio de preservar a pesca, a caça, esse negócio tudo, eu junto com ele [presidente da associação] e outros amigos aí, colegas. **A gente já participou de tudo isso aí já**" (Dirigente CAPAESF Comunidade 02)

Podemos notar que a maioria dos dirigentes é participativa, demonstrando efetivamente envolvidos com o desenvolvimento das ações de EA. Isso evidencia que não há diferenças entre o grau de participação e envolvimento dos dirigentes da CAPAESF em relação aos dirigentes das Associações de Moradores.

Esse equilíbrio entre os dois grupos pode ser atribuído à própria composição da diretoria da CAPAESF que é composta por representantes das 11 (onze) comunidades que formam o PAE-SF, sendo frequente a participação de diretores e ex-diretores das associações de moradores na diretoria da Central. E também demonstra que o engajamento político com os movimentos sociais amplia a capacidade de envolvimento com questões amplas como a ambiental, de gênero, entre outras, fazendo do dirigente um autêntico lutador social, pois como afirma Ribeiro (2015, p.15) que percebe "os sujeitos engajados, como pessoas de uma sensibilidade, que têm o poder de se comunicar com o outro, acessando o "interior" do outro, de "tocar" com as ações realizadas, de forma que ele vai olhando "junto com o outro" para sua realidade."

Os dirigentes da CAPAESF e das Associações de Moradores, conforme quadro 11, abaixo, ao avaliarem as ações de EA desenvolvidas teceram algumas críticas, principalmente à falta de continuidade das ações e também à falta de apoio dos órgãos ambientais, principalmente o Ibama. 15 (quinze) diretores fizeram uma avaliação positiva das ações, quatro fizeram avaliação negativa, e três não fizeram avaliação das ações.

Quadro 11 – Avaliação das Ações de EA

		Grupo 1	Grupo 3
Avaliação Positiva	Boa (sem continuidade)	02	04
	Boa/ Muito boa	-	03
	Boa	02	-
	Proveitosa	02	-
	Boa (sem apoio dos órgãos ambientais)	-	01
	Grande caminho	01	-
	Não avaliou	02	01
Avaliação Negativa	Ajuda, porém falta parceria	01	-
	Já teve melhor	01	-
	Não é igual ao que a gente quer	-	01
	Precisa melhorar ainda mais	-	01

Fonte: Autor, 2015.
Grupo 1 – de dirigentes da CAPAESF, Grupo 3 – de dirigentes das Associações de Moradores.

As avaliações positivas foram assim elencadas: "Boa, porém sem continuidade" por seis dirigentes, "Boa/muito boa" por três dirigentes; "Boa" por dois; E "Boa, porém sem o apoio dos órgãos ambientais", por um; E, que assim expressaram suas opiniões:

> "Bom, **elas foram boas**, pra nós assim que a gente pensou que ia ter assim uma continuação, **ia ter assim uma formação continuada**, mas infelizmente não seguiu, mas na época que realmente o pessoal tava atuando deu um basta muito grande nesse extrativista." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 10)

> "É mais uma aprendizagem, mas eu acredito que deveria ser contínuo, porque, às vezes, as pessoas quando dispersa assim um pouquinho, aí o povo vão esquecendo e aí também os problemas começa a acontecer, então se a gente tiver assim contínuo é mais difícil de acontecer os problemas." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 01)

> "**São boas**, porque assim quem conhece a realidade principalmente são os moradores que tá ali no dia-a-dia vendo em todos os aspectos a destruição do meio ambiente, que seja desmatamento, seja queimada, seja caça ou pesca predatória e outras." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 02)

> "(...) pra mim **foram ótimas**, **se tivesse continuado**, tivesse prosseguido, certeza que aqui o Extrativista era outro, porque até os invasores que existe aqui até hoje se temeu muito (teve medo), eles se sentiram eles viu que aquilo tava, eles mesmos se, muitos deles entenderam." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 10)

Suas declarações confirmam na prática o que vários teóricos como Carvalho (2004), Castro e Baeta (2011), Figueiredo (2007), Lima(2011), Loureiro (2004), Mutim (2007), Pedrini (2002), Reigota (2001) entre outros, defendem como execução de uma EA crítica/transformadora, que seja uma ação permanente e contínua.

As avaliações negativas formuladas pelos quatro dirigentes foram assim descritas: "Ajuda, porém falta parceria"; "Já teve melhor"; "Não é igual ao que a gente quer"; E "Precisa melhorar ainda mais". Percebe-se nos depoimentos abaixo, que mesmo negativas, elas trazem um reconhecimento de que algo foi feito e que é necessário melhorar:

> "Enquanto o pessoal tava na luta tava bem, era beleza, **depois que pararam** também aí o outro **pessoal vai lá e bagunça**, vem muitas pessoas de fora e começa a bagunçar" (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 06),

E mais ainda que:

> "eu avalio que na nossa comunidade aqui, pelos moradores até que não é ruim, a gente tem um certo controle, mas **os invasores de fora a gente sente a falta de apoio dos órgãos ambientais**, com a prefeitura, o Ibama, polícia na verdade também, então **a gente fica aqui a mercê dos outros**, das pessoas," (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 09)

Pelas avalições efetuadas talvez possamos justificar por que a EA do Movimento não consiga cumprir/atender plenamente os quatro grandes desafios da EA apontados por Saito (nesse trabalho na p.29), que são: 1) buscar uma sociedade democrática e socialmente justa; 2) desvelar as condições de opressão social; 3) praticar uma ação transformadora intencional e por fim, 4) promover a contínua busca do conhecimento. No nosso

entendimento, os desafios 1 e 3 são cumpridos, mas os desafios 2 e 4 ficam a desejar, sendo parcialmente atendidos.

4.3.3 Relação entre EA e as práticas socioambientais no PAE-SF

Para se compreender a relação estabelecida entre as ações de EA do Movimento CETA e as práticas socioambientais dos assentados/assentadas no PAE-SF, optamos pela analise do conteúdo dos seus discursos que foram apresentados com os resultados discutidos pelos pesquisadores e entrelaçados com os discursos de resultados de outras pesquisas.

Logo, perguntados sobre aceitação das orientações das ações de EA efetivadas pelo Movimento, do total de 22 (vinte e dois) dirigentes dos grupos 1 e 3 dessas comunidades[20], dez afirmam que "a maioria" dos assentados seguem as orientações preconizadas nas ações de EA. Neste sentido é interessante destacar aquelas ações promovidas pelo Movimento, nas opiniões dos participantes:

> "Por que pelo menos os assentados que sabe desse movimento, **das leis**, **eles obedece** por que sabe, tem a **regularidade de pescar, o tempo da piracema** não pode pescar a gente sabe, Tem **o limite da preservação aqui do meio ambiente**, a gente tem que tá tendo esse respeito, tem que **não pode tá jogando lixo perto da beira do rio**, (...). É, **desmatamento** aqui, graças a deus, na beira do rio não tem, isso aqui é tranquilo." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 08)

> "**A maioria sim,** (...) hoje a gente já tem as áreas que foram degradadas, por exemplo na margem do rio, **as matas ciliares, essas matas já foram refeitas**, (...), **mas a gente precisa porque de vez em quando aparece alguns que vem de fora** ou até mesmo daqui, querendo ainda desmatar pra poder fazer as plantações de lavoura na beira do rio." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 02).

Estes dirigentes trazem elementos que nos sugerem refletir sobre a discussão sobre o campo de força que existe entre "produzir" e "preservar", bem como as pressões entre os atores sociais e o território, na medida em que a preservação do ambiente não depende, apenas, de "ação" e "execução", mas também de uma análise do pensamento e das atitudes dos diversos grupos que convivem, no mesmo território, sob diversas pressões legais e ao mesmo tempo subversivas. Esta afirmativa é reforçada quando seis dirigentes afirmam que "a maioria" dos assentados não seguem as orientações, ressalvando que essa maioria é constituída por ocupantes irregulares, conforme relatam os dirigentes:

> "Segue nada! Eles não respeita isso aí não, ele fala assim: 'moço, **irregular aqui vocês não pode fazer nada**', eles não liga não, não tá nem aí pra botar roca, pra botar... nem tá nem aí pra nada, não respeita não". (Dirigente da Associação de Moradores da comunidade 11)

---

[20] C1- Barra da Impueira, C2–Pambú, C3–Capão Preto, C4–Boa Vista, C5–Vila Boa Esperança, C6–Palmas e Passos, C7–Mariápolis, C8–Campinhos, C9–Água Fria, C10–Barreiro Grande, C11–Estreito.

> "(...) **a maioria não atende**, não atende o que a gente às vezes fala com eles o que pode e o que não pode, o dever, os direitos os deveres, eles não atendem, é difícil, tó sentindo dificuldade por isso." (Dirigente da CAPAESF – comunidade 06)

Os ocupantes irregulares, como observa Sodré (2008) foram definidos pelo critério classificatório e de eliminação utilizado pelo Incra, que consistiu na avaliação sobre o participação na atividade do extrativismo e/ou agroextrativismo, sendo que "os que 'não tem perfil' representam aquelas pessoas que não se enquadraram nos objetivos do projeto, que incluem: os fazendeiros, criadores de gado, os moradores da área que não têm tradição ribeirinha e/ou de agricultura de subsistência e os forasteiros" (SODRÉ, 2008, p.106), mas que em função da morosidade da justiça e do Incra continuam morando no PAE-SF.

Outro aspecto que os dirigentes chamam para a nossa atenção, é para a tomada de consciência de alguns assentados, com relação às questões ambientais, embora as ações de alguns reflitam práticas que terminam degradando o ambiente. Enfim, os discursos são revestidos de dúvidas que nos permitem afirmar que mesmo que existam orientações por parte do Movimento, no tocante as ações de EA, alguns aceitam as orientações para reflorestar, de respeitar regras e limites, outros tomam consciências de não derrubar arvores, de não pescar na época da piracema, o que tem melhorado muito. Porém uma grande parte de irregulares não aceitam as orientações e, ainda, praticam ações que terminam em agredir o ambiente. Seguem relatos interessantes:

> "(...) **mais de 50% tem já essa consciência** de que na época da **piracema** não tá pescando, (...) a **questão da derrubada** também muitas pessoas já têm essa consciência, não derruba mais a mata e têm a consciência de tá **reflorestando**". (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 04)

> "**Alguns** (risada), às vezes alguns até que segue, já tinha outros que já tinha passado por cima do limite, às vezes, mas nem tanto também, uns já entenderam melhor, outros têm esse hábito que gente, todo mundo tem um pensar, quando um já pensa as vezes não fazer, outro: 'quá, isso não volga nada não' e já tenta fazer, mas quando teve essas instruções aí melhorou muito. A turma tem até acompanhado, colaborado." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 02)

> "Não! **Eles faz aí tudo a bistunto, da maneira dele**, não procura nem assim um caminho devido, direito, que tem que fazer. Procura isso, não!" (Dirigente CAPAESF – comunidade 10).

Pelos depoimentos, fica claro o conflito existente entre os assentados e os ocupantes irregulares, que além de ocuparem o espaço e assim diminuído o acesso dos assentados a porções maiores de terra para desenvolverem suas práticas socioambientais, não participam das lutas e eventos promovidos pelo Movimento CETA através da CAPAESF e das Associações de moradores e consequentemente não seguem as orientações preconizadas por eles.

Por outro lado, também, buscamos verificar se os assentados estão desenvolvendo práticas socioambientais em consonância com aquelas ações promovidas, orientadas e desenvolvidas pelo Movimento CETA. Assim, os dirigentes elencaram práticas orientadas e modificadas tais que: manejo da pesca, coleta de lixo, adubação orgânica, uso de inseticidas naturais, preservação do rio e suas margens, reflorestamento e evitar o desmatamento.

Quadro 12 – Prática socioambiental dos assentados modificada pelas ações de EA

Modificada	**Grupo 1**	**Grupo 3**
Redução do desmatamento	05	06
Descarte adequado do lixo	04	03
Redução do uso de agrotóxicos	01	02
Não ocupação da margem do rio (plantio e moradia)	-	02
Manejo adequado da pescaria	01	-
Redução da criação de bovinos	01	-
Uso de banheiros domiciliares	01	-
Redução do uso de trator no preparo de solo	-	01
Redução das queimadas	-	01

Fonte: Autor, 2015.
Grupo 1 - de Dirigentes da CAPAESF, Grupo3 - de Dirigentes das Associações.

Nesta perspectiva, o quadro12, acima, aponta as práticas modificadas, sendo que as mais frequentes são: **redução do desmatamento**, **descarte adequado do lixo,** redução do **uso de agrotóxico, manejo correto da pescaria**, **não utilização da margem do rio para plantio e moradia**, redução das queimadas e o **uso de banheiros**. Os depoimentos dos dirigentes, abaixo transcritos, são eloquentes quanto às mudanças ocorridas, eles relatam:

> "Jogava lixo, às vezes bicho morria, a gente jogava dentro d'água, dentro do Rio São Francisco, e **hoje em dia, a gente não joga mais**, porque através de **conscientização,** de vim outros órgãos fazendo estudos ambiental, a gente pôde entender também que não podia. Também a jogação de lixo e reduziu 90% dessa área ambiental que a gente tem aí." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 6)

> (...) "A questão do banheiro, **eles tendo banheiro dentro de casa**, eles sempre usavam o mato, então foi uma coisa assim que foi um trabalho, por isso é que eu te falo, que antes era um trabalho seguido pela CPT, pelo Movimento que não deixava um mês sem passar e hoje (...)". (Dirigente da CAPAESF, comunidade 9)

> "Já foi muito! Sabe? Sobre o veneno, tóxico, foi! Porque antigamente **a gente jogava tudo quanto é tipo de tóxico pelas beira do São** Francisco, que **hoje já combateu muito.** (...) Mudou muita coisa!" (Dirigente da CAPAESF, comunidade 11)

> "**Deixaram de morar no barranco do rio** e afastaram do barranco do rio, então dá esta proteção a margem do rio, que agora ele não tão agredindo mais a natureza. Nessa parte aí, sim os assentados, porque lá têm muitos pessoas que vêm de fora e continua (...)." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 7)

> "(...) **o veneno**, nas áreas a gente **não tá mais usando** aquilo, **trator** nas áreas beira rio **não tá mais também usando**. (...) desmatamento também mudou," (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 8)

> "O que mudou foi o seguinte, que antes **eles pescavam aí no rio era de, sem acordo, sem consciência,** sem dá meio e hoje a Central, a CETA orientou pro cima da lei e eles hoje, muitos respeita, né ? Quando é na **época da piracema** muitos **não pesca**." (Dirigente CAPAESF, comunidade 7)

> "depois que chegou esse órgão, esse conhecimento pra gente, muita coisa, as mulheres que jogavam lixo no meio da lagoa, já foi recolhido, as pessoas, a maioria **não faz mais queimada**, (...) jogava animal morto na beira da lagoa, (...) São resultado desses movimento aí" (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 9)

Podemos perceber, pelos discursos acima, que muitas práticas socioambientais dos assentados já foram modificadas a partir das orientações emanadas das ações de EA do Movimento CETA, e percebemos também, que elas são ações oriundas de uma reflexão por parte dos assentados que terminam em práticas socioambientais que amenizam os problemas ambientais e se replicam em tomada de consciência pelos sujeitos sociais das comunidades do PAE-SF. É importante salientar que fica claro que existem ações e desenvolvimento de atividades significativas de educação ambiental promovidas pelo Movimento CETA, entretanto os conflitos e as pressões sociais e politicas neste território precisam ser estudas de forma mais profunda a fim de que se busque alternativas no âmbito do coletivo e do participativo e que envolvam "agentes externos" na constituição de arranjos institucionais locais na perspectiva de construção/edificação de sociedades sustentáveis[21], pois as possíveis soluções para os problemas ambientais vividos/experienciados pelos assentados passam necessariamente pelo conjunto de relações estabelecidas internamente e também externamente com outros sujeitos e territórios.

Após a compreensão da relação entre educação ambiental e práticas socioambientais, fez-se necessário investigar a partir das opiniões, por parte dos dirigentes, a respeito dos problemas e soluções para o dilema entre produzir e preservar. Pensamos, assim, que esta apreensão poderia nos permitir averiguar se as promoções em EA estariam coerentes com as práticas socioambientais desenvolvidas pelos assentados nas comunidades do PAE-SF. Os resultados são apresentados nos quadros 13 e 14, sendo que para o primeiro, os integrantes dos grupos de dirigentes e assentados apontaram 14 (quatorze) problemas ambientais a serem resolvidos. E no segundo as soluções para os mesmos.

[21] Na definição de Rodrigues (1997, Apud REIGOTA, 2015, p.221) como "[uma sociedade] que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e sócio-cultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e consequente da cidadania, com distribuição equitativa da riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras."

Quadro 13 – Problemas ambientais a serem resolvidos

Impactos	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Presença de ocupantes irregulares	03	02	07
Desmatamento das matas ciliares	06	04	01
Ocupação e erosão do Rio São Francisco	03	02	02
Descarte inadequado do lixo	01	04	02
Caça ilegal	-	01	01
Criação de bovinos na beira do rio	-	01	-
Mortalidade de peixes nas lagoas no período seco	01	-	-

Fonte: Autor, 2015.
Grupo1- de Dirigentes da CAPAESF, Grupo2 - de Assentados, Grupo3 - de Dirigentes das Associações

No quadro acima, de forma mais pontual, aparece para a maioria dos respondentes como fortes problemas a serem resolvidos a **presença de ocupantes irregulares, desmatamento das matas ciliares, ocupação e erosão do Rio São Francisco** e **descarte inadequado de lixo**. Observamos ainda que esses quatro problemas correspondem aproximadamente a metade dos problemas identificados por cada grupo, o que configura um certo equilíbrio na percepção dos mesmos. Nos depoimentos abaixo fica claro a preocupação dos participantes com a resolução dos problemas ambientais do PAE-SF, dirigentes e assentados assim se posicionaram:

> "**É a questão dos irregular**, dos irregular que ainda se habita e ocupa ainda áreas do extrativista, tanto aqui na Barra da Impueira como nas outras comunidades. (...) porque o assentado, ele participa da reunião, faz parte da associação, participa das reuniões, tanto da central, da comunidade mesmo, do movimento CETA e vai tomando conhecimento das coisas e os irregular não!" (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 01)

> "Nós temos vários problemas ambientais aqui que precisa mesmo ser resolvido, primeiramente **a ocupação irregular**, que tá demais, atingiu quase que 100% das comunidades, e cada dia mais é chegando." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 06)

> "Atração [retirada] de areia, que **o pessoal de fora vem panhar areia na nossa área**, (...) ocupantes irregular, (...) eles não tão nem aí, isso é o que mais prejudica." (Assentado, comunidade 06)

> "**a caça do pessoal que vem de fora**. (...) a beira do rio pra criar, (...) esse pessoal de fora que vem destruindo tudo." (Assentada, comunidade 09)

> "Mais uma vez entra os ocupantes irregulares que são os predadores daqui dentro, um deles, **é a retirada dos irregulares**, que pra gente é assim crucial resolver essa situação (...) **fazer um trabalho de conscientização**, um trabalho de reflorestamento, pra mim é urgentemente esse **trabalho de reflorestamento em toda margem do Rio São Francisco,** porque pra gente aqui a margem do rio tá feia demais, assim as erosões vão comendo, vão desbarrancando." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 01)

> "É **os desmatamentos**, a **feita [construção] de moradia no barranco do rio**, que esses são os problemas mais difícil, e a através também que o pessoal e a **pesca predatória** a gente também precisa de tá vendo isso aí o mais rápido possível, **a retirada de areia ilegal.**" (Dirigente da CAPAESF, comunidade 06)

Como Sodré (2008a) já apontava, a presença dos ocupantes irregulares continua como o maior entrave à sustentabilidade do PAE-SF, pois eles ocupam áreas que poderiam ser utilizadas pelas famílias legalmente assentadas e, além disso, por não participarem das ações promovidas pelo Movimento CETA, via CAPAESF e Associações de Moradores, acabam servindo de exemplo negativo ao não acatarem as decisões coletivas, principalmente as referentes à preservação ambiental. Desse modo alguns assentados/assentadas acabam também não acatando as decisões.

E como resolver ou amenizar esses conflitos, entendendo a importância da participação política dos movimentos sindicais e das políticas publicas de educação ambiental na solução dos mesmos?

Quando perguntados sobre as soluções para esses problemas, é possível verificar que os assentados não conseguem associar de maneira coerente as soluções para aqueles problemas ambientais citados anteriormente. Vejamos o quadro 14 abaixo, demonstrando na opinião dos dirigentes um quantitativo expressivo em detrimentos aos dos assentados/assentadas.

Quadro 14 – Solução para os problemas ambientais

Iniciativas		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Externas	Parcerias com órgãos públicos	05	05	06
	Aplicabilidade das leis ambientais	02	01	02
	Acesso às políticas públicas para produzir e preservar	01	_	_
Internas	Tomada de consciência	02	03	03
	Reflorestamento	03	03	01
	Descarte adequado do lixo	01	02	_

Fonte: Autor, 2015.
Grupo1- de Dirigentes da CAPAESF, Grupo2 - de Assentados, Grupo3 - de Dirigentes das Associações.

Para facilitar a análise das soluções apresentadas pelos dirigentes da CAPAESF, dos assentados/as, e dos dirigentes das associações de moradores, agrupamos as mesmas em **iniciativas externas** – aquelas soluções que dependem da ação de agentes de fora do assentamento, e em **iniciativas internas** – aquelas que dependem dos próprios assentados.

Os integrantes dos grupos citaram 22(vinte e duas) vezes soluções com iniciativas externas: Apoio/parcerias com órgãos públicos com 16 (dezesseis) citações; Aplicabilidade das leis ambientais com cinco citações, E, acesso a políticas públicas para preservar e produzir com uma. Nessa solução, apresentada pela Dirigente da CAPAESF da comunidade 09, aparece, de forma contundente, a preocupação com a resolução do dilema entre produzir e preservar, ela é enfática ao afirmar que:

> "Eu acho que primeiro seria **dá acesso a políticas que melhorasse a situação econômica das pessoas,** porque assim, nós vemos hoje aqui que as pessoas não têm direito, por exemplo o que a gente recebe é que não pode desmatar, mas também não tem uma política que pode tá fazendo, dando resultado para ele, (...) hoje já tem esse projeto de Bolsa Verde, tem Garantia Safra, mas assim, se tivesse um meio econômico dele utilizar só aquela área desmatada, mas se tivesse recurso prá isso, o mal é que preserva, preserva e ao mesmo tempo, ele fica no mesmo e os filhos às vezes, têm que ser submisso a viver com aquela mesma coisa**.**"

Nesse sentido, concordamos com Beduschi Filho (2003. Apud, CARVALHO, 2015, p. 08) que: "apenas palestras de capacitação e educação ambiental não são suficientes para transformar as práticas dos agricultores. Para esta mobilização, os incentivos econômicos se mostraram fundamentais." Pois é necessário pensar na sobrevivência das famílias e buscar alternativas viáveis para produzir–preservando e preservar–produzindo[22].

Quando à solução – Cobrando/solicitando o estabelecimento de parcerias e de apoio dos órgãos públicos, os dirigentes e assentados foram enfáticos em afirmarem:

> "Eu queria assim, **buscar uma parceria**, legalizar a nossa área, que além de encontrar deslegalizada todinha e aí, agora através de nossos documentos da área, a gente ia fazer um trabalho juntamente procurar os órgãos parceiro pra fazer um trabalho, pra dizer pro povo que não podia fazer mais aquilo, que era de hoje em diante era pra fazer assim, a lei decreta isso e isso e isso, só pode fazer assim." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 06)

> "Um final de semana, se o Ibama atuasse num final de semana aqui, pegasse, primeiramente era uma surpresa para os caçadores e depois atuasse uns final de semana aí eles recuava, com certeza se eles pegasse alguns três ou quatro os grandões que tem aí, depois os outros recuavam com certeza, depois que prendesse espingardas e outros objetos, que fosse multado ou preso, os outros não vinha, então enquanto não tiver uma ação do Ibama, porque **é o Ibama e a polícia que pode fazer isso.**" (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 09)

> "Que a gente tá querendo que **venha uma vistoria** prá dizer pra ele o que é certo e o que é errado, pra não deixar só nas costas do presidente. (...) **o apoio que a gente tem do Incra é pouco** pra essas decisões aqui, é pouco. Quando eles, meu deus do céu, vem, o cara já derrubou, já vendeu pra outro, (...) aí não tem nem como trabalhar, acreditar mais no Incra quando quer fazer alguma coisa" (Dirigente da CAPAESF, comunidade 03)

[22] Terminologia empregada pelo Prof. Dr. Avelar Mutim, na banca de qualificação dessa dissertação

Com relação à retirada dos irregulares os dirigentes e os assentados assim se expressaram:

> "(...) era percorrer a lei, **procurava o direito e retirar esses invasores**." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 10)

> "É **a retirada dos irregulares**, que prá gente é assim crucial resolver essa situação, e o outro é, saindo os irregulares a gente consegue ter um domínio maior da área, porque a gente vai trabalhar com os próprios assentados e aí cada um vai ver a real necessidade do assentamento, não ali tá depredado, porque foi os irregulares, então a partir de hoje não tem irregular, então se danificar o meio ambiente vai ser culpa minha." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 01)

> "As ações nossas **é fazer documento e passar para as entidades**, que é quem pode resolver, porque nós não podemos chegar lá e mandar ninguém sair." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 06)

Muito em função da presença dos ocupantes irregulares, Sodré (2008) afirma que o PAE-SF é um projeto inconcluso do Incra, e que constitui o principal entrave para a solução dos problemas dos assentados. Concordando com a autora afirmamos que a solução para o dilema preservar e produzir depende da retirada desses ocupantes irregulares.

E como soluções com iniciativas internas, citadas 18 (dezoito) vezes, foram: Tomada de consciência/Mobilização do povo, com oito citações; Reflorestamento/ Reflorestamento matas ciliares, com sete citações; Descarte adequado do lixo, com três citações. Houve ainda dois integrantes que não responderam e dois que atribuíram a solução dos problemas à ocorrência de chuvas.

Nos depoimentos abaixo fica claro essa preocupação dos dirigentes e assentados quando falam:

> "(...) então é fazer um trabalho de conscientização, um trabalho de reflorestamento, pra mim é urgentemente esse trabalho de reflorestamento em toda margem do rio São Francisco," (Dirigente da CAPAESF, comunidade 01)

> "**Na verdade a gente já vem fazendo essas ações, quando a gente reuni a comunidade, discuti os problemas**, quando a gente vai até aos representantes públicos, que seja do município, do estado ou até mesmo federal, já são ações que a gente tá fazendo, então têm as ações também direta que **é a questão de reflorestar a margem do rio**, a gente iniciou fazendo banco de sementes com algumas pessoas da comunidade e a UNB de Brasília," (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 02)

> "uma delas **é aconselhar o pessoal a não fazer**, e outra delas se a gente podesse era sair reflorestando, aconselhando, reunindo pessoas pra plantar árvores na beira do rio, (...) plantar árvore aonde tá degradado, as mata já acabou," (Assentado, comunidade 02)

Somos levados a considerar que o fato de maior envolvimento com as lutas locais, decorrentes da participação nas diretorias das entidades representativas, tem ampliado a percepção das soluções dos problemas enfrentados.

4.3.4 Perspectivas futuras com o ambiente do PAE-SF

Os integrantes dos grupos foram estimulados para expressarem suas perspectivas futuras com o ambiente no PAE-SF com o objetivo de percebermos, mesmo de forma indireta, o alcance e as limitações das ações de EA promovidas/implementadas pelo Movimento CETA.

Quadro 15 – Perspectiva futura com o ambiente

Perspectiva futura		**Grupo 1**	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Otimista da vontade	Tomada de consciência das novas gerações	03	02	04
	Crença / Simbólico / Valores ambientais	02	03	01
	Mudanças de atitudes com o ambiente	01	_	05
	Busca de parcerias com órgãos públicos	02	_	02
	Aplicação das leis	01	_	_
	Atualização das leis	_	_	01
	Acesso à informação	_	01	_
	Trabalho coletivo com a Associação	_	01	_
Pessimista da razão	Crença / Simbólico / Valores ambientais	01	03	02
	Pouca colaboração das novas gerações	01	_	_
	Ocupação do território pelos irregulares	01	_	_

Fonte: Autor, 2015

Pela análise do quadro 15, podemos constatar que 73% dos integrantes do grupo 1 tem perspectivas otimistas com relação ao ambiente, e 27% são pessimistas. No grupo 2 os otimistas são 64% e os pessimistas 36%. No grupo 3 os integrantes otimistas são 82% e os pessimistas 18%. Na média entre os três grupos os "otimistas" totalizam 73% e os "pessimistas" 27%.

Os que se mostraram otimistas com o futuro do PAE-SF elencaram vários motivos: Amplo acesso a informação por parte dos moradores; Busca de apoio/parcerias com órgãos públicos; Conscientização das novas gerações; Esperança de melhorar e no futuro; legalização fundiária (retirada dos ocupantes irregulares); Reflorestamento e recomposição das matas ciliares; Revitalização do Rio São Francisco; Preservação e preocupação ambiental; Preservação da cultura para as novas gerações; Desenvolvimento da comunidade; Mudança na legislação; Busca de harmonia homem/natureza; E, fé. Conforme explicitado nos depoimentos abaixo:

> "Eu vejo assim um **futuro bom, bem desenvolvido** já, apesar que a luta da gente, é, CETA é direto correndo atrás, mas a gente obtém muitas respostas, (...) a gente vê a nossa comunidade muito bem desenvolvida, aos dez, quinze anos atrás não era assim, energia, água encanada, então eu vejo se a comunidade contribuir a cada dia que passa, que vai passar vamos ter cada vez um futuro melhor dentro da nossa comunidade, preservar, unir, ajudar uns aos outros, eu creio que tem tudo pra tá bem mais desenvolvida." (Assentado, comunidade 02)

> "Se todos tivesse a mesma consciência eu creio que estaria melhor, porque assim, como aqui é um assentamento de mais ou menos 12 anos, então eu creio que estará melhor, até porque hoje **a informação está mais ampla**, então todos têm mais informação, então hoje as pessoas estão mais preocupadas do que antes, (...) eu não tinha um pé de fruta e hoje o meu quintal aqui, graças a deus, é bem cheio de árvore frutífera, então na minha visão eu creio que no futuro vai tá melhor." (Assentada, comunidade 10)

> "**A esperança** que às vezes a gente tem é que talvez **seja melhor do que está**, porque já tá bom, não tá ruim em vista do que era aqui, e hoje em dia graças a deus tá bem melhor, nós temos água em casa, tem energia, facilitou muito, bem melhor do que era antigamente, e do jeito que vai evoluindo a coisa, às vezes possa ser mais pra diante, 10, 15. 20, 30 anos, possa tá melhor que tá ainda." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 02)

> "Eu espero que o que a gente tá plantando hoje, **através da conscientização** e o aprendizado que a gente tá passando pros filhos da gente e outros, eu espero quando a gente teja com a idade, eles continuem, não deixem cair o que a gente aprendeu e passou pra eles. Eles continuem **pra tá sempre melhor do que hoje**." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 05)

> "Eu espero sempre, que **acredito que vai melhorar**, vai ! (...) Por que é devido a nação das criançadas, principalmente, mudou muito, antigamente, o Sr. só via o menino com o estilingue na mão, um fação cortando uma vara, e hoje é difícil com isso. Com essa mudança que agente fez, eles tão compreendendo mais as coisas, parou de fazer queimada." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 11)

Desses motivos só a "Conscientização das novas gerações" é comum aos três grupos, sendo citada sete vezes. Os demais, na sua maioria, são comuns somente a um dos grupos.

Os integrantes que se mostraram pessimistas apresentaram alguns motivos: Nova geração não colabora; Chegada de ocupantes irregulares; Dificuldades (do dia a dia); Individualismo (dos assentados) e também uma certa "atitude" fatalista/derrotista ao afirmarem que "já acabou", "tá bem acabado", e "imagem muito triste". Conforme depoimentos abaixo:

> "Eu acho que **vai tá bem acabado** ali, o rio. Eu não sei se daqui a 50 anos vai existir aquele rio, a coisa tá feia, não sabe **nem se vai ter morador ali**." (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 07)

> "Vixe!! (risos), Rapaz! Se for continuar igual tá, tá indo ai, eu acho **que tá bem acabado.**" (Dirigente de Associação de Moradores, comunidade 11)

> "(...) pelo jeito que tamos vendo, daqui uns 10 anos **tá tudo é acabado**." (Assentado, comunidade 08)

> "Eu não sei se vai ter mais jeito, porque do caso assim do tempo da desapropriação pra cá, a gente tá vendo **só afundiano**, e aí, eu não sei nem como eu esperar futuramente, eu tenho **uma imagem assim muito triste**, que o rio nosso mesmo aqui tá se acabando." (Dirigente da CAPAESF, comunidade 10)

O otimismo da maioria dos dirigentes pode também ser explicado pela comparação, efetuado por eles, entre a situação vivida antes da criação do PAE-SF e a situação atual, avaliada pelos mesmos como de crescente melhora das condições de vida como por exemplo a moradia, acesso a água encanada, energia elétrica, etc.

No próximo capítulo apresentaremos, a guisa de conclusão, algumas percepções e ideias sobre o que estudamos nesse trabalho sobre a Educação Ambiental do Movimento CETA no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, em Serra do Ramalho e Carinhanha na Bahia.

5. CONSIDERAÇÕES, PARA SEGUIR EM FRENTE!

Apresentamos aqui as nossas considerações acerca do trabalho desenvolvido nesse estudo a fim de responder à questão central formulada para compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais exercidas pelos assentados e assentadas do PAE-SF na resolução do dilema – produzir e preservar. Para tanto elaboramos o perfil dos assentados(as) visando assim, caracterizar suas práticas socioambientais e conhecer os impactos ambientais gerados. Buscamos também caracterizar as ações de EA desenvolvidas, bem como analisar a relação estabelecida entre essas ações e as práticas socioambientais dos assentados(as) no PAE-SF.

Constatamos que as práticas socioambientais mais impactantes, na visão dos entrevistados, são a pesca predatória, o uso de agrotóxicos, o uso intenso do solo e o desmatamento. Afirmamos que a criação de bovinos constitui também uma prática bastante impactante, pois gera graves problemas ambientais como a compactação do solo, a derrubada da mata para a implantação das pastagens, entre outros.

Ao relacionar as práticas socioambientais aos impactos, percebemos que são práticas ligadas às atividades agrícolas: desmatamento, plantio nas margens do rio, queimadas, uso de agrotóxicos, e uso intenso do solo. E que as relacionadas às atividades extrativistas são: caça ilegal, pesca predatória, extração de areia e de lenha para as padarias.

Constatamos que para alguns assentados(as) suas práticas socioambientais não provocavam impactos, pois quando a mesma é executada de forma manual ou no quintal não causam danos ambientais. Ficou evidente que é muito difícil para eles perceberem que suas práticas historicamente executadas possam causar danos ambientais. E que os mesmos não conseguem associar de maneira coerente as soluções para os problemas ambientais identificados por eles.

Percebemos pelos discursos dos entrevistados o desenvolvimento de ações de EA no PAE-SF pelo Movimento CETA, que apesar de não ser um movimento ambientalista, incorpora como missão a proteção ambiental, e como a maioria dos demais movimentos sociais rurais, que ao lutarem pela posse da terra, também incorporaram a luta pela defesa do meio ambiente.

Identificamos como ações de EA promovidas pelo Movimento CETA no PAE-SF: a) Atividades para tomada de consciência ambiental como: o uso de inseticidas naturais, preservação das margens do rio, descarte adequado do lixo, combate ao desmatamento, entre outras; b) Produção de mudas para reflorestamento; e c) Reflorestamento da margem do rio. E

como ações de EA implementadas pelo Movimento: a) fiscalização conjunta com o Ibama, b) de conscientização ambiental promovida pelo Incra, c) atividades do programa Bolsa Verde como a coleta de lixo, d) de bombeiro voluntário, e) Curso de formação de Agente Voluntário e, f) Curso de formação de Bombeiro Voluntário.

Percebemos que os dirigentes da CAPAESF e das Associações de Moradores, avaliaram positivamente as ações de EA desenvolvidas, reconheceram a importância das mesmas e teceram algumas críticas, principalmente à falta de continuidade das ações e também a falta de apoio dos órgãos ambientais, principalmente o Ibama.

Constatamos que muitas práticas socioambientais dos assentados já foram modificadas a partir das orientações emanadas das ações de EA do Movimento CETA, como: manejo da pesca, coleta de lixo, adubação orgânica, uso de inseticidas naturais, preservação do rio e suas margens, reflorestamento e evitar o desmatamento e que elas são ações oriundas de uma reflexão por parte dos assentados que terminam em práticas socioambientais que amenizam os problemas ambientais e se replicam em tomada de consciência pelos sujeitos sociais das comunidades do PAE-SF.

Constatamos que em sua maioria os dirigentes são participativos, demonstrando efetivamente estarem envolvidos com o desenvolvimento das ações de EA. E que não há diferenças entre o grau de participação e envolvimento dos dirigentes da CAPAESF em relação aos dirigentes das Associações de Moradores. Esse equilíbrio entre os dois grupos atribuímos à própria composição da diretoria da CAPAESF que é composta por representantes das 11 (onze) comunidades que formam o PAE-SF, sendo frequente a participação de diretores e ex-diretores das Associações de Moradores na diretoria da Central. E também demonstra que o engajamento político com os movimentos sociais amplia a capacidade de envolvimento com questões amplas como a ambiental, de gênero, de etnia, entre outras, fazendo do dirigente um autêntico lutador social, o que contribui para uma maior clareza na identificação dos problemas ambientais vividos no PAE-SF.

Afirmamos que, a presença dos ocupantes irregulares continua como um dos maiores entraves à sustentabilidade do PAE-SF, pois eles ocupam áreas que poderiam ser utilizadas pelas famílias legalmente assentadas e, além disso, por não participarem das ações promovidas pelo Movimento CETA, através da CAPAESF e das Associações de Moradores, acabam servindo de exemplo negativo ao não acatarem as decisões coletivas, principalmente as referentes à preservação ambiental. Desse modo, fica claro o conflito existente entre os assentados e os ocupantes irregulares, que ocupando o espaço diminui, o acesso dos assentados a porções maiores de terra para desenvolverem suas práticas socioambientais.

Afirmamos que a solução para o dilema produzir e preservar depende da solução para o problema dos ocupantes irregulares, tendo em vista que ao disponibilizar um terreno maior para as famílias assentadas torna possível o desenvolvimento de práticas socioambientais capazes de prover o sustento das mesmas, diversificando a produção e ao mesmo tempo aliviando a "pressão ambiental" da exploração contínua da pequena área do quintal.

Após análise documental, concluímos que o Movimento CETA não tem uma proposta sistematizada de EA para os seus assentamentos e acampamentos, ficando essa ação sobre a responsabilidade de suas lideranças locais.

Por tudo que pesquisamos fica claro que somente a EA não é capaz de resolver os graves problemas ambientais do PAE-SF, é necessário o concurso de outras ações como a retirada dos ocupantes irregulares, a implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas como: saúde, educação, cultura, meio ambiente, transporte, lazer, geração de trabalho e renda, entre outras, e sem descuidar de questões ligadas à gênero, etnia e geração.

É importante salientar que para nós, ficou claro que existem ações e desenvolvimento de atividades significativas de educação ambiental promovidas/ implementadas pelo Movimento CETA, entretanto os conflitos e as pressões sociais e políticas neste território precisam ser estudas de forma mais profunda a fim de que se busque alternativas no âmbito do coletivo e do participativo e que envolvam "agentes externos" na constituição de arranjos institucionais locais na perspectiva de construção/edificação de sociedades sustentáveis, pois as possíveis soluções para os problemas ambientais vividos/sofridos pelos assentados passam necessariamente pelo conjunto de relações estabelecidas internamente e também externamente com outros sujeitos sociais e territórios

Como proposição do nosso trabalho pensamos ser fundamental que o Movimento CETA:

- Desenvolva ações permanentes e contínuas de EA;
- Que estude a criação/constituição de uma equipe responsável para pensar e executar ações de EA nos assentamentos;
- Busque firmar parceria com Universidades, Órgãos Públicos – federal, estadual e municipal, Movimentos sociais diversos para o desenvolvimento de projetos de EA;
- Busque articular/envolver as escolas locais para desenvolver ações de EA nos assentamentos;

- E, principalmente, intensifique a luta pela imediata regularização fundiária do PAE-SF, com a consequente retirada dos ocupantes irregulares e a demarcação e sinalização do perímetro do PAE-SF.

Na execução desse trabalho priorizamos estudar as ações de EA do Movimento CETA junto aos assentados do PAE-SF na resolução do dilema produzir e preservar, deixando de lado outras dimensões fundamentais para atingir tal propósito. Assumimos ser esse o maior limite da nossa pesquisa, por isso apontamos a necessidade de se fazer avançá-la em direção à uma investigação mas empírica e entrelaçada com uma reflexão epistemológica sobre os desafios e perspectivas de uma educação ambiental discutida e compartilhada com os sujeitos do coletivo, com o envolvimento dos gestores de diversos órgãos públicos (Ibama, Incra, Codevasf, Inema, Bahiater, Secretária Municipal de Meio Ambiente, etc.), de agências de fomentos, Colônia de Pescadores e das escolas do assentamento na perspectiva de constituição de arranjos institucionais local para a construção de sociedades sustentáveis.

Mesmo reconhecendo as limitações deste trabalho acreditamos que as reflexões, sugestões e recomendações oriundas dos resultados desta investigação possa de alguma maneira contribuir, nas dimensões epistemológica, socioambiental e política, para que sejam realizadas ações mais efetivas, a partir dos seguintes dimensões:

Portanto, destacamos na dimensão epistemológica que os conceitos de Educação ambiental e práticas socioambientais desenvolvidos, a partir da vivência e experiências dos assentados possam:

- ✓ Auxiliar outros pesquisadores no desenvolvimento de estudos sobre assentamentos agroextrativistas, práticas socioambientais e EA;

- ✓ Nortear, a partir do campo metodológico da TRS, o desenvolvimento de estudos e projetos de EA na graduação e na pós-graduação, em especial no DCHT – Campus XVII, nos trabalhos de conclusão de curso. Pois a TRS contribuiria com aportes sobre os saberes dos assentados, as justificativas para suas ações, as suas identidades de grupo e as orientações para novas práticas socioambientais na perspectiva da tão desejada sustentabilidade;

- ✓ Possibilitar a construção de projetos de extensão e de pesquisa no âmbito do DCHT – Campus XVII, envolvendo os cursos de Pedagogia e Administração.

– Na dimensão socioambiental recomendamos que:

- ✓ as ações de EA sejam repensadas, aprimoradas e intensificadas no PAE-SF;

- ✓ o desenvolvimento de ações e projetos de Educação do Campo e Educação Ambiental com o envolvimento e participação das escolas locais na busca de soluções para o dilema produzir e preservar. Com esse propósito disponibilizarei exemplares desse trabalho para as escolas do PAE-SF;
- ✓ o desenvolvimento de ações concretas no PAE-SF, junto aos assentados, priorizem alternativas que envolvam o binômio produzir e preservar.

– Na dimensão política, sugerimos que nas reuniões de associações, sindicatos e outros órgãos do movimento, estabeleçam como pauta a discussão sobre:

- ✓ a constituição de arranjos constitucionais locais na perspectiva de construção de sociedade sustentáveis.
- ✓ a ampliação da luta política dos assentados pela melhoria das condições de vida nos assentamentos, pela ampliação do acesso às políticas públicas;
- ✓ a instrumentalização do Movimento CETA na perspectiva de repensar suas estratégias de luta por uma Educação Ambiental transformadora e crítica nos assentamentos.

E que este trabalho sinalize também a existência de suas lacunas a espera de problematizações e aprimoramentos. Ficam algumas questões sem respostas como: De que forma as representações sociais dos assentados podem ser "potencializadas" para a efetivação de práticas socioambientais mais sustentáveis? Qual a contribuição/responsabilidade de "agentes externos" para a sustentabilidade do PAE-SF? Qual a contribuição que a Universidade pode oferecer aos movimentos sociais na construção de sociedades sustentáveis? As respostas a essas questões demandam novas pesquisas e o envolvimentos de vários pesquisadores.

O nosso diálogo com a temática em foco, não iniciou e nem termina com essa pesquisa, pois nos sentimos motivados para aprofundar a discussão em estudos posteriores, no doutorado e no grupo de pesquisa, para assim compreender melhor a EA em contextos socioambientais de populações vulneráveis e desse modo poder contribuir para a superação/mitigação de suas realidades. E contribuindo para tornar realidade a presença da Universidade nas comunidades, através da pesquisa e da extensão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco. *et al*. **A estratégia de triangulação**: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. IV Encontro de Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília-DF. 3 a 5 de novembro de 2013

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Programa de educação Ambiental do Estado da Bahia. Salvador: EGBA, 2013

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BOMFIM, Natanael Reis. **Uma perspectiva educacional da relação entre cultura e ambiente.** In: III ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 23 a 25 de maio/2007. Faculdade de comunicação/UFBA, Salvador.

BRANDÃO, Junito. **Dicionário Mítico-etimológico**. vol. II, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. **Plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco.** Brasília: Guarany, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http: //www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.> Acessado em: 29/12/2014

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **A canção da inteireza**: uma visão holística da educação. São Paulo: Summus editorial, 1995

CARVALHO, Igor S. H. de. **Desenvolvimento e gestão ambiental para assentamentos rurais no cerrado.** Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/ desenvolvimento-e-gest%C3%A3o-ambiental-para-assentamentos-rurais-no-cerrado> Acesso em: 23 set. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamento da educação. In: LAYRARQUES, Philippe Pomier. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13 – 24.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental & desenvolvimento comunitário.** Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria Bianchini. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARQUES, P.P; CASTRO, R.S. de. (orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 105 – 114.

CETA. **Breve histórico do Movimento**. Disponível em:<www.cetabahia.blogspot.com.br> Acesso em 04/10/2013

_____ /Comissão Regional de Educação – Senhor do Bonfim/ Jacobina. **Movimento CETA construindo educação contextualizada do campo.** Senhor do Bonfim-BA: CETA, 2007

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de. **Incubação de empreendimento solidário popular:** fragmentos teóricos. João Pessoa – PB: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 46 - 92.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local.** Disponível em <http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos/arquivos/Desenvolvimento_EDUCACAO_E_DESENVOLVIMENTO_LOCAL_Ladislau%20Dowbor.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

FERNANDES, Roosevelt S. et al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** Disponível em: <www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf> Acesso em 23 ago. 2015

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Indicadores de processos em educação para a sustentabilidade: enfrentando a polissemia do conceito pela vinculação deste aos conceitos Cultura, Tecnologia e Ambiente. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 281-301, jul./dez. 2002

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. **Educação ambiental dialógica**: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. Fortaleza–CE: Edições UFC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FEITAS, Kátia Siqueira de; CHACON, Fabio; GIRLING, Robert Henriques. Políticas de educação e formação de educadores: uma relação necessária. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 105-113, jul./dez. 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69 – 90.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIL. Antônio Carlos**. Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRUN, Mário. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 2001

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000

IASI, Mauro Luís. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (org.). **As representações sociais**. Trad. de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.17 – 44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 63 – 85.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável, In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 111 – 129.

LIMA, Gustavo F. da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARQUES, P.P; CASTRO, R.S. de. (orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 115 – 148.

LOUREIRO, Carlos F. Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARQUES, Philippe Pomier. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65 – 84.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARQUES, P.P; CASTRO, R.S. de. (orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73 – 103.

_____. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 9. reimp. São Paulo: EPU, 2005.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTA, Alfredo. **História da Bahia:** licenciatura em história. Salvador: Eduneb, 2013.
MAZZEU, Francisco José Carvalho. Educação e economia solidária: contribuições da "Pedagogia da Alternância" para a formação dos catadores de materiais recicláveis. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 19, n. 34, p. 49-61, jul./dez. 2010.

MEDINA, Naná Mininni. Antecedentes históricos: conferências internacionais, In: BRASIL/MMA. **Educação ambiental**: curso básico a distância – documentos e legislação ambiental. Brasília, 2000

_____; SANTOS, E. da Conceição. **Educação ambiental:** uma proposta participativa de formação. 2 ed. Petrópolis –RJ.: Vozes, 2001

MENEZES, Izabel Dantas de. A cor do invisível: saberes nas experiências educativas organizadas pela Central das Associações das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim – Bahia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 34, p. 97-108, jul./dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20 ed. Petrópolis – RJ. Vozes, 2002.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 89 – 111.

MOREIRA, Edna Souza. **A licenciatura de Pedagogia da Terra**: uma proposta de formação para o educador do campo. 2010. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Trad. de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 45 – 66

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Educação ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégias para a gestão do desenvolvimento local sustentável. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador. v.16, n.28, p. 113-119, jul./dez., 2007.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Educação, Estado, sociedade civil e desenvolvimento sustentável no estado da Bahia – Brasil. In: _____; FIALHO, Nádia Hage; HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Desenvolvimento sustentável e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 31 – 48.

NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. Enlaces entre subjetividade, percepção e produção de sentido na gestão escolar. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 95-104, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa:** tipos, técnicas e características. Disponível em: < http://www.e-revista .unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459> Acesso em: 14 set.2015

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. Natureza e conteúdo das políticas públicas na atualidade: notas introdutórias. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 5, n. 6, p. 159-172, jul./dez. 1996

PALMEIRA, Maria José Marita; GUIMARÃES, Solange de Oliveira. Valores culturais como estruturantes do desenvolvimento local sustentável. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 333-240, jul./dez. 2002

PEDRINI, Alexandre; COSTA, Érika Andrade; GHILARDI, Natalia. Percepção ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social para projetos de educação ambiental, **Ciência & Educação**, Bauru, v. 16, n. 1, p. 163–179, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100010> Acesso em 23 ago. 2015

_____ (org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane. Possibilidade de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, n.16. janeiro-abril/2011, p. 57 – 64. Disponível em <www.scielo.br/epsic>. Acesso em 10 ago. 2014.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução José S. de C. Pereira. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARQUES, Philippe Pomier. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113 – 140.

RANGEL, Mary. A diversidade e a reivindicação de direitos nos movimentos sociais. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 19, n. 34, p. 39-47, jul./dez. 2010.

REIGOTA, Marcos. **Ciência e sustentabilidade:** a contribuição da educação ambiental. Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior, v12, n.2, p. 219 – 231, jun.2007. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op =view&path%5B%5D=223 Acesso em: 23 ago. 2015.

_____ (org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINE, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.** Maringá, v33, n.2, p. 149 – 159, 2011. Disponível em <www. Periódicos.uem.br/ojs /index.pitp/ActaSciHumanSocSci/.../pdf> Acesso em: 13 out. 2014

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão popular, 2010.

RIBEIRO, Flávia Nascimento. **Nos caminhos da biorregião caparoense:** a educação ambiental e a formação dos sujeitos engajados. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressosantigos/simposio2009/115.pdf> Acesso em: 23 ago. 2015

SAITO, Carlos Hiroo. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In. RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 49 – 60.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze tezes sobre educação e política. 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; DÉJARDIN, Isabelle Pedreira. Educação numa perspectiva da sustentabilidade: diálogo entre saberes. In: GURGEL, Paulo R. H; SANTOS, Wilson N. (Orgs). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 163 – 178.

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. **Às margens do Velho Chico:** o projeto inconcluso do INCRA e suas consequências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF. 2008a, 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

_____. Os assentados do PAE-SF e a sua relação com o ambiente. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 09 a 12 de setembro de 2008b. UFCG, Campina Grande-PB. GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental.

TOMASONI, Marco Antonio; TOMASONI, Sônia M. R. Pereira. Ecologia, ética e ambientalismo: prefácio de suas ambiguidades. **Revista da FAEEBA - Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 303-316, jul./dez. 2002

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PERFIL DOS ASSENTADOS(AS)

TITULO DO PROJETO: **As práticas de educação ambiental do Movimento CETA no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, em Serra do Ramalho e Carinhanha.**

OBJETIVO DO PROJETO: **Compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvido pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE–SF), em Serra do Ramalho e Carinhanha (BA) na resolução do dilema: produzir e preservar.**

I - PERFIL DO ASSENTADO/A

Idade _____; **Sexo**: M[ ] F [ ]; **Naturalidade** _____

Estado Civil:
Solteiro [ ] Casado [ ] Viúvo [ ] Separado [ ] Outros [ ];

Escolarização:
Analfabeto [ ]

Lê e escreve [ ]

E. Fundamental Incompleto [ ]

E. Fundamental Completo [ ]

Ensino Médio Incompleto [ ]

Ensino Médio Completo [ ]

Ensino Superior Incompleto [ ]

Ensino Superior Completo [ ];

Profissão: _____; **Composição Familiar**: _____ pessoas;

Renda Familiar (em salário mínimo – sm): Sem renda [ ]; Menos de 1 sm [ ]; 1 sm [ ]; 2 sm [ ]; mais de 3 sm [ ];

Tipo De Moradia: Alvenaria [ ] Pau a pique: [ ];

Serviços: Energia Elétrica [ ]; Água Encanada [ ]; Celular [ ]; Internet [ ]

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Agricultura Sequeiro: [ ] (_____)

Agricultura Irrigada: [ ] (_____)

Criação de Animais: [ ] (Bovino[ ], Caprino[ ], Suínos[ ], Aves[ ], Outros _____)

Artesanato: [ ](Barro [ ]; Sementes [ ]; Madeira [ ]; Fibra [ ]; Pedra [ ]; Crochê/Bordado [ ])

Extrativismo: [ ](_____ _____)

Outros [ ] (_____ _____)

III – SISTEMA DE MANEJO DAS ATIVIDADES.

a) Cultivo convencional com utilização de arados e grades de diferentes tipos e dimensões; Sim [ ] Não [ ]

b) Cultivo com semeadura direta com cultura em solo não revolvido e protegido por cobertura com restos de culturas? Sim [ ] Não [ ]

c) Cultivo com semeadura direta com cultura em solo não revolvido e protegido coberturas vegetais plantados para essa finalidade? Sim [ ] Não [ ];

d) Cultivo com semeadura direta intercalada com outros produtos? Sim [ ] Não [ ];

e) Áreas preparadas sob cultivo mínimo (reduzido) pela utilização do arado escarificador (instrumento agrícola para preparar o solo) Sim [ ] Não [ ];

f) Utilização de sistemas de irrigação? Sim [ ] Não [ ];

g) Utilização de fertilizante no solo? Sim [ ] Não [ ];

h) Utilização de material orgânico no solo? Sim [ ] Não [ ];

i) Utilização de medidas de higiene e de profilaxia dos animais? Sim [ ] Não [ ];

j) A coleta de produtos (pesca, caça, madeira, etc.) respeita os limites das áreas geográficas a serem direta ou indiretamente utilizadas? Sim [ ] Não [ ];

k) Utilização de gerenciamento [métodos e técnicas] na coleta de produtos? Sim [ ] Não[ ];

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRIGENTES

TITULO DO PROJETO: **As práticas de educação ambiental do Movimento CETA no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, em Serra do Ramalho.**

OBJETIVO DO PROJETO: **Compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvido pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE–SF), em Serra do Ramalho (BA) na resolução do dilema: produzir e preservar.**

MESTRANDO: **Luís Geraldo Leão Guimarães**

PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA JUNTO AOS PARTICIPANTES

Importante:

- Lembrar os objetivos da pesquisa;
- Lembrar os objetivos da entrevista;
- Discorrer sobre a importância das informações recolhidas;
- Introduzir o registro e obter o acordo para o fazer.

CONCEPÇÃO DAS ATIVIDADES DE EA DO MOVIMENTO CETA

BLOCO 1. Atividades de Educação Ambiental Desenvolvidas pelo Movimento CETA no Assentamento ;

Pergunta 1: Quais foram as atividades de EA desenvolvidas no PAE-SF nos últimos anos?

Pergunta 2: Você participou de quais atividades de EA promovidas pelo CETA/CAPAE-SF?

Pergunta 3: Como você avalia as atividades de EA desenvolvidas pelo CETA/CAPAE-SF?

BLOCO 2. Relação que se estabelece entre as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do PAE-SF e as ações de EA do Movimento CETA

Pergunta 1: Na sua opinião, os assentados seguem as orientações e ensinamentos das atividades de EA quando efetuam suas tarefas diárias, como: plantar, pescar, coletar materiais, entre outras?

Pergunta 2: Qual prática desenvolvida pelos assentados causa maior prejuízo ao meio ambiente no PAE-SF ?

Pergunta 3: Quais práticas desenvolvidas pelos assentados já foram modificadas em função das ações de EA do CETA/CAPAE-SF ?

BLOCO 3. A consciência das lideranças face aos problemas ambientais

Pergunta 1: Como você vê o seu ambiente quando você ficar mais velho?

Pergunta 2: Relacionado ao ambiente, quais os principais problemas a resolver?

Pergunta 3: Quais as ações que você faria para melhorar estes problemas?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSENTADOS

TITULO DO PROJETO: **As práticas de educação ambiental do Movimento CETA no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, em Serra do Ramalho.**

OBJETIVO DO PROJETO: **Compreender as relações entre as ações de Educação Ambiental desenvolvido pelo Movimento CETA e as práticas socioambientais exercidas pelos assentados do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE–SF), em Serra do Ramalho (BA) na resolução do dilema: produzir e preservar.**

MESTRANDO: **Luís Geraldo Leão Guimarães**

PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA JUNTO AOS PARTICIPANTES

Importante:

- Lembrar os objetivos da pesquisa;
- Lembrar os objetivos da entrevista;
- Discorrer sobre a importância das informações recolhidas;
- Introduzir o registro e obter o acordo para o fazer.

CONCEPÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAMBIENTAIS JUNTO DOS ASSENTADOS

BLOCO 1. Práticas Socioambientais Desenvolvidas pelo Assentados;

Pergunta 1; Quais as principais atividades desenvolvidas por você e sua família ?

Pergunta 2; (a)Tendo em vista o meio ambiente que você vive e trabalha, quais são as suas atividades diárias ? (b) Diga para mim, como você e sua família fazem essas atividades diárias ?

Pergunta 3; Como você retira da natureza o que precisa para o seu dia a dia ?

BLOCO 2. Impactos Ambientais provocados pelas Práticas socioambientais exercidas pelos assentados do PAE-SF

Pergunta 1; Como e em que momento suas atividades prejudicam o meio ambiente ?

Pergunta 2; Qual(ais) de suas atividades causa(m) mais prejuízo ao ambiente ? Porquê ?

Pergunta 3; Qual(ais) de suas atividades causa menor prejuízo ao ambiente ? Porquê ?

BLOCO 3. A consciência dos assentados face aos problemas ambientais

Pergunta 1 : Como você vê o seu ambiente quando você ficar mais velho?

Pergunta 2 : Relacionado ao ambiente em que você vive, na sua opinião, quais os principais problemas para serem resolvidos?

Pergunta 3 : Quais as ações que você faria para melhorar estes problemas?